

**esec**

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

---



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE COIMBRA

**Departamento de Educação**

**Mestrado em: Educação de Adultos e Desenvolvimento Local**

# A Educação de Adultos como Instrumento para a Reinserção Social

Andrea Nunes Homem

Coimbra 2011



**esec**

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em: Educação de Adultos e Desenvolvimento Local

# A Educação de Adultos como Instrumento de Reinserção Social

**Andrea Nunes Homem**

Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Lucília Salgado

Coimbra 2011







## **Agradecimentos**

Difícilmente estamos gratos por uma só coisa ou a uma só pessoa. Esta caminhada desenrolou-se com o colaboração de várias pessoas e entidades que me ajudaram a percorrer este trajecto com o seu apoio total.

Assim agradeço:

À minha orientadora Professora Doutora Lucília Salgado por toda a orientação e incentivo neste projecto.

Aos colegas do mestrado, em particular à Joana Costa e Madalena Santa Cruz pelo apoio e compreensão.

Aos meus pais, que me incentivaram a entrar para o mestrado e pelo seu apoio incondicional.

Aos meus familiares e amigos (as) em geral pela força que me deram durante toda esta caminhada.

Às minhas colegas de trabalho e entidade Patronal (Casa do Povo da Vila de São Sebastião e Centro Comunitário da Vila de São Sebastião) pela flexibilidade que me proporcionaram no trabalho e a compreensão por esta etapa na minha vida.

Aos entrevistados e entidades envolvidas que sem os mesmos este estudo não teria qualquer valor.

E por fim, aos reclusos do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo que me proporcionaram uma experiência de voluntariado gratificante e a quem dedico este estudo.



## **A Educação de Adultos como Instrumento para a Reinserção Social**

### **Resumo**

O presente estudo centra os seus objectivos na análise da escolarização e formação nos estabelecimentos prisionais como meio facilitador da reintegração de ex-reclusos aquando da sua libertação.

O seu enquadramento teórico envolve as temáticas referentes ao funcionamento de instituições fechadas, a reinserção social, a educação de adultos e à escola na prisão.

As metodologias utilizadas nesta investigação são de carácter qualitativo, sendo aplicadas entrevistas semi-abertas a um pequeno número de oito ex-reclusos provenientes do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo e a duas voluntárias de duas entidades diferentes (Casa de São Jorge e Grupo Vicentino da Obra da Cadeia) que prestam apoio junto dos reclusos deste estabelecimento prisional.

A partir dos resultados obtidos, o estudo revela-nos que a escola na prisão parece ser agente facilitadora de reinserção social tanto dentro como fora do estabelecimento prisional: promove o bem-estar do indivíduo, assim como a sua auto-estima e auto-confiança, incentivando-o para uma mudança de vida pela positiva e tornando-o participativo na comunidade como cidadão; promove um ambiente menos hostil dentro do estabelecimento pois leva a melhorias de comportamento. O aumento da escolaridade facilita a obtenção de emprego e melhoria no desempenho do mesmo. Os laços estabelecidos com os formadores permite ao recluso sentir algum apoio durante o período de encarceramento, podendo usufruir desse, mesmo em liberdade.

**Palavras-chave:** educação de adultos, prisão, reinserção social, reclusos, ex-reclusos.

## **Abstract**

This present study is based upon the analysis of schooling in prisons as a way to help ex-cons resocialize when they finish their sentences.

The previous research involved themes related to asylums, re-socialization, adult education and school in prison.

The methodology applied to this investigation has a more qualitatively approach, in which interviews were applied to a small group of 8 ex-cons from Angra Do Heroísmo's Prison Facility and 2 volunteers from 2 different entities (Casa de Sao Jorge and Grupo Vicentino da Obra da Cadeia) who help inmates from this prison.

The results of this study show that school in prison helps promote social integration inside and outside prison walls. It leads to one's well-being as well as self-confidence and self-esteem. It can be life changing in a positive way, leading to a participative and productive person in community living. School in prison can also promote better behavior which improves quality of life in prison. The relationship established between students and teachers helps inmates during their time in prison and can help them when they finish their sentence.

**Key Words:** prisons, adult education, inmates, ex-cons, re-socialization.

# Índice

Introdução -----	1
<b>I PARTE – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	
Capítulo 1. – As Instituições Fechadas ou Totais-----	7
1.1 Aspectos da Realidade do internado: a “Mortificação do EU”----	10
1.2 Estratégias de Adaptação e Ajustamentos Secundários -----	18
1.3 Libertação do Internado -----	24
1.4 O Papel da Equipa Dirigente -----	26
1.5 – Eventos públicos Institucionais -----	29
Capítulo 2. - Reinserção Social: origens, evolução e contextualização histórica e legal. -----	33
2.1 Prevenção e Recuperação do delinquente através do Trabalho e formação Profissional-----	35
2.2 Instituições Privadas e Públicas de Assistência Social: Acompanhamento dos delinquentes -----	38
2.3 Obstáculo na Reinserção Social de Delinquentes -----	43
2.4 A Delinquência -----	47
Capítulo 3. – A Educação ao Longo a Vida: Conceito (s) e Contextualização -----	51
3.1 A Educação de Adultos em Portugal-----	53
Capítulo 4. – A Prisão e o seu papel Reeducador -----	61
4.1. A Escola na Prisão: condicionalismos e aspectos de funcionamento -----	63
4.2 A Educação para a Integração Socioprofissional -----	67

4.3 O Recluso -Aluno: o seu percurso escolar -----	69
--	----

## II PARTE – O TRABALHO EMPIRICO

1. Âmbito de Estudo e Metodologia -----	75
1.1 Âmbito de Estudo -----	75
1.2 Perguntas de Partidas e Perguntas Auxiliares -----	76
1.3 Objectivos da Investigação -----	77
1.4 Metodologia -----	78
1.4.1 Pesquisa Bibliográfica -----	78
1.4.2 Entrevista Semi-directiva -----	79
1.4.3 Análise de Conteúdo -----	81
1.4.4 Matriz de Análise de Dados -----	82
2. Contextualização do Estudo -----	85
2.1 A Comunidade Terceirense – Evolução Histórica e Sociocultural -----	85
2.2 O Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo -----	88
2.3 Instituições de Apoio Voluntário -----	91
2.3.1 O Grupo Vicentino da Obra da Cadeia -----	91
2.3.2 A Casa de São Jorge -----	92
2.4 A Amostra -----	93

## III PARTE – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

1. Análise e Reflexão sobre as Entrevistas Desenvolvidas -----	97
1.1 Grupo Vicentino da Obra da Cadeia -----	97
1.1.1 Contacto com os reclusos do EPRAH -----	97
1.1.2 Caracterização do EPRAH-----	99
1.1.3 Os Reclusos -----	101
1.1.4 Educação de Adultos no EPRAH e Reinserção Social destes Reclusos -----	105
1.2 A Casa de São Jorge -----	106
1.2.1 Contacto com os Reclusos do EPRAH -----	106
1.2.2 Percepção e Funcionamento do EPRAH -----	107

1.2.3	Caracterização dos Reclusos -----	110
1.2.4	Necessidades Sentidas -----	111
1.2.5	Escolaridade dos Reclusos e Educação de Adultos ---	113
1.3	Os Ex-Reclusos -----	115
1.3.1	Situação de Vida antes da Condenação -----	115
1.3.2	Experiência de Reclusão -----	117
1.3.3	Actividades de Ocupação dos Reclusos -----	121
1.3.4	Necessidades Sentidas -----	124
1.3.5	A Escola na Prisão -----	127
1.3.6	Situação Actual de Vida -----	133
2.	Conclusões e Recomendações -----	137
	Bibliografia-----	147
	Anexos -----	151

## **Lista de Abreviaturas**

**EP:** Estabelecimento Prisional

**EPRAH :** Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo

**IPSS :** Instituição particular de Solidariedade Social

**ANEFA :** Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos

**EFA (cursos):** Educação e Formação de Adultos

**RAVE:** Regime Aberto Voltado para o Exterior

## **Índice de Gráficos**

	Página
Gráfico nº 1- Escolaridade dos Ex-reclusos aquando da sua detenção .....	115
Gráfico nº 2 -Situação actual de emprego dos entrevistados .....	134
Gráfico nº 3 – Contribuição da escola para a reinserção socioprofissional Dos ex-reclusos .....	136

## **Introdução**

A educação ao longo da vida ou educação de adultos revela ser fulcral para o desenvolvimento socioeconómico de uma comunidade ou de um país. Possibilita a aquisição de competências que melhoram a produtividade laboral, mas sobretudo faz com que cada indivíduo se sinta capaz de assumir um papel activo junto da sociedade. Por este motivo, as políticas educativas deverão estar adaptadas de modo a permitir aos cidadãos uma igualdade de oportunidades face à educação e formação.

Segundo o ART. 74º da Constituição da Republica Portuguesa, a educação é um direito de todos , permitindo a reintegração social de cada individuo. No entanto, a dificuldade do sistema de ensino se adaptar às necessidades educativas de cada aluno, tendo em conta uma contextualização da sua realidade e de aspectos locais, leva muitas vezes a uma inadaptação do aluno face ao sistema educativo. A desmotivação e o consequente insucesso escolar levam muitas vezes ao abandono precoce da escola. Os baixos níveis académicos restringem a acessibilidade no mercado de trabalho, estando muitas das vezes limitados a empregos precários e com baixos salários. Os fracos recursos económicos e dificuldades de melhoria de vida levam a que a criminalidade aparente ser uma possível alternativa se não a única.

A prisão tende a assumir um papel punitivo junto do transgressor. Mas actualmente é atribuído uma outra responsabilidade: recuperar e reeducar o detido. Desde o surgimento das primeiras entidades de apoio ao recluso que procuram a sua reabilitação em actividades profissionalizantes. Assim, com o reconhecimento da importância da educação como meio de aquisição de competências essenciais para a vida laboral e comunitária, a escola passou a integrar-se nas prisões como parte das actividades oferecidas aos reclusos. A escola chega às prisões

portuguesas durante os anos '70, evoluindo gradualmente o nível de ensino entre outras actividades associadas. A educação de adultos em estabelecimentos prisionais permite aumentar o grau académico do detido oferecendo a aquisição de aptidões que contribuem para a sua melhoria de vida. O alargamento dos seus horizontes culturais e a relação estimuladora com os professores parecem promover uma melhoria de auto-estima e autoconfiança, levando a que o recluso tenha uma imagem mais positiva de si próprio. Assim, passa a sentir-se mais capaz de enveredar para uma participação saudável na sua comunidade.

Por este motivo, é relevante considerar a melhoria da Educação de Adultos em todos os estabelecimentos prisionais nacionais, sobretudo os regionais que tendem a acolher infractores de crimes menores. Por este motivo, têm maior possibilidade de recuperação, pois tendem a apresentar uma personalidade menos enrijecida para a criminalidade. A articulação entre várias entidades que permitam oferecer aos reclusos uma devida progressão académica e também uma maior variedade de áreas profissionalizantes; ter em conta os interesses do detido e as necessidades do mercado de trabalho local, poderão contribuir para que os reclusos se sintam motivados a frequentar as aulas.

Este estudo é composto por três partes: Enquadramento Teórico, Trabalho Empírico e Análise e Discussão de Dados.

A primeira parte, Enquadramento Teórico, encontra-se distribuída em quatro capítulos. No primeiro capítulo, Instituições fechadas ou Totais, é explicado esta designação e que instituições se aplicam, sendo consideradas como tais as prisões, os manicómios, os conventos, os campos de concentração, quartéis militares entre outras. Revelam ter aspectos de funcionamento característicos que condicionam o comportamento do internado. No segundo capítulo, Reinserção Social:

origens, evolução e contextualização histórica e legal, são abordados o progresso de dinâmicas interventivas junto dos detidos durante o período de reclusão, assim como o surgimento gradual de entidades que acompanham o condenado até à sua reabilitação e integração na comunidade. O terceiro capítulo, Educação ao Longo da Vida: Conceito (s) e Contextualização, procura demonstrar aspectos relacionados com o aparecimento e evolução da educação de adultos, fazendo referência à situação nacional. O quarto capítulo, A Prisão e o seu Papel Reeducador, aborda questões referentes à escola na prisão e seu funcionamento.

Na segunda parte, é apresentado o âmbito do estudo e metodologia aplicada. Aqui, será também apresentada a pergunta de partida e perguntas auxiliares, os objectivos da investigação e a justificação das técnicas de recolha de dados utilizadas (pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-directivas, análise de conteúdo e matriz de análise de dados). Nesta parte é ainda apresentado uma contextualização do estudo, composto por uma caracterização da comunidade Terceirense, do Estabelecimento Prisional e Regional de Angra do Heroísmo, de duas instituições de apoio voluntário aos reclusos deste estabelecimento prisional e da Amostra.

A terceira e última parte, Análise e discussão de Dados, é dividida em dois capítulos: Análise e Reflexão sobre as Entrevistas Desenvolvidas, Conclusões e Recomendações. No primeiro capítulo é apresentado os dados obtidos nas entrevistas realizadas à amostra (8 ex-reclusos do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo) e às duas voluntárias pertencentes às duas instituições de voluntariado que apoiam os detidos desta prisão, seleccionadas para este estudo. No segundo capítulo, apresenta-se uma reflexão e articulação dos dados

obtidos no qual é possível identificar e sugerir um conjunto de recomendações no âmbito deste estudo.

**I PARTE**  
**ENQUADRAMENTO TEORICO**



## Capítulo 1 - As Instituições Fechadas ou totais

Podemos dizer que toda a instituição tem, de um modo ou outro, alguma tendência de “fechamento”. Porém, algumas manifestam mais essas características do que outras. Segundo Erving Goffman (2007), uma instituição total (ou fechada) consiste num *“local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separada da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”* (p.11). Esse fechamento reflecte-se pela barreira imposta à relação social como mundo externo e por proibições à saída podendo ainda encontrar-se determinadas características no espaço físico: portas fechadas, fossos, água, paredes altas arame farpado, florestas ou pântanos.

De acordo com as investigações de Goffman, este identificou dentro das instituições totais cinco agrupamentos. O primeiro agrupamento é constituído por instituições cuja função consiste em cuidar de pessoas inofensivas e com características incapacitantes de salvar a sua total autonomia. (Ex.: lares de idosos, orfanatos, casas de apoio a invisuais). No segundo agrupamento encontramos estabelecimentos instituídos a cuidar de indivíduos com características de incapacidade de manter a sua autonomia e cuidados para consigo próprio e que, ao mesmo tempo, manifestam uma ameaça à comunidade de modo não intencional. (Ex.: manicómios, sanatórios para tuberculosos e leprosos). O terceiro agrupamento é formado por toda a instituição cujo objectivo se centra na protecção da sociedade contra perigos intencionais por parte de determinadas indivíduos, cujo isolamento não proporciona problemas imediatos. Estas mesmas também tentam salvar o bem-estar do seu internado. (Ex: cadeias, penitenciárias, campos de concentração e campos de prisioneiros de guerra). Pertence ao quarto

agrupamento os estabelecimentos que procuram realizar adequadamente determinadas tarefas laborais que requerem fundamentos instrumentais específicos. (Ex: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho; colónias de grandes mansões, quando vivem nas moradias de empregados). Por fim, o quinto agrupamento é constituído por locais que servem como refúgio do mundo, pode servir muitas das vezes para obtenção de instrução religiosa. (ex: abadias, mosteiros, conventos).

Na sociedade moderna, os locais onde o indivíduo pratica determinadas actividades da sua rotina diária muda constantemente assim como as pessoas com quem interage, ou seja, o local onde tende a dormir certamente não deverá ser, na maioria dos casos, o local onde trabalha. As amizades nem sempre são as mesmas pessoas com quem trabalha. Também ao longo do dia, pode ser confrontado com agentes diferentes de autoridade. No entanto, o indivíduo tem a liberdade do poder de decisão em grande parte do tempo.

Na entrada para uma instituição total, o indivíduo sofre alterações drásticas na sua rotina diária, na sua autonomia, privacidade e poder de decisão: a sua vivência diária passa a ser restrita ao mesmo local sob uma única autoridade; em toda a actividade que participa encontra-se sempre acompanhado por um grupo consideravelmente grande de outros indivíduos sendo também tratados sob a mesma forma e obrigados a participarem conjuntamente nas mesmas actividades; são estabelecidos horários rigorosos para o desenvolvimento das actividades diárias, visto que existe uma sequência na realização das mesmas, sendo esta estabelecida por um conjunto de regras forais explícitas através de determinado grupo de funcionários; para salvaguardar os objectivos oficialmente estabelecidos da instituição, as diversas actividades são planificadas sob um sistema único e obrigatório.

De modo individual, podemos verificar que algumas destas características podem ser implementadas em locais que não são instituições fechadas como grandes estabelecimentos comerciais, industriais e educativos.

O surgimento das instituições totais permite o controlo de inúmeras necessidades humanas pela organização burocrática de conjuntos de indivíduos. Esses mesmos grupos podem ser supervisionados, por um outro indivíduo em termos de vigilância.

Em algumas situações, os internados podem sentir um grande aborrecimento na execução de tarefas: quando lhes é dado pouco trabalho, quando têm pouca oportunidade para usufruírem de actividades de lazer; quando o ritmo de trabalho é muito lento; se tiver uma ligação a um sistema de pagamentos paralelos (por exemplo tabaco); quando existe excesso de trabalho em que a inconclusão significa sujeitarem-se a uma repreensão física; quando a gestão económica obriga isolamento com o mundo até ao pagamento com dinheiro (como no caso de navios mercantes).

*Em algumas instituições, existe uma espécie de escravidão, e o tempo integral do internado é colocado à disposição da equipe dirigente, neste caso, o sentido do eu e de posse do internado pode tornar-se alienado em sua capacidade de trabalho. (Goffman 2007, p. 21)*

Independentemente da quantidade ou da qualidade do trabalho existente, o indivíduo pode vir a sentir-se desmoralizado pela forma que a instituição organiza o sistema laboral. Mesmo em indivíduos com bons hábitos de trabalho no mundo externo, é possível o surgimento do desânimo devido à estrutura básica de pagamento regular não se mostrar compatível com a natureza destas instituições. O internado também depara com outra realidade: passa a ter uma vida solitária ao invés da

vida sócio-familiar, que normalmente permite uma maior estabilidade emocional. O quotidiano passa a ser partilhado, em todos os momentos, pelas mesmas pessoas das quais não conhece de todo.

### **1.1 Aspectos da Realidade do Internado: a “Mortificação do EU”**

A construção da personalidade de um indivíduo resulta, em grande parte, do meio onde se insere. Melhor dizendo, resultam de estímulos diversos, sobretudo provenientes do seio familiar. Devido ao grande fechamento e contacto limitado com o mundo exterior, as “alterações culturais” que ocorrem aquando da entrada de uma pessoa para uma instituição total são pouco acompanhadas. Como resultado, o indivíduo quando regressa para o quotidiano da vida exterior pode demonstrar-se temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos do seu dia-a-dia. Essa disparidade entre a rotina “normal” de qualquer cidadão comum e a rotina de um estabelecimento desta natureza reside no facto de ser explorado uma tensão entre essas duas realidades de modo a salvaguardar um controle das pessoas dentro desse meio institucional.

A concepção que o indivíduo tenha de si próprio, construído a partir da realidade vivida até ao momento da sua entrada, é completamente “agredida” e fragilizada quando inserido neste género de organismos. Deixa de ter contacto e suporte familiar e social com regularidade sofrendo em simultâneo as “mortificações do Eu”. Ou seja, fica exposto a um conjunto de rebaixamentos e humilhações que o põe em causa e leva a uma alteração de valores e crenças quer a seu respeito quer a respeito dos outros. Esta “mutilação” consiste num meio que permite à instituição o controlo dos internados e atingir os objectivos de

funcionamento institucional. O processo inicia-se com a retirada do indivíduo do mundo externo, ficando limitado à realidade institucional. Neste sentido, a rotina, os horários e os papéis sociais são completamente alterados e o indivíduo deixa de ter a liberdade de os controlar: “ *Nas instituições totais [...] a participação automaticamente perturba a sequência de papéis, pois a separação entre o mundo mais amplo dura o tempo todo e pode continuar por vários anos. Por isso ocorre o despojamento do papel.*” (Goffman, 2007, p. 24)

Muitas vezes, estes estabelecimentos proibem as visitas exteriores ou possíveis saídas dos internados numa fase inicial, de modo a permitir um verdadeiro distanciamento dos papéis sociais que até então desempenhavam. Mas, se um indivíduo entra voluntariamente para esta entidade (como no caso de conventos ou quartéis militares), podemos dizer que ele é que dá início a este processo sendo a instituição que permite um corte total com a realidade anterior.

Apesar deste afastamento, o internado pode recuperar alguns papéis sociais quando este regressa novamente ao mundo externo. Porém, haverá perdas irrecuperáveis e dolorosas: tempo perdido junto da família e na criação dos filhos; no namoro; na evolução académica ou profissional. Segundo Goffman (2007), podemos assistir em determinadas situações à “Morte Civil”. Esta é mais comum nos reclusos, consistindo numa perda temporária dos seus direitos (como por exemplo dispor de dinheiro, assinar cheques; oposição de processos de divórcio ou adoção, votar). No entanto, correm o risco de alguns desses direitos serem permanentemente negados.

O próprio Processo de Admissão contribui para o decurso da perda e mortificação do EU. Aplicada pela equipa dirigente, o processo de Admissão consiste num registo da história de vida do internado

contendo ainda outras informações com dados pessoais específicos, foto, impressões digitais, atribuição de número de registo. Para além deste registo, também consiste num desenvolvimento de determinadas acções iniciais: enumeração e resguardo de bens pessoais, mudar de roupa (quando a instituição tem uniforme próprio), dar banho, corte de cabelo, desinfecção, informar as normas da instituição e indicar o local de permanência do internado.

A socialização inicial do internado pode muitas vezes ser utilizada como “teste de obediência”:

*O momento em que as pessoas da equipa dirigente dizem pela primeira vez ao internado quais são as suas obrigações de respeito põe ser estruturado de tal forma que desafie o internado a ser um revoltado permanente ou a desobedecer sempre. [...] Um internado que se mostre insolente pode receber castigo imediato e visível que aumenta até que explicitamente peça perdão ou se humilhe. (Goffman, 2007, p. 26)*

O “teste de obediência” conjuntamente com os “Processos de Admissão são identificados por Goffman (2007) como as “Boas vindas” do internado. Aqui, tanto a equipa dirigente como até outros internados mostram qual é a verdadeira situação actual do indivíduo. Considerando-se como um “rito de passagem”, é dito ao internado que a sua posição é baixa e tão desvalorizada que até é atribuída uma espécie de alcunha (caloiro, por exemplo). O processo de admissão finda com a realidade vivida até então pelo internado, dando início a sua vida dentro da instituição.

A perda de propriedade é outro aspecto constituinte da “mortificação do EU”, isto porque as pessoas criam ligações afectivas com aquilo que possuem. Os seus objectos também estão ligados à sua identificação. Nas instituições totais, os bens pessoais tendem a ser

substituídos por aqueles que pertencem à instituição, como uniformes ou toalha. Nestas situações, estes pertences são recolhidos com regularidade por questões de manutenção e higiene, mas também para não sofrerem alterações de caracterização pessoal. Isto é, de não permitir que o internado deixe algum tipo de marca pessoal que sirva como identificação do objecto como dele. Para garantir a desapropriação, o internado pode ser obrigado a devolver restos de material de desgaste, como lápis, para então obter uma substituição. Este reforço também pode ser feito a partir de buscas e confiscos regulares nos aposentos dos internados.

Uma perda significativa para qualquer internado é a do seu nome. Pode ser substituído por outro tipo de identificação como um número ou alcunha. Também assiste-se a uma espécie de desfiguração pessoal. O indivíduo tende a sofrer uma alteração visual, por vezes significativa, pois deixa de ter acesso aos seus pertences (roupa, cosméticos, produtos de higiene) como também de serviços (cabeleireiro, costureiro ou lojas de roupa e acessórios). Tudo isto que contribui para a definição da sua imagem é retirado ou negado. Contudo, aquando da sua saída, podem ser restituídos. A sua aparência visual pode, em determinadas situações, sofrer uma mutilação maior: marcas permanentes no corpo ou mesmo perda de membros.

*Embora essa mortificação do eu através do corpo seja encontrada em poucas instituições totais, a perda de um sentido de segurança pessoal é comum, e constitui um fundamento para angústias quanto ao desfiguramento. Pancadas, terapias de choque, ou, em hospitais para doentes mentais, cirurgia – qualquer que seja o objectivo da equipa directora ao dar tais serviços para os internados – podem levar estes últimos a sentirem que estão num ambiente que não garante sua integridade física. (Goffman, 2007, p. 29)*

O trato do indivíduo, por parte da equipa dirigente, contribui significativamente para a “mortificação do eu” pois quase sempre é aplicado meios de inferiorização pessoal: no caso dos hospitais para doentes mentais e algumas prisões os internados comem com colher; nas prisões militares os reclusos são obrigados a estarem em posição de sentido sempre que estiverem na presença de um oficial; nas instituições religiosas é usual beijar os pés dos superiores como acto de penitência; noutras instituições os indivíduos podem se sujeitar à humilhação de se curvar para ser açoitado. A linguagem verbal pode ser utilizada no sentido de humilhação pois normalmente os internados são obrigados a tratar amistosamente qualquer elemento da equipa dirigente e tem o dever de solicitar humildemente acesso a coisas banais do dia-a-dia (ir ao WC, fumar, utilizar o telefone). No entanto, pode surgir contra o internado profanações ou gestos desrespeitantes, nomes obscenos ou salientar qualidades negativas do mesmo por parte de membros da equipa dirigente ou mesmo por outros internados.

Ao constituir-se como parte da instituição, o internado passa a ser obrigado a desenvolver tarefas da rotina do estabelecimento. Podem ser, muitas vezes, estranhas e incompatíveis com a sua forma de ser e por isso não se identifica com as mesmas. Temos o exemplo das prisões que normalmente não permitem relações heterossexuais o que leva o recluso a rezear a perda da masculinidade; nos estabelecimentos militares são executadas tarefas obrigatórias com pormenores inúteis fazendo que quem as desempenha se sinta desvalorizado, nos campos de concentração os prisioneiros são muitas vezes obrigados a bater noutros em situações de punição.

Nestas instituições, o indivíduo encara uma constante violação da sua privacidade que se reflecte em exposições indesejadas do seu corpo,

de determinados pertences pessoais, acções e historial. Toda a informação pessoal registada nos documentos de admissão encontra-se ao acesso de toda a equipa dirigente. Para além disso, o internado é obrigado a expor sentimentos pessoais e factos em procedimentos auto-reguladores da instituição, como no caso das audiências. Em casos particulares, como em hospitais para doentes mentais e prisões, os internados podem ser vistos em circunstâncias humilhantes pelos visitantes.

É comum a exposição física, mesmo entre pessoas de ambos os sexos, em situações diversos: na realização de exames médicos e/ou de segurança; na partilha de dormitórios colectivos e WC sem porta. Outro tipo de exposição que o internado encara é a “exposição contaminadora”. Esta implica situações relacionadas com a falta de higiene, tais como a sujidade de objectos ou espaços de uso diário (ex: sanitários), sujidade cultural (normalmente pela ausência de condições para a manter; ausência de atividades culturais que contribuem para o desenvolvimento pessoal e/ou contacto com pessoas rudes e comportamentos inadequados, por vezes perigosos), má qualidade alimentar (alimentos estragados e não lavados); toalhas e roupas sujas (que podem estar impregnadas com o suor de quem as usou antes), pelo contacto inter-pessoal (pessoas moribundas ou com falta de higiene; ausência de cuidados higiénicos em utensílios). A contaminação interpessoal pode exprimir-se com características violadoras quando um revistado tem que obrigatoriamente realizar um exame rectal como parte do processo de admissão. Também pode ser sentida quando se verifica uma mistura de grupos etários, étnicos e raciais, como também nalguns aspectos da vida em grupo (ex: celas colectivas e sobrelotadas). O contacto pessoal pode apresentar-se como outro meio contaminador. É o exemplo do sistema de alcunhas

aplicadas pelos internados assim como outras formas íntimas e informais de trato pessoal. Determinadas formas de exposição do internado são igualmente contaminadoras: leitura e censura da sua correspondência podendo levar a algum tipo de penalização; obrigatoriedade pública das visitas em determinados estabelecimentos; a exposição pública de relações íntimas criadas entre internados como ainda a implementação de meios que a impeçam de continuar (ex: castigo publico ou afastamento físico).

Outro aspecto que perturba a relação do “eu” de um internado é a alteração do efeito dos seus actos. Isso é, mediante alguma situação perturbadora, a sua resposta muitas vezes não tem o efeito desejado devido a encontrar-se numa realidade fechada completamente diferente da que conhecia até então. No mundo externo o indivíduo tem maior liberdade de expressão e de se poder manifestar perante situações de discórdia. Nas instituições totais podem ser interpretadas como desobediência e desrespeito perante a equipa dirigente. Assim, os internados deixam de ter autonomia nos seus actos. Enquanto na vida civil as acções são desempenhadas de acordo com o gosto pessoal do indivíduo e respectiva disponibilidade, nestas instituições essa gestão cabe à equipa dirigente. Todo o detalhe respeitante a uma tarefa a desenvolver por determinado indivíduo pode sujeitar-se às normas e avaliação da mesma. O indivíduo passa a sentir um “estrangulamento” na gestão do seu tempo e/ou acção, pois é obrigado a solicitar a permissão ou a obtenção de instrumentos para a realização de tarefas secundárias, que anteriormente fazia sozinho (ex.: telefonar, colocar cartas no correio, barbear, etc.). As situações mais simples passam a exigir submissão e a sujeitarem-se às interferências da equipa dirigente.

A presença constante de autoridade nestas organizações implica a manutenção de uma conduta adequada, conforme as normas internas, estando a todo o momento sujeitos a qualquer tipo de observação. Por esta razão, o internado tende a encontrar-se sobre pressão de julgamentos oficiais e da possibilidade de aplicação de medidas punitivas.

Segundo Goffman (2007), as normas estabelecidas “[...] ocorrem num sistema de autoridade escalonada; qualquer pessoa da classe dirigente tem alguns direitos para impor disciplina a qualquer pessoa da classe de internados, o que aumenta nitidamente a possibilidade de sanção” (p.45). Por estarem sempre rodeados de elementos de autoridade que asseguram a aplicação dos regulamentos e o fazem de modo rigoroso, leva a uma vivência de constante angústia por parte dos internados (sobretudo os recém-chegados) relativamente à infracção dessas normas e a punição a ser aplicada. O internado vê-se obrigado a fazer um esforço persistente e consciente para evitar situações de conflito que o possam comprometer. Assim sendo, podemos identificar alguns aspectos problemáticos no processo de “mortificação do eu”: perturbação da liberdade de acção e tomada de decisão sobre a realidade quotidiana; perda de determinadas comodidades (Ex: cama confortável); desvalorização daquilo que é dito pelo internado pelos elementos da equipa dirigente, havendo ainda atitudes que podem fazer com que o internado se sinta humilhado pelos mesmos; desenvolvimento das justificativas do ataque ao EU através da Auto mortificação (pela renuncia, comum nas instituições religiosas); da Mortificação Organizada com objectivo destrutivo (utilizado nos campos de concentração), e de mortificações racionalizadas e fundamentadas (alimentação forçada para salvaguardar a vida de um indivíduo, restrições e regulamentos de segurança – aplicadas nas prisões).

O indivíduo ao entrar para uma instituição total depara que os seus desejos tendem a entrar em conflito com os ideais do estabelecimento. Também depara que a sua imposição é totalmente ineficiente. Deste modo, aquele que entrou voluntariamente para este tipo de estabelecimento pode vir a lamentar a perda da tomada de decisões fulcrais de forma autónoma. Existem ainda situações em que o indivíduo permanece satisfeito com essa decisão.

## **1.2 Estratégias de Adaptação e Ajustamentos Secundários**

A tensão vivida nestes estabelecimentos constitui-se como factor determinante na “mortificação do eu”, devido ao efeito que exerce sob o foro psicológico do indivíduo. Curioso é verificar que, em situações de grandes desilusões ou sentimentos de culpa, pode trazer algum alívio psicológico. No entanto, esta surge por diversos motivos, podendo estar associada ao espaço pessoal (incapacidade de decisão, alimento insuficiente, perda de sono). A ausência de determinados momentos de lazer, como o cinema e a leitura, também contribui para este incremento de tensão pois encontram-se associados à fantasia, surgindo como recurso de fuga à realidade.

Com as novas entradas de internados, as instituições totais transmitem os elementos básicos para uma (re) organização pessoal através das Normas Internas (principais exigências quanto à conduta e rotina diária do internado), da definição de privilégios (obtidos em troca de obediência à equipa dirigente sendo estes por vezes a recuperação de objectos ou aspectos da rotina diária do exterior) e estipulação de castigos (consequências de desobediência às regras estipuladas). As instituições totais utilizam a aplicação dos castigos e dos privilégios

como um modo de organização interna. Nestes também pode ser determinado a redução ou aumento da sua sentença ou período de permanência neste local, conforme os actos praticados pelos internados. Os castigos e privilégios passam a estar ligados ao sistema interno de trabalho e de descanso.

Perante este ambiente hostil, os internados adoptam meios de obter algum tipo de “liberdade” proibida. Uma destas formas é a recriação de vocabulário próprio, com características de acções institucionalizadas, que permite a expressão de assuntos “banidos” entre si sem risco de punição pela própria instituição. Também pode ser feita a partir de Ajustamentos Secundários que consistem em “[...] *práticas que não desafiam directamente a equipa dirigente, mas que permitem que os internados consigam satisfações proibidas ou obtenham, por meios proibidos, as satisfações permitidas.*” (Goffman, 2007, p. 160). Por este meio, o indivíduo reconquista alguma autonomia e determinado controle do seu ambiente, permitindo-lhe proteger o seu “eu”. Para garantir essas práticas, é concebido um código como também meios de controlo social por parte dos internados. Assim, dificulta-se a possibilidade de fuga de informação que poderá chegar à equipa dirigente através de outro internado. Dentro deste sistema, surge as classes privilegiadas compostas por indivíduos que têm acesso diferencial a bens ilícitos disponíveis (ex: pessoal de cozinha) ou devido ao tipo de “favores” que oferecem (ex: sexo). Neste sistema de privilégios, o indivíduo enfrenta uma reorganização do “eu”: experiencia um alívio de responsabilidades económicas e sociais como ainda passa por um processo de confraternização diferente do que experienciaria no mundo exterior. Ou seja, verifica-se uma aproximação entre pessoas socialmente distantes, sendo estabelecido entre as mesmas um apoio mútuo dentro da realidade

actualmente partilhada. Nesta nova organização do “eu”, o internado tende a aplicar comportamentos em relação às pessoas desta nova realidade: passa uma maior sociabilização com os restantes internados, pois partilham a mesma situação e emoções daí resultantes. Por outro lado, tende a rejeitar aqueles que o rejeitam, sendo estes a equipa dirigente. Isto pode dar origem a comportamentos que desafiam a autoridade institucional. Nesta congregação, surgem muitas vezes grupos de internados compostos por menor número de elementos (amigos ou casais). Este tipo de relacionamento pode enfrentar uma espécie de proibição institucional, pois as equipas dirigentes receiam a criação de um mundo próprio dentro da instituição levando que este tipo de solidariedade entre determinados internados, leve ao desenvolvimento de actividades combinadas que vão contra as regras do estabelecimento. Assim, procura-se impedir o surgimento do grupo primário.

Conforme o tipo de estabelecimento, as tendências de confraternização tendem a ser limitadas. Em algumas situações, os internados podem ser roubados ou atacados pelos próprios companheiros ou podem ser expostos às entidades de autoridade em relação a algo privado. Nestes casos, a socialização pode ser mais selectiva devido ao factor de confiança ou falta desta. Parece existir casos excepcionais que permitiram canais de fuga, formação de greves e até organizações subterrâneas. Apesar da sua existência frágil, a lealdade constitui-se como parte da cultura do grupo de internados. Aqueles que não respeitam essa solidariedade interna, encontram-se sujeitos a situações de hostilidade com os restantes internados.

A adaptação às instituições totais é feita de modo individual e diferencial. As tácticas aplicadas podem ocorrer em diferentes fases da sua vivência institucional, podendo ser múltiplas em simultâneo.

Segundo Goffman (2007), destaca-se o *Afastamento da situação* em que o internado deixa de estar atento a tudo que o rodeia, exceptuando situações relacionadas com o seu corpo. Torna-se numa abstenção total de participação em acontecimentos de interacção (“regressão”, “psicose de prisão”, “agitação simples”, “despersonalização aguda”, “alienação”). Esta tática torna-se quase sempre irreversível. Goffman (2007) também identifica a Tática *de intransigência*, consistindo esta num desafio intencional provocado pela falta de cooperação do internado em relação à equipa dirigente. Esta tende a responder “na mesma moeda” aplicando por norma uma punição pesada para que o mesmo sirva de exemplo aos actos de rebeldia. Salienta ainda a *Colonização*, em que o internado vive o pouco do mundo externo na instituição como um todo, tendo ainda uma existência estável e satisfatória dentro da instituição. Esta vivência dos dois mundos serve para mostrar que a vida institucional pode ser desejável, reduzindo a tenção entre as duas realidades. Pode levar a que os outros internados o acusam de “ter encontrado um lar” enquanto a equipa dirigente poderá se preocupar com esse sentido da instituição visto que poderão estar comprometidas as oportunidades positivas da situação desse internado. Este tipo de internados poderão sentir-se obrigados a manifestar insatisfação com a instituição quando existe a necessidade de fomentar a solidariedade no grupo dos internados. Outro comportamento aparentemente contraditório consiste na criação de problemas internos, pouco antes da data estipulada para a sua saída. Assim, o internado é obrigado a continuar o seu internamento. O investigador identifica ainda uma quarta tática: a *Conversão* – quando o internado aceita e encaixa-se no perfil determinado pela entidade e respectiva equipa dirigente, assumindo o papel de “internado perfeito”.

Estas táticas de adaptação constituem-se como comportamentos coerentes que podem ser desenvolvidos. Porém, poucos são os internados que os seguem por muito tempo. Na maioria das instituições, uma parte significativa dos internados preferem orientar-se de modo mais flexível, referido por Goffman como “se virar” (desenrascar-se). Ou seja, “[...] *uma combinação um pouco oportunista de ajustamentos secundários, conversão, colonização e lealdade ao grupo de internados, de forma que a pessoa terá, nas circunstâncias específicas, uma possibilidade máxima de não sofrer física ou psicologicamente.*” (Goffman, 2007, p. 62). Neste sentido, o internado tende a manifestar mediante os seus colegas comportamentos de lealdade sendo estes contrários aos impostos pela administração. No entanto, esconde dos mesmos que, quando sozinho com a equipa dirigente, age com formalidade e educação. As táticas de adaptação constituem-se como meio de ajustamento a pressões internas numa instituição total.

A experiência do mundo exterior de determinados indivíduos pode levar a uma “imunização” face à realidade da instituição total. Por este motivo, deixa e haver necessidade de aplicar algum esquema específico de adaptação para determinado período de tempo. Temos o exemplo de doentes de hospitais para doenças mentais que, viveram sempre em orfanatos, reformatórios e cadeias, e tendem a ver o hospital apenas como outra instituição total onde podem aplicar as técnicas de adaptação aprendidas e aperfeiçoadas em instituições semelhantes. A imunização também ocorre noutro tipo de situações. Por exemplo, quando uma classe social mais baixa de internados convive com uma classe social mais alta, tendo nestas situações contacto com um mundo educado e culto, pode ser considerado um privilégio. Quando as convicções religiosas e políticas são profundas num determinado

indivíduo, as “agressões” de uma instituição total tornam-se ineficientes pois as suas crenças permitem uma espécie de isolamento. Perante uma barreira de comunicação entre a equipa dirigente e o internado (diferenças de linguagem, incapacidade de expressão) a equipa dirigente pode liberar algumas pressões devido à inutilidade dos seus esforços em estabelecer comunicação com o mesmo.

O indivíduo tende a sentir um enorme fracasso pessoal, que resulta da baixa posição dos internados quando comparada com o mundo externo. Esta constante frustração leva a que o internado crie uma história para explicar aos seus colegas a sua actual situação de desgraça pessoal. Mesmo que a equipa directora venha a desmentir com frequência essas histórias, os demais internados tendem a ser mais compreensivos acreditando mais no que é relatado pelo seu colega.

Muitos dos internados sentem que o tempo que é passado no estabelecimento é tempo perdido, destruído ou tirado da sua vida. Sente-se exilado de tudo e de todos. A partir do momento que entra para uma instituição total, o indivíduo sofre perdas de contactos sociais e a impossibilidade de aquisição de bens que possam ser transferidos para sua vida externa, sobretudo quando a permanência é prolongada (por exemplo dinheiro, qualificação académica e profissional, ligações conjugais). Em alguns casos, o internado pode encarar a sua permanência na instituição importante para o seu processo de cura e/ou validação pessoal. Estas situações são sobretudo comuns em sanatórios para doentes mentais.

Pela necessidade de valorizar o tempo passado nestas instituições, as actividades de lazer assumem um papel importante para o internado. As actividades desenvolvidas podem ser colectivas: jogos ao ar livre, bailes, participação em bandas musicais, aulas de cariz artístico, jogo de

cartas. Também podem ser realizadas actividades individuais como a leitura e/ou ver televisão. Muitas destas actividades são apoiadas pela administração institucional, porém surgem outras que se constituem como ajustamentos secundários: jogos de azar, actos homossexuais, embriaguez (através de álcool industrial, noz-moscada e gengibre). A equipa dirigente tende a fazer objecções sempre que se verifique que as actividades de distracção se tornam muito frequentes ou contínuas, pois o cuidado do internado está sob a sua responsabilidade.

### **1.3 A Libertação do Internado**

A libertação ou saída da instituição é algo naturalmente muito desejado pelos internados, até ao ponto de ser programada detalhadamente. À medida que se aproxima a data, os internados tendem a sentir-se bastante angustiados, podendo levar a conflitos e até ao prolongamento da sua permanência. A angústia e o comportamento resultante desta estão associados à preocupação da sua reinserção social no mundo exterior.

As instituições totais procuram reabilitar o indivíduo que nela ingressa. Por isso, é restabelecido mecanismos auto-reguladores de modo a que o internado possa manter os padrões da instituição. Mas a mudança quando ocorre muitas vezes não é pretendida. Exceptuam-se o caso das instituições religiosas, embora seja difícil manter um efeito duradouro devido à presença de costumes contrários aos da instituição.

Com a sua saída, o internado tende a ficar deslumbrado perante as liberdades e prazeres da sua nova condição social. Isto leva a esquecer uma grande parte do que era a vida na instituição, enfraquecendo os sentimentos de injustiça, amargura e alienação que tende a desenvolver-

se durante o período de internamento. A saída da instituição devolve-o ao mundo exterior, contudo a sua posição social nunca será a mesma. Pode ter um estatuto proactivo favorável (o que acontece com os que se formam em internatos de elite, escolas para formação de oficiais, conventos aristocratas, etc.) ou um estatuto proactivo desfavorável (quando saem de prisões ou manicómios). Neste último caso, o ex internado faz um esforço para esconder o seu passado pois tem consciência do estigma da sua situação. Aqui, a equipa dirigente desempenha um papel importante pois tem a capacidade de dar uma espécie de dispensa que reduz o estigma. Temos o exemplo dos hospitais para doentes mentais que podem dar um atestado de saúde mental (dispensado como curado) e também recomendações pessoais.

O desenvolvimento da angústia de um internado aquando da libertação deve-se a vários factores que não existiam pouco antes da entrada para a instituição: dificuldade em reassumir responsabilidades que lhe foram liberadas aquando do seu internamento, dificuldade ou total incapacidade de adaptação à realidade actual, medo do efeito do estigma de ex internado no mundo exterior. A sua libertação tende a ocorrer numa altura em que o internado finalmente consegue adaptar-se à instituição, tendo adquirido já alguns privilégios internos. Ou seja, verifica que se encontra no topo da hierarquia social na instituição sujeitando-se a ser colocado num estrato social mais baixo quando libertado.

A concessão da liberdade de alguns indivíduos pode ser limitada. No caso de alguns campos de concentração, é exigido ao internado a assinatura de um termo de libertação, atestando que tinha sido tratado com justiça sendo advertido quanto às consequências da apresentação do que ocorrera lá dentro. Antes da libertação de um doente mental, a

instituição entrevista-o de modo a verificar se tem ressentimentos contra a instituição e/ou com os que providenciaram o seu internamento sendo advertido quanto às consequências de criar dificuldades. A saída do recluso implica estar sob liberdade condicional, obrigando-o a apresentar-se regularmente perante as devidas autoridades e afastar-se dos ambientes sociais que frequentava aquando do seu encarceramento.

#### **1.4 O Papel da Equipa Dirigente**

O trabalho da equipa dirigente, numa instituição total, relaciona-se apenas no trato de pessoas, de acordo com a “filosofia” da instituição. Mesmo assim, as pessoas com quem trabalham tendem a ganhar características de objectos inanimados. Por exemplo, as características físicas geram por vezes preferência na realização de tarefas (ex: preferência por pessoas magras às gordas em intervenções cirúrgicas). O registo burocrático sobre determinado doente mantém-se mesmo depois de algum tempo após o seu desaparecimento.

Apesar dessa tendência, procura-se manter os aspectos de tratamento humanitário perante os internados, para manter o seu bem-estar, como atenção médica integral e até deter tentativas de suicídios. Existe a necessidade de considerar que os internados têm, no mundo exterior, determinados assuntos sociais (estatuto; relacionamento etc.) e que os mesmos passam a ser de alguma responsabilidade da instituição (negação de determinados direitos civis a um doente mental que são transferidos a uma família, uma comissão ou determinado responsável no hospital). A equipa dirigente pode ficar com a responsabilidade de determinados aspectos burocráticos relacionados com os internados (benefícios da providencia social, renda, manutenção de propriedades,

pagamentos de seguros ou despesas domésticas, pensões de velhice, contas de saúde, obrigações legais antes da entrada para a instituição). A constante lembrança dessas obrigações referentes a padrões e direitos é feito à equipa dirigente a partir dos superiores hierárquicos mas também por terceiros como familiares do paciente que por vezes apresentam pedidos que os internados ficariam melindrados em apresentar por sua iniciativa.

A equipa dirigente pode por vezes padecer perante os problemas que os seus superiores enfrentam. Surgem dificuldades na determinação de padrões de intervenção diferenciados entre os internados (determinado pela patologia ou tendências comportamentais) pois pode dar origem a desentendimentos. Surge o conflito entre a manutenção de padrões humanitários de tratamento institucional, tais como a confiscação dos bens pessoais durante o período de internamento de indivíduo ou ainda a alteração de determinados aspectos físicos (rapar a cabeça por questões de higiene dos internados, extracção de dentes de indivíduos “mordedores” em manicómios, realização de histectomias em mulheres com tendências para promiscuidade sexual). Podem ser limitadas as saídas da instituição quando o comportamento do internado recai sob a responsabilidade da administração. Os internados recebem instruções de tarefas que deverão fazer sozinhos. O internado possui a capacidade para entender e seguir os planos da administração mas também pode opor-se de modo inteligente e emocional em determinados momentos. Mesmo que os elementos da equipa dirigente procurem manter um distanciamento na relação que tem com o internado, isto nem sempre ocorre, dando lugar a afectos e até de amizade entre elementos de ambos os grupos institucionais. Este tipo de relação pode ter determinadas consequências e influenciar o trabalho do elemento da equipa dirigente.

Por exemplo, se for necessário implementar um tratamento ou uma intervenção punitiva dura ou cruel, o sofrimento não se limitará ao internado, passará também aos da equipa dirigente. Os internados poderão, em dada altura, serem considerados como comedidos e responsáveis e por isso inseridos na participação de determinadas actividades. No entanto, mediante a tensão emocional, poderão revelar-se problemáticos. Nestas situações a equipa dirigente poderá sentir-se obrigada a uma intervenção indesejada.

*Num esforço para frustrar esses actos visivelmente autodestrutivos as pessoas da equipa dirigente podem ser obrigados a «maltratar» tais pacientes, e criam, de si mesmas, uma imagem de pessoas duras e autoritárias, exactamente no momento em que tentam impedir que alguém faça por si mesmo aquilo que, segundo pensam, nenhum ser humano deve fazer a outro. (Goffman, 2007, p. 76).*

As tarefas diárias estabelecidas à equipa dirigente baseiam-se na determinação de exigências de um trabalho humanitário, de acordo com os objectivos daquela instituição. No entanto, não deixam de ter de enfrentar alguma hostilidade por parte dos internados. Torna-se necessário apresentar aos mesmos a perspectiva institucional.

As instituições totais podem apresentar diversos objectivos, passando estes pela realização de algum objectivo económico, pela educação e instrução, pelo tratamento médico e psíquico, pela punição religiosa, a protecção da comunidade mais ampla, incapacitação, retribuição, intimidação ou reforma. Cada objectivo interfere em vários aspectos da rotina diária da instituição e não se encontra limitada à sua área específica (ex: um exame médico pode determinar a dose de medicação, hora do sono, etc.). A instituição total interpreta e actua sob o internado desde o momento que é admitido pois o seu internamento indica que deve ser o tipo de pessoa que a instituição procura tratar. A

equipa dirigente tende a expressar a distribuição de privilégios e punições numa linguagem que determina a legitimação dos objectivos internos de funcionamento.

Os sintomas de determinadas patologias podem ser designados como intencionais no início do seu aparecimento, como por exemplo urinar na cama. Isto porque o comportamento do internado tem uma interpretação própria, segundo ideologias da própria instituição, que são por vezes estereotipadas. Por esta razão, a equipa dirigente tende a desenvolver uma relação distanciada em relação aos internados. A aplicação de privilégios e punições encontra-se sob a influência da imagem que se tem sobre estes. Muitas vezes acreditam que, sobretudo com os internados rebeldes, é possível quebrar a sua resistência através de exigências extremas iniciais.

As tarefas laborais realizadas pelos internados são vistas como terapia à sua “cura” ou objectivo a atingir, não tendo o factor de ganho económico. Estas tarefas tendem a ser de carácter inferior (varrer, servir à mesa, trabalho de lavandaria e limpeza). Para muitos internados, torna-se sinónimo de uma evolução positiva para alcançar um objectivo pretendido.

### **1.5 Eventos Públicos Institucionais**

Por vezes torna-se difícil a segregação entre internados e equipa dirigente. Ao executarem algumas tarefas laborais internas, como limpeza ou jardinagem, os internados passam a estar num constante contacto com a equipa dirigente. Essa maior aproximação permite que se ultrapasse ideias pré-estabelecidas e terem uma imagem um pouco mais

favorável um do outro. Podem ser criados laços de solidariedade e compromisso, diminuindo a diferença entre estes dois grupos.

Nas instituições totais, surgem muitas vezes órgãos de divulgação, sendo geralmente em formato de um jornal semanal ou revista mensal. São recrutados internados como colaboradores cabendo a supervisão e censura a elementos da equipa dirigente. Estes órgãos procuram dar um carácter de realidade pública dentro da realidade institucional sendo utilizado dois tipos de material: **Notícias locais** (descrição de cerimónias institucionais recentes, referências de acontecimentos pessoais como aniversários, promoções, viagens, falecimento de pessoas da instituição); **Notícias do mundo externo** (relação com a posição legal e social de internados e ex internados, com comentários adequados, poesia, contos e ensaios originais).

A redacção cabe aos internados, mas exprime a interpretação oficial das funções da instituição, a teoria da equipa dirigente, uma versão mais idealizada das relações entre a equipa dirigente e os internados, e a posição que um convertido ideal devia aceitar. No entanto podem surgir no lugar deste, boletins internos e outros formatos de órgãos de divulgação.

Nestas instituições são comemoradas festas anuais ou datas comemorativas (Natal, Páscoa, Carnaval). Realizada uma ou mais vezes por ano, o convívio entre administração e internados é feita sob normas de urbanidade comuns. Em algumas situações, pode ocorrer a inversão de papéis: a equipa dirigente põe a mesa aos internados ou realizar outros serviços inferiores aos mesmos. Entre as actividades realizadas, destaca-se o teatro institucional. Normalmente os internados são os actores enquanto os membros da equipa dirigente assumem o papel de directores da peça. Em algumas instituições, podem surgir elencos mistos. Nestas

peças podem ser utilizadas referências institucionais como representação de actos satíricos que imitam membros bastante conhecidos da instituição, sobretudo de cargos mais elevados. Quando apresentada perante uma audiência estranha, leva a um sentimento de unidade entre a equipa dirigente e internados.

A “Abertura de Portões” ou “Abertura ao Público” pode-se realizar uma vez por ano em determinadas instituições. Destina-se a receber os familiares dos internados como o público em geral, permitindo que os mesmos visitem o recinto, verificando que são cuidados devidamente. Nessas ocasiões, as relações são cordiais entre internados e a equipa dirigente havendo também redução das restrições usuais. Procura-se evitar perguntas perturbadoras e que seja transmitida uma ideia negativa da instituição e seu funcionamento. Alguns espaços, como a sala de visitas, tende a exibir uma decoração próxima dos padrões externos, o que pode não corresponder à realidade institucional. Pode ser transmitido uma imagem adequada aos visitantes através de internados mais colaboradores, alguns dos quais habituados aos tratamentos de psicodrama ou terapia de dança, permitindo desempenhar um papel de representação diante de estranhos. Surgem também visitas de funcionários ligados à instituição, mas pertencente a cargos directivos o que leva a que essa mesma visita seja preparada com antecedência mas com grandes apetrechos.

*Qualquer que seja o efeito e tais visitas sobre os padrões diários, parecem servir como recordação, a todos no estabelecimento, de que a instituição não é um mundo inteiramente isolado e de que tem alguma ligação, burocracia e de subordinação, com estruturas do mundo mais amplo. A exibição institucional, qualquer que seja sua audiência, pode também dar aos internados a ideia do que estão ligados à melhor instituição desse tipo. Os internados parecem surpreendentemente dispostos a acreditar nisso. Evidentemente, através dessa*

*crença, podem sentir que têm um status no mundo mais amplo, embora através da condição que os afasta desse mundo. (Goffman 2007, p. 92)*

## **Capítulo 2 - Reinserção Social: origens, evolução e contextualização histórica e legal.**

Até finais do século XVIII e século XIX, os sistemas punitivos baseavam-se não só na aplicação de penas corporais (tortura) e infamantes como ainda a morte do indivíduo. Nessa época, a prisão tinha uma função diferente: “[...] *era habitualmente aplicada como forma de se atingir outros fins ( forçar o pagamento de dividas, por exemplo) agravada com sanções de natureza corporal.*” (Figueiredo, 1983,p.20). Com o aparecimento dos movimentos iluministas, onde a liberdade era defendida como valor essencial da vida humana, surge a luta contra as penas corporais, assumindo-se o sistema prisional como meio punitivo. Segundo Figueiredo (1982;20), a prisão passa igualmente a assumir um papel de reinserção social:

*Importante, no entanto, afastar definitivamente a pena de prisão dos passados sistemas penais ela passou a não ser encarada e apresentada como puro sofrimento (físico e psicológico) de privação e liberdade: ela era proposta como meio mais adequado para a progressiva regeneração dos delinquentes.*

Esta ideologia é acompanhada por uma evolução legislativa que passou a fixar, desde 1830, um sistema jurídico-legal como também medidas organizativas do sistema prisional. Desde esse período, verificamos que os diplomas aplicam medidas ou criam instituições específicas para menores com o intuito da regeneração do delinquente e da prevenção criminal. Ou seja, a evolução da produção legislativa relaciona-se gradualmente com a reinserção social.

Os progressos da implementação do sistema penitenciário são significativos em 1884 e 1886 graças aos grandes desenvolvimentos da

criminologia nesse período. Em 1910 a legislação revela interesse na prevenção criminal, de menores delinquentes, com a aplicação de um novo direito a estes jovens. A documentação legislativa revela uma gradual evolução que se encaminha, desde então, em direcção ao recluso, ao seu bem-estar, a um trato digno mesmo durante o encarceramento. *“Nos diplomas mais antigos todas as preocupações se concentram em disposições e medidas um pouco genéricas de humanidade e respeito pelos condenados: reprimir os abusos e excessos dos carcereiros, vigiar pela celeridade do processo dos presos, ouvir queixas...”* (Figueiredo, 1983,p 23).

Os textos também revelam preocupações contínuas no que diz respeito à reintegração social: a instrução, a assistência moral e religiosa; o trabalho prisional; contactos com o exterior; intervenção de instituições privadas ou do Estado de Assistência Social; visitas; acompanhamento individual do delinvente de modo a garantir a sua reintegração social; recrutamento de profissionais da área de Assistência Social para acompanhamento destes casos; formação adequada dos profissionais da área social; ligação da reinserção social de delinquentes com a política criminal para menores; articulação entre investigação criminal e reintegração social/prevenção.

Podemos afirmar que na Reinserção Social surgiram dois momentos de significativa evolução no que se refere ao seu papel nas prisões: a criação de Associação do Patronato das Prisões em 1932 e a Reforma Prisional de 1936 onde se prevê pessoal especializado para a Assistência Social, devendo os mesmos receber formação adequada à investigação.

Em 1956 atribui-se o reconhecimento da Assistência Social autónoma dos restantes serviços prisionais mas a sua consagração oficial

é estabelecida no Código Penal de 1982, onde é criado o Instituto de Reinserção Social.

## **2.1 Prevenção e Recuperação do Delinquente através do Trabalho e Formação Profissional**

O trabalho prisional tem sido, desde sempre, aplicado como meio de reeducação do indivíduo e instrumento de reinserção social. É curioso verificar que, em 1843, no Regulamento Provisório da Policia das Cadeias, as competências do carcereiro determinava ao mesmo “[...] *velar pela ocupação dos presos tudo fazendo para que se empreguem nos ofícios que puderem exercer sem risco e inconveniente dos próprios presos e da policia e segurança das prisões.*” (Figueiredo, 1983,p25). Mais tarde, a pena de prisão de maior duração implicava não apenas o trabalho mas também a aplicação de uma parte dos produtos provenientes do trabalho em benefício dos reclusos (Código Penal 1852, artigo nº 29 e 34). Passa também a ser determinado, por lei, que quando o recluso não tenha conhecimentos que lhe permitam desenvolver adequadamente o seu trabalho, o mesmo terá direito a instrução para esse fim. A instrução era também considerada como meio de preparação do indivíduo para sua libertação, para garantir uma adequada reinserção social (artigo 24, Código Penal de 1852).

À medida que se reconhece a importância do trabalho prisional no processo de recuperação permitindo uma maior facilidade de reintegração social do indivíduo após o cumprimento de pena, também se chega à conclusão que a instrução é complementar no desenvolvimento deste processo. Tal como nos refere Figueiredo (1983), o Regulamento Provisório da Cadeia Geral Penitenciária do distrito da relação de Lisboa de Novembro de 1884 determina, nesta prisão, que:

*[...] Os presos serão obrigados a trabalhar, seja qual for a sua condição social, dentro da sua respectiva cela ou em compartimentos adequados para o efeito, e quando não souberem alguma arte ou ofício, para não se conservarem inactivos, receberão durante o cumprimento da pena a instrução necessária e relativa ao trabalho e preparação dos meios de existência honesta depois da soltura, tendo em conta a sua posição social anterior ao crime .(p.28)*

Previa-se ainda que a tarefa atribuída fosse de acordo com o seu estado físico e capacidade intelectual. Visto que tanto o trabalho como a formação desempenhava um papel fundamental para garantir a recuperação do delincente, também passa a ser reconhecida a importância do recrutamento de pessoal especializado para essas funções. (Decreto 12 de Dezembro de 1896).

Se o trabalho profissional é visto como recuperação do condenado, já com a implementação da primeira República, é também visto como meio de prevenção à delinquência. Em 1911 é estabelecido um novo direito para menores (Decreto 27 Maio 1911) surgindo a Escola Central de Reforma de Lisboa, com três principais áreas de formação: Instrução Geral, Industrial e Agrícola. Também oferecia profissões industriais específicas: sapataria, mercenária, alfaiataria, trabalhos em talha, tipografia, litografia, serralharia mecânica ou artística. Desde então, tornou-se cada vez mais implementado o trabalho prisional como meio de recuperação do detido. As Escolas Industriais e Agrícolas surgem um pouco por todo o país como também Reformatórios e Colónias Correccionais. O reconhecimento pela importância do trabalho prisional leva à sua consagração no Decreto nº 6117 de 20 de Setembro de 1919 e no Decreto nº 10767 de 15 de Maio de 1925.

Dentro ou fora da prisão, o trabalho e a formação profissional são os instrumentos de preferência para a recuperação e reinserção social do condenado. A Reforma Prisional de 1936 (Decreto-Lei nº 26643 de 23 de Maio) estipula que:

*[...] Ao considerar o regime prisional, que atender ao fim individual da pena – o educativo. A ociosidade é prejudicial à vida honesta; o trabalho foi sempre uma escola de virtude e, portanto, um instrumento de regeneração, mas não é este somente o motivo de necessidade de o estabelecer nas prisões, há ainda que contar com a preparação de condições necessárias para que o preso seja reabsorvido socialmente quando posto em liberdade e esse objectivo será difícil de atingir se o preso esteve durante muito tempo ocioso [...]. Há que considerar o problema de aprendizagem de um ofício. É uma verdade adquirida que o preso, em regra, não usa fora da cadeia o ofício que nela aprendeu. [...] É preciso por isso escolher para ensino uma profissão que ele possa exercer no meio em que vai viver, sem sacrificar todavia a este único fim todos os outros objectivos do trabalho prisional e a pena.*

A importância do trabalho prisional e de formação foram consagrados na Lei Prisional ao longo do tempo até aos nossos dias. Destaca-se o Decreto-Lei nº 34135 de 24 de Novembro de 1944 (criação de Comissão para organização do trabalho prisional onde é reforçado a recuperação do delinquente pelo trabalho); Decreto-lei nº 38386 de 8 de Agosto de 1951 (trabalho serve para “formar um homem novo”); Decreto-lei nº 39688 de 5 de Junho de 1954.

O trabalho prisional é também reconhecido pela sua finalidade de “ordem moral”, facilitando o regresso à vida social. Ou seja, permite uma aproximação com uma vida normal em liberdade, desenvolvendo a noção de responsabilidade pela aquisição desses hábitos laborais. Permite fomentar e manter hábitos morais adjacentes: respeito pelo outro, pontualidade, conclusão adequada do seu trabalho, etc. O facto de passarem a receber uma parte dos ganhos resultantes do seu trabalho em

clausura permite continuar a assumir as suas responsabilidades enquanto cidadão produtivo: autosustento, apoio financeiro à família, pagamento de dívidas e realização de poupanças.

O papel educativo e de integração social do trabalho encontra-se constituído na Reforma dos Serviços Tutelares de Menores aprovado pelo Decreto-Lei nº 4428 de 20 de Abril de 1962. Surge, neste documento, a aplicação de outros meios fundamentais para a readaptação em sociedade:

*[...] Para outra corrente mais evoluída, a reeducação em internato deve ter sobretudo uma função psicológica. Os educadores devem procurar, acima de tudo, resolver os conflitos psicológicos e os problemas afectivos que estão na base da inadaptação dos menores, estabilizar-lhes a conduta e levá-los a adquirir a maturidade necessária para que, uma vez em vida livre, se encontrarem aptos a compreender e resolver as suas dificuldades pessoais, familiares e profissionais, sem quebra das normas que regem a vida social. [...] Nas suas linhas essenciais, julga-se de manter este programa de reeducação, aperfeiçoando-o e corrigindo-o em certos aspectos, como no da observação, no da orientação e ensino profissionais, no da aplicação de métodos educativos individualizados, etc., e completando-o com uma acção psicológica sistemática desenvolvida em profundidade, não só em relação aos menores, como relativamente às próprias famílias.*

## **2.2 Instituições Privadas e Publicas de Assistência Social – Acompanhamento dos Delinquentes**

O papel das instituições privadas de Assistência Social encontra-se devidamente reconhecido e presente na elaboração da Lei penal. Inicialmente, era atribuído apenas a instituições privadas (como as Misericórdias) e mais tarde o Estado manifesta interesse em assumir estas responsabilidades perante os delinquentes. Contudo, todas as iniciativas desta natureza são importantes, seja pública ou privada.

As entidades de Assistência Social intervinham, tal como hoje, em duas circunstâncias: durante o cumprimento de pena e na sua reintegração social, aquando da sua libertação. O apoio dado pela Assistência Social não se limitava apenas ao recluso. Por exemplo, quando o condenado era o único sustento económico de uma família, a sua detenção poderia implicar grandes dificuldades de sobrevivência dos familiares, levando à miséria e delinquência. Deste modo, o apoio oferecido pela Assistência Social passou a abranger as famílias dos detidos através de sustento económico, apoio na educação dos filhos e encaminhamento dos delinquentes após cumprimento da pena. As associações de Assistência Sociais passam a trabalhar de forma articulada junto das Direcções dos Estabelecimentos Prisionais, das escolas correcionais agrícolas, das casas de correcção e da organização do trabalho nas prisões civis. O Governo passa a atribuir um subsídio (de valor mínimo) para apoiar as instituições de apoio social. Figueiredo (1983) identifica a constituição da Associação de Patronato das prisões, em 1932, como “*o passo fundamental na Assistência Social Prisional*”(p.38). “*A nova Associação situa-se a meio caminho entre a pura organização particular, ainda que tutelada, e a promoção dos objectivos de reinserção social por responsabilidade integral do Estado: é uma tentativa de enquadramento e harmonização de esforços privados e públicos.*” (Figueiredo, 1983,p.38). Competia a esta nova Associação apoiar os detidos durante o cumprimento de pena e após a sua libertação. Ajudavam as famílias dos condenados e, por vezes, as vítimas do delito ou sua família. Aos membros do Patronato era incumbido: visitar os detidos e apoiá-los material e moralmente; acompanhar os reclusos aquando da libertação e informar entidades competentes da sua conduta; averiguar das condições económicas da família dos detidos e se a mesma

apresenta uma estrutura equilibrada; salvaguardar um relacionamento estável entre reclusos e respectivas famílias; promover a ocupação laboral e apoio quer à família das vítimas do crime quer a do próprio detido, oferecendo protecção aos filhos menores das mesmas; trabalhar com os reclusos ressentimentos ou outras emoções negativas que tenha levado ao crime cometido, de modo a que estes possam ultrapassá-los.

A reintegração social do delincente implica um tratamento individualizado tanto na definição de medidas penais e prisionais como da própria Assistência Social. Cada recluso tem um percurso de vida próprio e diferente dos outros. Cada um encara dificuldades de readaptação diferentes, sujeitando-se a regimes distintos.

Neste sentido, as primeiras medidas aplicadas surgem em 1884 com a concessão do perdão e diminuição de penas. Em 1893 surge a aplicação da liberdade condicional e suspensão de execução de penas. Quando, em 1921, foi aplicado o regime de sustentação de presos indigentes, era então pedido uma recolha de informação relativa ao seu estatuto económico.

O Decreto nº 20877 de 1932 estabelecia que, aos condenados a ingressar na colónia penitenciária de Alcoentre, seria elaborado uma constituição bio-psíquica do criminoso, ao seu historial pessoal, meio social proveniente como ainda o tipo de crime e as condições em que fora cometido. Com o aparecimento da Prisão-Escola, o Decreto-Lei nº 24476 de 8 de Setembro de 1934 estabelecia a necessidade da elaboração de inquéritos sociais sobre os menores e da sua personalidade antes de determinadas decisões serem tomadas.

Foi estipulada na Reforma Prisional de 1936 que determinava “*a prevenção especial exige a individualização da pena e a medida de segurança.*” (Figueiredo, 1983,p.44). A caracterização individual e

avaliação do delincente podem determinar a razão da prática criminal ajustando uma pena e processo de reintegração social mais adequada ao indivíduo em questão. Cabe aos assistentes e auxiliares sociais o tratamento individualizado do processo do delincente. Segundo este documento, competia aos assistentes sociais a elaboração de inquéritos de modo a constituir o seu historial pessoal. Com esta informação seria determinado o plano de disciplina prisional, médico e educativo. Cabia ainda aos assistentes sociais o acompanhamento pessoal do recluso (devendo existir participação e interesse deste), tendo em conta a sua precariedade, os seus problemas e preocupações. Devia ainda assistir à família do condenado, acompanhando-o pelas ordens do patronato aquando da sua libertação. A Reforma Prisional de 1936 estabelece ainda outro aspecto curioso: os reclusos eram submetidos periodicamente a exames antropológicos, psicológicos e de orientação profissional que permitiam compreender a sua personalidade, selecção de trabalho e aplicação do tratamento penitenciário e alterações ou ajustamentos necessários. As tarefas a cumprir dentro do estabelecimento prisional pelo delincente como também a concessão de liberdade condicional eram determinadas pela personalidade do indivíduo.

Os tribunais também passam a aplicar o tratamento individualizado do delincente, a partir da Lei nº 2000 de 16 de Maio de 1944. Determinava que aos Tribunais de Execução de Penas deveria ser obtido as informações necessárias (dentro e fora dos estabelecimentos prisionais) de modo a que as decisões equivalessem às condições reais dos condenados. Em 1954 o Código Penal estabelecia que *“a aplicação das penas, entre os limites fixados na lei para cada uma, dependia da culpabilidade do delincente, tendo em atenção a gravidade do facto criminoso, os seus resultados, a intensidade do solo ou grau da culpa, os*

*motivos do crime e a personalidade do delinquente.*” Dois anos mais tarde, em 1956, o Serviço de Assistente Social da Direcção Geral dos Serviços Prisionais passou a estar incumbido de realizar estudos e inquéritos sociais que permitiam um melhor conhecimento do recluso de modo a estabelecer o tratamento penitenciário individualizado adequado e o devido acompanhamento em liberdade (mais tarde consagrado no documento legal de 1973). A nova orgânica do Ministério da Justiça, apresentada em 1956, revela uma reafirmação do papel do Estado na Assistência Social Prisional colocando profissionais da área no próprio Estabelecimento Prisional. Não tenciona abolir ou anular a Assistência Social proveniente das associações privadas ou particulares. Aqui, as funções da Assistência Social passam a estar ligadas à jurisdição criminal.

Ainda referente às funções de assistência social Figueiredo (1983) salienta:

*No diploma de 29 de Outubro de 1976 permite-se aos Tribunais de Execução de Penas confiar as funções de assistência social às autoridades administrativas ou policiais como a pessoas ou organizações idóneas que voluntariamente se prestam a colaborar, enquanto a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais não dispuserem de orientadores sociais para cobrir todo país. (p. 41)*

A nova Reforma Prisional de 1979 estipula um plano individual de readaptação do recluso tendo como base a sua história pessoal (meio socioeconómico e familiar) como também a observação da sua personalidade, estando previsto nos termos da lei e regulamentos orgânicos da Direcção Geral dos Serviços Prisionais e dos serviços sociais provenientes.

Desde há muito, a reinserção social dos delinquentes manifesta-se como uma preocupação inerente ao nosso sistema prisional. Preocupa-se

na devida reabilitação do preso e acompanhamento de modo a que este integre adequadamente na comunidade. É possível constatar, a evolução nos recursos e novas técnicas aplicadas e registadas em documentação legal.

Mas, é com o Decreto-Lei nº 319182 de 1 de Agosto que surge, finalmente, o Instituto de Reinserção Social. Com este são reforçadas as tarefas de serviço social dentro e fora do Estabelecimento Prisional, de modo autónomo dos serviços prisionais.

### **2.3 Obstáculos na Reinserção Social de Delinquentes**

A reintegração social do recluso revela-se complexa pois é necessária uma acção constante, metódica e clara. Depende ainda da colaboração do próprio detido. Não podemos esquecer que este processo por vezes se torna complicado visto que o indivíduo se encontra novamente na comunidade donde foi retirado subitamente durante um determinado período de tempo. Sempre que possível, seria reduzir os efeitos nefastos da sua detenção: impacto que pode causar à família (sobretudo quando deste provém o sustento da mesma) ou até do núcleo social de pertença. É por isto que se torna crucial o acompanhamento próximo do detido nos primeiros contactos com o exterior.

Embora todas as estruturas legais lutem pela recuperação do detido, não deixam de existir obstáculos, por vezes significativos, na sua libertação. A ausência de sensibilidade comunitária em relação ao ex-recluso parece continuar a dificultar a sua integração, devido a uma falta de informação ou, melhor dizendo, a existência de má informação. Temos o exemplo do sensacionalismo da comunicação social em

situações de libertação de reclusos, em que muitas vezes não é transmitido factos relevantes perante estas situações. Mas a própria lei portuguesa acredita na conversão do homem e que o mesmo deve ser tratado com benignidade: “[...]a partir da ideia da corrigibilidade de todos os condenados e isso corresponde a uma nobre tradição do nosso direito, sem afectar as ideias impostas pela defesa social.” (relatório preambular – Decreto-lei 65179). Neste documento, ainda é referido que “[...] na execução das penas e das medidas de segurança, será sempre respeitada a dignidade humana dos condenados e ser-lhes-ão dispensados os tratamentos necessários para salvaguarda da saúde física e mental e para a reinserção na sociedade.”

A pena de prisão é considerada, no Código Penal, um recurso no tratamento, devendo reduzir-se ao mínimo necessário de acordo com a situação em causa. A sua função não deve ser de carácter punitivo mas antes de recuperação. Cabe aos serviços do Instituto de Reinserção Social a elaboração do plano individual de readaptação do individuo quando submetido a pena indeterminada. Garantem o acompanhamento neste processo de modo a salvaguardar o peso reeducador, mesmo dentro do Estabelecimento Prisional. A atenção é redobrada quando se trata de indivíduos com personalidade propensa ao crime ou corrompida pelo alcoolismo ou consumo de estupefacientes. Ainda da responsabilidade do Instituto de Reinserção Social, é o apoio e acompanhamento especificado aos imputáveis ou a imputáveis perigosos quando se encontram no cumprimento de medidas de segurança de internamento ou em liberdade condicional. Aqui, o apoio familiar ou de instituições que colaboram na reintegração do individuo é fulcral. Para este efeito, o Instituto de Reinserção Social criou lares específicos para estas situações.

A criação do Instituto de Reinserção em 1982 veio dar uma continuidade e enriquecimento das intervenções junto dos delinquentes no âmbito da sua devida integração comunitária. Passou-se a estipular novas metas e medidas interventivas (tanto no acompanhamento durante e após o cumprimento de pena, como também na prevenção da delinquência). Munidos de novas técnicas de trabalho, de pessoal especializado e de uma filosofia interventiva apoiada pelo sistema legislativo, as melhorias na reinserção social aparentam ser evidentes.

Porém, não deixa de existir obstáculos, mesmo quando o próprio delincente colabora no seu processo e tem estabelecido uma relação de confiança com o técnico que o acompanha. O principal obstáculo na integração social de um indivíduo é a própria comunidade. Ou seja, a delinquência surge como uma inadaptação social no meio onde o indivíduo se insere, resultante de um conjunto de factores inerentes à mesma: sistema e crenças culturais, organização comunitária, carências diversas. Outro aspecto, mais comum no cumprimento de pena de longa duração, consiste nas mudanças sociais que ocorrem. O indivíduo depara, na sua saída, com uma sociedade bem diferente da que quando entrou para a prisão. Isto pode suscitar alguma apreensão, pois deixa de conhecer o que lhe era familiar. O “estigma” de ex-recluso tende a dificultar o processo de integração, nomeadamente na obtenção de trabalho. Se o indivíduo sentir dificuldade de se autosustentar, facilmente entrará na criminalidade como meio de sobrevivência.

A vida penitenciária impõe algumas barreiras à intervenção social devido ao seu regime de funcionamento, ao pessoal e características arquitectónicas. Neste sentido, Rocha (1983) diz o seguinte:

*Mas a compreensão de um ser humano é perturbada no meio carcerário. A «clausura», as restrições alimentares, a humilhação do detido por diversas formas, são outros tantos aspectos negativos do funcionamento do regime*

*penitenciário. [...] Quanto ao «pessoal penitenciário», os defeitos de recrutamento e as motivações das carreiras (com o seu quê de suspeito), bem como a «militarização» dos seus elementos, falseiam as relações com os reclusos. (p. 75)*

Tanto os Estabelecimentos Prisionais mais antigos como os contemporâneos tendem a revelar uma arquitectura com percepções desadequadas ao tempo e ao espaço e até de alguma incomunicabilidade. Tal como nos refere Rocha (1983) “*É verdadeiramente difícil compreender, de uma óptica de pedagogia social, seres alienados por um ambiente de corredores e de portas, por ruídos de grades e de chaves, por altifalantes gritando ordens que soam no vácuo.*”(p.75)

Torna-se contraditória esta situação de preparar para uma vida em liberdade quando são privados da mesma. Em algumas situações, a ausência de meios adequados de tratamento pode condicionar o seu sucesso, sobretudo quando implica pôr em risco a integridade física ou psíquica do indivíduo. Ou seja, quando instituem a alteração comportamental do indivíduo implementando métodos químicos, médico-psicológicos ou cirúrgicos que são autênticas mutilações. Noutros casos, a insuficiência de bases teóricas de tratamento pode levar à ausência da continuidade na política penal e penitenciária levando à desconformidade. Segundo Jaques Verin (1980, p. 25) surgem discrepâncias entre a lei e a prática:

*Os acontecimentos e as pressões diversas, as modas e as correntes criminológicas implicam uma notável versatilidade na política geral; as resistências à ideologia do tratamento traduzem-se por discordâncias manifestas entre política legislativa, política judiciária e política executiva; assim, os textos que afirmam o carácter excepcional da detenção provisória, a redução das penas curtas privativas de liberdade através do recurso a diversos substitutos da prisão, a individualização das sanções fundadas no conhecimento da personalidade, permaneceram praticamente letra morta.*

O aparente “desentendimento” entre as diferentes autoridades envolvidas no processo penal como também o ambiente repressivo dos Estabelecimentos Prisionais tende a dificultar o processo de recuperação do indivíduo:

*A divisão do processo penal numa multiplicidade de fases confiadas a diferentes autoridades com escassa comunicação entre si, não favorece a coerência do tratamento; policia, Ministério Público de Instrução, juiz, de orientações e práticas distintas, como que se neutralizam mutuamente. No próprio interior da prisão subsiste uma divisão de tarefas entre pessoal de vigilância e pessoal de tratamento que frequentemente se transforma em hostilidade, em mútua incompreensão e em guerra lavrada. É nesta atmosfera de cepticismo e de desconfiança que, de tempos a tempos, se ensaiam experiências de ressocialização, mergulhadas num ambiente repressivo totalmente estranho ao seu espírito e que se quedam no estágio de projecto-piloto até à extinção da energia dos seus promotores por, finalmente, ficarem sem futuro. O inventário das fraquezas da prática, dos abusos e das deformações, por negro que seja, não parece obscurecer definitivamente o lado positivo das coisas. É necessário falar também dos «tesouros de energia, de habilidade, de devoção, de apoio caloroso, de perseverança, a despeito de todos os obstáculos que diariamente são exibidos para restituir aos delinquentes um lugar honroso na sociedade. (Verin, 1980)*

## **2.4 A Delinquência**

As raízes da delinquência vão desde a infância, no relacionamento entre a criança com os progenitores, no desenvolvimento de sentimentos de insegurança e culpabilidade. Geralmente, a sua primeira manifestação é no insucesso académico. Por este motivo, torna-se importante a prevenção criminal a partir de equipas de intervenção para despistar precocemente as situações de risco nas crianças.

É curioso verificar que, actualmente, os delinquentes se encontram integrados em micro-sociedades: “[...]grupos mais ou menos coesos com relações inter-grupais extremamente bem organizadas, que

*constituem o «milieu» do crime, estruturado segundo os moldes das sociedades.”* (Alvim, 1983,p.91). Em situações mais raras, encontramos o “criminoso solitário”, protagonista de crimes com crianças, assassinio frio, violações de vária ordem, podendo se caracterizar com particularidades de sadismo. A personalidade destes indivíduos revela uma estrutura relacionada com perversões psicossociais. Para este tipo de situações a reinserção social tende a ser dificultada ou mesmo nula. Em determinados países, é estabelecida a pena de morte a estes indivíduos.

Segundo Alvim (1983), a intervenção encara problemas de extrema dificuldade e complexidade. Passa, como já referido, pela mudança da opinião pública mediante estas intervenções; pela criação de equipas multidisciplinares de técnicos especialistas que usufruem de formação contínua e “[...] *identificados em profundidade com a tarefa social que são chamados a desempenhar.*” (p. 93) Em relação à mudança de mentalidades, Alvim (1983) ainda afirma:

*Eu penso que neste campo vai residir no nosso país, a maior dificuldade. O chamado “carácter português” difícil de definir mas fácil de despistar em quase todos nós: o “desenrasca”, o “improvisador”, o “individualista ferrenho” (são coisas que só acontecem aos outros), eventualmente o “imposturismo” ou a “corrupção franca” são “virtudes” muito arreigadas na chamada cultura portuguesa. Vai ser muito difícil modificá-las. [...] Não gostaria de ser tornado como possuidor de uma outra “virtude” portuguesa: o dizer mal do seu país, o menorizar das nossas capacidades ou potencialidades. (p.93)*

No que se refere às forças de intervenção, o seu trabalho parece ter de começar na infância, através de escolas (mesmo as primárias, creches e jardins de infância) pois a prevenção garante o sucesso deste trabalho, tornando-o mais barato, rentável e eficaz. Relembramos que é no meio académico que a delinquência apresenta as suas primeiras manifestações. Estas intervenções também podem erradicar atitudes de

força e violência exercida por outros adultos mal formados que lidam com os delinquentes.

O insucesso escolar pode, muitas vezes, relacionar-se com a fragilidade psicológica da criança, cujas origens são diversas. Normalmente, os estímulos que a criança recebe no seu dia-a-dia são proporcionados pelo seu ambiente familiar mais propriamente pelos progenitores. Uma parte do desenvolvimento psico-motor é feita após o nascimento até aos dois anos. Este período denomina-se de “formação” estando implicado os “cuidados maternos” (ligação ou relação primária com a mãe, podendo ou não ser a mãe biológica). A perturbação desta fase leva a inúmeros sintomas ou outros sinais de debilidades, como carência maternal. Segundo Alvim (1983), este afirma que:

*De todos estes sintomas agora já do nível psicológico escolhemos dar prevalência a dois deles: o sentimento de insegurança e o sentimento de culpabilidade. A segurança é transmitida à criança através dos cuidados maternos os quais têm que obedecer a condições de estabilidade, constância e, para empregar uma expressão muito usada por Anna Freud: Consistência. Os cuidados maternos devem ser assegurados quanto possível pela mesma pessoa, a qual a criança vai adquirir o sentimento do seguro, do constante, do familiar, através do mecanismo psicológico que nós chamamos de “identificação primária”. O sentimento de culpabilidade é transmitido mais tarde por mães exigentes na autonomia da criança prematura, isto é, antes que ela possa assegurar sobretudo o controlo a motricidade e dos esfíncteres. A criança sentir-se-á ultrapassada pelo que se lhe pede ou exige e daí o sentir-se mau ou de má qualidade, vai uma pequena distancia psicológica. (p. 97).*

Mas o papel do pai na vida de uma criança também exerce importância na sua formação, sendo determinante quando o papel maternal se encontra comprometido. Seja qual for a razão, os pais ausentes fisicamente ou desinteressados não têm capacidade de investirem nos seus filhos que nestas circunstâncias constituem empecilhos na sua vida. “A situação toma aspectos gravíssimos, caóticos, porque a criança não encontrando no pai a sua específica

*função de formador dos núcleos éticos fundamentais na sociedade onde vivem, fica perfeitamente desorientada.”* (Alvim, 1983,p. 97) Estes indivíduos são os que manifestam perturbações juvenis, tornando-se quase sempre em adultos “intratáveis”.

Mesmo com a aplicação de táticas preventivas, Hood e Sparks (citado por Alvim) determinam que haverá sempre a necessidade de aplicar a pena de prisão como tratamento:

*[...] Uma vez, que a prevenção da reincidência não é a única finalidade da sentença, será impossível abolir a pena de prisão, como tratamento do delinquente. Gostemos, ou não, existirão, sempre, as prisões e sempre haverá um certo número de delinquentes que devem ser condenados a essa pena. Serão eles os menos susceptíveis de recuperação, mas serão, ainda, e pela mesma razão, aqueles de cuja reforma mais beneficia a sociedade.*

Os reclusos de mais difícil recuperação tendem a contaminar os restantes, dificultando o intuito recuperador do sistema prisional. O próprio encarceramento leva a que o indivíduo “quebre” os laços sociais que tinha em liberdade, fragilizando-o e tornando-o mais vulnerável à “má influência” de outros reclusos.

### **Capítulo 3 - Educação ao Longo da Vida: Conceito (s) e Contextualização**

Educação de Adultos ou Educação ao Longo da Vida (Life Long Learning) poderá ser visto como uma procura constante, voluntária, auto motivada por aprendizagens de carácter pessoal, e/ou profissional. De acordo com vários autores, promove a inclusão social, cidadania activa, desenvolvimento pessoal como também aquisição de competências que melhoram as condições de empregabilidade e, conseqüentemente, de vida.

Com esta definição, reconhece-se que a aprendizagem não se limita à infância ou à escolarização “tradicional”. Desenvolve-se ao longo da vida, em inúmeras situações ou ocorrências. Ou seja, consiste em aprendizagens adquiridas em situações comuns do dia-a-dia tais como programas televisivos, conversas entre amigos, jogos de cultura geral ou de carácter físico, publicações escritas diversas, internet, entre outros.

Este alargamento de horizontes evolutivo também nos leva a reconhecer um aspecto bastante importante: o de ensinar a pensar. Através da educação ao longo da vida, o indivíduo é consciente do seu processo de aprendizagem individual como também de estratégias a utilizar em diferentes tarefas de aprendizagens. Isto é, aprende a aprender.

Posto em prática ao longo dos anos, surgem diferentes situações de sucesso. O exemplo da Universidade da Terceira Idade, em que a sede do conhecimento é partilhada pelos seus participantes, prolonga a sua vida activa. Vários países europeus, incluindo Portugal, implementaram este tipo de iniciativa cujos resultados apresentam ser bastante positivos. Surpreendentemente, outros países com factores socioculturais e

económicos diferentes têm tido igualmente sucesso com o desenvolvimento deste tipo de estratégia, como é o caso da Índia.

Os grupos de estudo (*study circles*), conceito implementado há mais de um século, têm evoluído com êxito na Suécia. Constitui-se como uma das principais intervenções de educação de adultos neste país. Consiste na forma mais democrática de ambiente de aprendizagem: não existem professores e o grupo decide que conteúdo ou temática será abordado, como será pesquisado e, posteriormente, apresentado.

Muitas vezes a educação de adultos tem como objectivo oferecer oportunidades educativas fora do sistema tradicional de ensino. A intervenção de entidades diversas, por meio de constituição de parcerias, é substancial para salvaguardar a sua realização. Como forma de rentabilizar recursos existentes, estas acções também são desenvolvidas por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), grupos de voluntariado, associações culturais e /ou de cariz religioso entre outros. Por vezes verifica-se um estabelecimento de parceria entre várias instituições de modo a rentabilizar ainda mais os recursos das entidades envolvidas.

Durante os últimos 50 anos, a inovação científica e tecnológica tem tido um efeito profundo nas necessidades e técnicas de aprendizagem. A aquisição de conhecimentos e competências não pode estar limitado a um lugar (escola) nem a um determinado tempo para a sua aplicação (local de trabalho). Todo o saber que é adquirido permite a um indivíduo a sua evolução não apenas profissional mas inclusivamente como cidadão activo e participativo na sua comunidade.

### 3.1 A Educação de Adultos em Portugal

A Educação de Adultos surge em Portugal em meados do século XIX como resultado de factores socioeconómicos da altura: aparecimento da burguesia (que desenvolvia diversas iniciativas socioculturais), estruturação das primeiras linhas de caminho e ferro, desenvolvimento das técnicas agrícolas como ainda o progresso das actividades industriais. Em termos educativos é estabelecido o cumprimento da escolaridade obrigatória e a criação dos primeiros cursos nocturnos para adultos. Contudo, e devido á mudança constante dos governos, as reformas educativas vão carecer de consenso, estabilidade e adequação às exigências socioeconómicas. Apesar do crescente esforço na promoção da educação de adultos (através do lançamento de cursos nocturnos, cursos dominicais, missões escolares e escolas móveis) a primeira República vê o seu trabalho anulado com a implantação do Estado Novo.

A preocupação do governo, durante o primeiro período do Regime Salazarista, baseava-se numa estabilização económica (preços e equilíbrio orçamental) e na construção de infra-estruturas que facilitassem o desenvolvimento futuro, já que a indústria se encontrava em lenta evolução. O povo português não apresentava, na altura, grande interesse na necessidade de aprender, referindo ainda Belchior (1990) que:

*[...] Não se verificava na classe média o gosto pelos factos e pelas questões económicas à maneira dos economistas clássicos e dos utilitaristas ingleses; não se observava, nas camadas dirigentes do operariado português, uma influência análoga à do socialismo utópico inglês, susceptível de valorizar, [...] o papel da educação na emancipação das classes trabalhadoras; assim como não se entrevia, quer zelo filantrópico e espírito*

*de mecenato nas classes dominantes, quer sério empenho de desenvolvimento da cultura teológica por parte da igreja. (p. 45)*

O Estado Novo procurou encarar esta situação como “o saber intuitivo do povo” (Belchior,1990,p.45) indo de encontro ao campesinato católico e iletrado onde obtinham apoio. Assim, o analfabetismo era visto como um problema psicológico resultado do desinteresse do povo pela necessidade de aprender.

Durante este período de ditadura a preocupação, em termos educativos, centra-se essencialmente na formação das crianças. A educação é utilizada como instrumento de desenvolvimento de uma consciência nacionalista e controlo sociais, sendo esta estratégia implementada no ensino primário a partir de um currículo uniforme baseado no conservadorismo e na doutrina cristã.

No início da década de '50, é lançado o Plano de Educação Popular. Este surge devido às exigências de crescimento interno (sobretudo a indústria) que, a exemplo de países democráticos, a sua melhoria encontra-se ligada ao nível educativo das suas populações. Deste modo, o Plano (baseado nos Decretos Lei nº 38968 e nº38969, ambos de 27 de Outubro de 1952) encerrará a reorganização quer dos “Cursos de Educação de Adultos” quer da “Campanha Nacional da Educação de Adultos”, que segundo Belchior (1990) traduz-se em:

*[...] Um regime normal de cursos de Educação de Adultos, destinados a indivíduos sem qualquer limite de idade, salvo o limite mínimo de 14 anos, e um regime excepcional e transitório, o da “campanha”, dirigido em especial aos de idade compreendida entre os 14 e 35 anos, não obstante as diferenças entre as duas vias, a de nível de ordenamento jurídico, sistema de ensino e remuneração da actividade docente, em ambas se adaptavam, [...] os programas da instrução primária elementar, e se polarizavam em torno do professor primário e do regente do posto escolar. (p.46).*

Estes cursos, de natureza flexível, constituíam parte de um plano de “difusão de cultura popular”, que recorriam a uma série de instrumentos: o livro educativo, meios áudio visuais, missões culturais, bibliotecas fixas e itinerantes.

A partir do período Marcelista do Estado Novo, verifica-se uma renovação na política educativa, consistindo esta, numa reforma geral das estruturas e serviços centrais do Ministério da Educação Nacional. A Direcção Geral da Educação Permanente, autonomizada da Direcção Geral do Ensino Primário, é constituída como um dos serviços executivos no sector do ensino. O seu principal objectivo consiste em salvaguardar *“a educação extra-escolar e as actividades de promoção cultural ou profissional, tendo nomeadamente em consideração a população adulta”* (Belchior,1990, p.46).Após a publicação do Decreto-lei nº 489/73 de 2 de Outubro e o Decreto-lei nº 490/73 de 2 de Outubro, o Estado pretende que a educação básica esteja ao alcance de toda a população. A escolaridade obrigatória passa a ser de 6 anos. No entanto, tendo em conta os grupos etários e com mais de 40 anos, os cursos de Educação Básica de Adultos são reorganizados: passa a incluir tanto o ensino supletivo do ensino primário, como o preparatório. Deste modo, é instituída uma pedagogia distinta da das crianças, sendo definidos programas específicos. Com o objectivo de atrair docentes de melhor qualidade, as gratificações mensais destes são aumentadas havendo ainda formação especializada para efeitos de melhoramento profissional na docência. Aqueles que frequentassem aquelas formações poderiam receber um valor superior de gratificações.

As bibliotecas assumem um papel de complemento educativo, sendo também instrumento para a luta contra o analfabetismo. A estas competem: “*o estímulo dos hábitos de leitura; o apoio e prolongamento à acção das escolas; a luta contra o analfabetismo regressivo; a difusão de obras de qualidade; a melhoria de convívio entre professores, alunos e encarregados de educação e a promoção cultural das populações.*” (Belchior, 1990). São feitos reforços em termos de aquisição e distribuição de publicações assim como meios de melhoramento funcional “recurso a fichas de leitura” mas também é estabelecida uma gratificação mensal para os responsáveis das mesmas.

O 25 de Abril de '74 revelou ser não apenas uma mudança de ordem política “*acompanhado pela explosão do movimento social popular*” (Guimarães). O Golpe de Estado modificou as várias vertentes da vida social, incluindo a Educação de Adultos. Com a intenção de responder às solicitações de cariz popular, a Direcção Geral de Educação Permanente sugeriu uma articulação do Estado com este movimento popular. Pretendia-se atender as solicitações dos grupos sociais enquanto se fornecia respostas de carácter educativo, como ainda estimular o desenvolvimento e mudança geral a partir de uma intervenção registada por escrito das manifestações culturais de cada lugar.

A Constituição da República estabeleceu, em 1976 no artigo 73º, que toda a população tenha acesso à educação. É determinado, com esse documento, que ao Estado compete a “*democratização da educação*”, instituindo-se diferentes modalidades de ensino (educação formal e não formal) que permitiu:

*A igualdade de oportunidades, para a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, para o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos, bem como para a promoção do espírito de tolerância, de*

*compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para progresso social e para a participação democrática na vida colectiva*  
(Guimarães)

Em 1979, a elaboração do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos, muito influenciado com a corrente de educação popular, tinha como finalidade combater o analfabetismo permitindo aos adultos o acesso à escolaridade obrigatória, mantendo vinculação da educação popular e formação profissional nas actividades de educação de base de adultos. Porém, as condições de aplicação destas políticas demonstraram fragilidade, “carácter descontínuo e intermitente das orientações”. Como resultado desta situação, a educação de adultos sofre um “desenvolvimento fragmentado”.

A aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº46/86), leva a que a educação de adultos seja apresentada em duas modalidades: o ensino recorrente e a educação extra-escolar. O Estado adopta, através do Ministério de Educação, uma grande responsabilidade na dinâmica de ensino para adultos (meios educativos, currículo, métodos pedagógicos, acompanhamento e avaliação). A educação extra-escolar, vista como mais liberal, teve menor importância no que se refere aos recursos humanos e pedagógicos isto porque, embora apoiada pelo Ministério da Educação, eram as organizações não governamentais sem fins lucrativos quem na realidade a implementava sobretudo a partir das actividades ligadas aos projectos de intervenção comunitária e animação sociocultural.

A Lei de Bases veio contrariar as políticas educativas anteriores: a educação de adultos sofreu um restringimento no contexto de aprendizagem baseada na sala de aula, ou seja, verificou-se uma

regressão em estratégias pedagógicas, não reconhecendo o papel da educação para o desenvolvimento do país.

O Programa Operacional de Desenvolvimento da Educação de Adultos em Portugal, lançado em 1989, veio integrar um subprograma direccionado à educação de adultos, tendo ainda obtido contribuição financeira dos fundos estruturais comunitários. Pretendia-se com este, de acordo com a realidade educativa da altura, promover a qualificação de mão-de-obra no intuito de fomentar a modernização económica. O Estado assumia-se como promotor único do seu desenvolvimento, sendo ainda definidos patamares e instâncias de gestão e salvaguardado o cumprimento das regras estabelecidas. Deste modo, verificou-se maior implementação de actividades educativas pela rede pública de educação direccionada aos adultos demarcando a tendência para a escolarização obrigatória e também na formação profissional.

Pretendendo “realçar a política de Educação de Adultos”, o governo português lançou o “Saber mais, Programa para o Desenvolvimento e Expansão da Educação e Formação de Adultos”, estando esta ao encargo da Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos (ANEFA). Este programa surge devido à rápida e profunda transformação da sociedade portuguesa, sobretudo no contexto laboral.

De acordo com o que se podia verificar noutros países da União Europeia, as novas tecnologias, o aumento de competitividade e a modernização de uma economia crescente exigiam maior qualificação e capacidade de adaptação, e uma complexidade de conhecimentos e competências por parte dos trabalhadores. A realidade nacional demonstrava uma discrepância quando comparado com estes países, pois os níveis educativos ainda eram bastante baixos.

Com o envolvimento de entidades públicas, com fins lucrativos, e da sociedade civil na sua promoção, verificou-se um aumento da diversificação das ofertas. Estas implementavam estratégias educativas e formativas centrais, baseando o reconhecimento e validação de competências adquiridas informalmente ou em contexto laboral. São também aplicadas novas metodologias e materiais de intervenção pedagógica. Através destes cursos, é possível obter certificação escolar e qualificação profissional, tal como acontece com os cursos EFA (Cursos de Educação e Formação de Adultos). Para este efeito, são criados centros que validam estas acções, sendo os mesmos constituídos por entidades da sociedade civil em parceria com o Estado.

A partir do ano 2005 é criada a Iniciativa Novas Oportunidades, fazendo parte das principais ofertas do Programa Saber Mais. Esta resulta de uma articulação entre o Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e Segurança Social, procurando incentivar a qualificação dos cidadãos. Baseia-se em dois aspectos principais: Ofertas direccionadas aos jovens e Ofertas direccionadas a adultos.

Sobretudo no que se refere aos adultos, objectiva-se que estes recuperem completamente e progridam em termos académicos, aproveitando os conhecimentos e competências adquiridas em contextos informais ao longo da sua vida (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), uma vez que aparece como “alternativa à formação profissional e qualificante de curta duração” (Guimarães, ), “é lhe dada uma importância significativa:

*O reconhecimento das competências adquiridas, a nível colectivo, estruturar percursos de formação complementares ajustados caso-a-caso. Mas mais importante, induz o reconhecimento individual da capacidade de aprender, o*

*que constitui o principal mote para a adopção de posturas pró-activas face à procura de novas qualificações. A consolidação e expansão dos dispositivos de reconhecimento e validação de competências é pois um recurso para o desenvolvimento do país.”(Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2005,p.20).*

Os Centros de Novas Oportunidades passam a substituir os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências sendo também responsáveis por: encaminhar adultos que procuram educação e formação; diagnosticar e encaminhar os mesmos; desenvolver medidas de reconhecimento, validação e certificação de competências; realizar formações complementares e de curta duração; acompanhar posteriormente o candidato certificado.

A importância da Educação de Adultos tem ganho uma crescente relevância ao longo dos anos, ao ponto de redefinir o papel do Estado neste campo. Embora as prioridades estejam relacionadas com a produção, evolução e competitividade económica, a Educação também vem redefinir a sua relevância em termos de cidadania. É integrada como estratégia de prevenção e combate à exclusão e desigualdade social. Redefine valores, resolve conflitos e necessidades, promovendo uma dinâmica de uma cidadania mais participativa.

## Capítulo 4 – A Prisão e o seu Papel Reeducador

Numa sociedade livre, qualquer indivíduo pode usufruir de todos os direitos sociais comuns, tais como a sua dignidade e valorização do indivíduo perante o Estado. Estes direitos, provenientes do constitucionalismo social, são salvaguardados pelo próprio Estado que gere uma “segurança jurídica”. Pode-se dizer que a liberdade implica um comportamento que permite um adequado progresso da vida do indivíduo e da sociedade constituindo-se um “sentido moral”, uma cultura imposta por limites. “*A cultura de limites, portanto, é fundada na respeitabilidade mútua, seja individual ou social, a fim de que as organizações sociais tracem rotinas e histórias de desenvolvimento de interesses comuns*” (Linhares & Teodoro, 2010, p.58).

No entanto, alguns indivíduos tendem a definir o seu conceito nesta matéria baseando-se na satisfação das suas necessidades pessoais. Tendo em conta os diferentes quadros sociais existentes e /ou o convívio com determinado grupo de indivíduos, pode surgir uma deturpação no conceito de “liberdade individual” reflectindo-se nos seus comportamentos. Segundo Linhares e Teodoro (2010), cabe ao Estado uma responsabilidade reguladora:

*Tanto a defesa da liberdade individual quanto às condutas morais são, por meio constitucional, de responsabilidade reguladora do Estado. Sua execução deve ser efectiva a partir do momento em que o indivíduo desconhece os parâmetros que dão sustentação à cultura imposta por limites. (p.58)*

Ao longo do tempo, diversos meios foram concebidos para satisfação dessa necessidade estabilizadora. O mais aplicado, até aos

nossos dias, consiste na privação da liberdade – a prisão. Este espaço institucional acolhe os condenados com o objectivo de cumprir “tratamentos penitenciários” designados por pena. Pode ser determinada o encarceramento como medida de segurança antes do julgamento ou para efeitos punitivos. Esta relação entre prisão e pena passa a ter um novo sentido quando instituído como ferramenta de protecção social retributivo. Assim, não existe preocupação em relação ao delinquente mas sim com a sua retribuição social – o castigo. De acordo com Foucault (1987),

*Essa «obviedade» de prisão, de que nos destacamos tão mal, se fundamenta em primeiro lugar na forma simples da «privação de liberdade». Como não seria a prisão a pena por excelência numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence a todos da mesma maneira e ao qual cada um está ligado por um sentimento «universal e constante»? Sua perda tem portanto o mesmo preço para todos; melhor que a multa, ela é o castigo «igualitário». (p. 17).*

Os modelos tradicionais de pena de prisão parecem ter-se revelado infrutíferos como meio de repressão à criminalidade. O seu historial de insucesso leva a que o Estado repense a sua forma de intervenção, sem que comprometa a lei penal. Recorrendo a conhecimentos científicos, estabeleceu-se métodos de reestruturação do indivíduo onde é garantido o carácter regulador e o detido enfrenta a reclusão como meio retributivo da sua falha para com a sociedade. Ao mesmo tempo, é permitido ao condenado a sua inclusão em programas de recuperação e reintegração social. Como nos refere Foucault (198, p.17), “a educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma preocupação indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento.”

Tendo em conta que a educação é um direito de todos e que a prisão também tem um “papel pedagógico” junto dos reclusos, a educação tem o seu lugar “entre muros”. Considerando ainda que todo o indivíduo é recuperável, a preparação interventiva deverá ter em conta as particularidades do indivíduo assim como as suas necessidades. O sucesso interventivo depende também do grau de interesse e comprometimento do indivíduo, não podendo no entanto esquecer aspectos de estrutura e história pessoal fragilizadas.

#### **4.1 A Escola na Prisão: condicionalismos e aspectos de funcionamento**

A estrutura dos Estabelecimentos prisionais tendem a dificultar o processo reeducativo destas instituições devido às penalidades corporais e psicológicas aplicadas como a constante vigilância física, restrições alimentares, tendência para o isolamento em celas específicas para o efeito (solitárias), privação sexual, excesso de ócio, desrespeito moral, retiro de direitos sociais e aplicação de uma “disciplina torturante” ao comportamento. Os alunos-reclusos podem sentir-se satisfeitos quando participam no processo educativo, nas aulas e nas actividades ali desenvolvidas. Porém tendem a sentir algum desconforto pois o ambiente prisional difere do ambiente tradicional educativo, o que pode trazer obstáculos na aprendizagem.

*[...] a todo o instante os presidiários alunos são «advertidos», tacticamente , para retomarem sua condição de sujeito encarcerado. Ou seja, nem mesmo as eventuais fugas espirituais ou de imaginação se dão por completo: tenha-se em visto o conjunto de factores que cumprem o papel de reconduzi-los, imoderadamente, à condição de presidiários. É o caso de estrutura gradeada do ambiente, da vigilância incessante, das cadeiras nomeadas para facilitar a*

*fiscalização quando a possíveis danos materiais com o fim de fabricar artefatos que possam ser usados em rebeliões ou escavações, da obrigatoriedade de andar algemado até a sala de aula [...]. (Linhares & Teodoro, 2010, p. 82)*

Para além das características físicas, o ambiente social nas prisões não se revela apropriado ou contributivo na escolarização dos reclusos. Neste sentido Linhares & Teodoro (2010) refere:

*Como componente deste processo, o que não se pode deixar de destacar é que a heterogeneidade dos indivíduos, e de seus delitos, gera uma aprendizagem paralela de um conjunto de comportamentos que pode desvirtuar a expectativa do preso em relação ao programa. É outro grande desafio. Por isso, vale a reflexão: o indivíduo está sem liberdade, com excesso de ócio, convivendo com pessoas muitas vezes mais perigosas que ele, por meio desse ambiente propício, começa a descobrir outras modalidades de crime; ora, é possível que sua expectativa de retomar a liberdade a partir da educação no presídio seja unicamente para cometer outros crimes. ( p.63)*

Embora detenha um papel de reabilitação através de uma educação (re) construtiva, a prisão parece comprometer o processo de recuperação do indivíduo pela privação da liberdade, em que o indivíduo limita-se a este ambiente físico e social limitador e hostil.

A aplicação dos programas educativos nos Estabelecimentos Prisionais, apesar dos obstáculos apresentados, pode obter resultados positivos. Desde do momento que a sua implementação seja efectuada de acordo com as necessidades sentidas, não esquecendo os factores delimitadores, o papel “reeducador” da prisão pode revelar-se pertinente no processo reabilitador do recluso.

Quando o ambiente académico nestas instituições é devidamente adaptado para as salas de aula, a ponto de parecer que se encontram em liberdade, o aluno recluso tende a sentir-se mais estimulado. A sala de

aula é normalmente considerada um dos poucos espaços menos hostis da prisão. Por vezes, pode gerar alguma tensão no que se refere à rotina diária destes espaços. O acompanhamento dos reclusos pelos guardas pode implicar uma reestruturação da segurança sobretudo quando o acompanhamento é feito a reclusos problemáticos ou quando a sala de aulas fica a uma distancia considerável das celas. “*A questão da segurança é basilar, pois qualquer falha pode gerar rebeliões ou fugas. Para estes agentes, esse tipo de trabalho é uma espécie de ofício à parte.*” (Linhares e Teodoro, 2010, p. 66).

Após a sua integração, a rotina das aulas parece alimentar as expectativas dos reclusos-alunos quer a nível das próprias aulas como dos resultados daqui provenientes: redução da pena, maior facilidade na obtenção de emprego e melhores garantias de reinserção social. Quando a evolução académica surte efeitos positivos, o indivíduo pode sentir vontade de continuar o seu percurso académico em liberdade. Nas situações de analfabetismo, a aquisição de competências de leitura e escrita pode levar a que o indivíduo ganhe sensação de valorização própria como demonstra em situações essenciais no seu dia-a-dia:

*As cartas da minha esposa, eu já leio sozinho. É que antes, quando chegavam as cartas, tinha um parceiro da cela que sabia ler e lia as cartas para mim. Hoje não. Sou eu quem leio. Era chato. Meu parceiro de cela sabia mais da minha mulher do que eu. [...] Eu estou tentando ler a Bíblia todo o dia. E já consigo. Eu não tinha Deus no coração. Mas a palavra Dele está me fazendo melhorar. Já pensou se eu não tivesse aprendendo a ler?” (Linhares & Teodoro, 2010, p.66)*

Considerado um lugar privilegiado, na “cela de aula” a pedagogia é estruturada de modo específico tendo em conta que estes alunos têm uma história pessoal própria e que “[...] a prisão também apresenta uma

*organização, uma cultura própria que deve estar presente durante as aulas.”*(Linhares & Teodoro, 2010, p.66). O professor nestes estabelecimentos não é apenas um educador ou pedagogo, torna-se também numa figura importante no processo de mudança e recuperação destes indivíduos.

*O professor, então, significa a liberdade em meio à disciplina e à submissão. É a demonstração de esperança onde o tempo è marcado por desastres passados, privação no presente e indefinições futuras. É o exercício da ética em meio a uma estrutura violenta e corrupta. E, por fim, é a ponte entre as cores do mundo externo e o pesadelo sob a cor de concreto sujo e mal cheiroso.* (Linhares & Teodoro, 2010, p.67)

Apesar da importância que exercem tanto no campo de reinserção social, muitos dos professores em estabelecimentos prisionais não possuem formação específica que os prepare para leccionarem nestes meios. A sua presença tende a ser fruto da sua própria iniciativa e vontade de explorar novos e diferentes desafios. Poderá sentir alguns constrangimentos iniciais devido ao funcionamento destas instituições, enfrentando alguns obstáculos: ausência de um registo adequado da evolução académica do recluso, medidas de segurança instituídas, a falta de objectivos claros em alguns projectos pedagógicos desta natureza, a falta de uma devida colaboração de alguns elementos da equipa técnica do estabelecimento, como os carcereiros, que não valorizam os projectos desenvolvidos. Mesmo assim, em grande parte das prisões, os professores parecem mostrar-se resilientes e esforçam-se por assegurar resultados positivos do projecto implementado. Segundo Linhares &

Teodoro (2010), o sucesso do projecto pedagógico instituído passa pelos encarcerados:

*[...] os presidiários – alunos demonstram forte aptidão para o processo educativo por desejarem «pagar» pelo erro cometido. Daí a possibilidade de que em alguns presídios onde as características dos presidiários saíam desse padrão o programa não obtenha bons rendimentos. Mas onde ele é implantado, apesar das falhas na estrutura de gestão e de monitoramento, o detento, por desenvolver condições psicológicas positivas, tende a dar suporte ao programa de maneira tal que estudos como este concluem haver um resultado positivo e esperançoso quanto ao melhoramento de tal estrutura (re) socialização, uma vez que o público em questão já dá sua contribuição. (p. 72)*

#### **4.2 A Educação para a Integração Socioprofissional**

Segundo a UNESCO (p.34;1995), muitos EP em todo o mundo tendem a associar a educação básica a domínios profissionalizantes. Os reclusos podem adquirir conhecimentos em diversas áreas, com um carácter prático, como em mecânica, electricidade, confecção de alimentos, canalização, carpintaria, actividades agrícolas e pecuária. A prisão tende a oferecer as actividades que são possíveis de aceder, muitas vezes através de voluntariado ou acordos estabelecidos com entidades qualificadas. A inclusão de formação na área de informática parece constituir uma realidade crescente.

Os programas laborais parecem contribuir para a melhoria da segurança, controlo e eficiência do funcionamento institucional estabelecendo um ambiente bastante menos hostil. A educação pode ser associada a actividades laborais internas como lavandaria, confecção de alimentos, carpintaria, através dos quais podem oferecer serviços para o exterior a partir do EP com acordos com associações diversas. Segundo a

UNESCO (p. 36; 1995), é importante estabelecer uma relação entre a vocação dos reclusos e necessidades do mercado de trabalho local, podendo recorrer a programas de certificação reconhecida como modo de garantir uma absorção do recluso no mercado de trabalho aquando da sua libertação. Ainda neste sentido, muitos EP optam pela venda de produtos confeccionados pelos presos (artesanato e acessórios por exemplo) como forma de auto financiamento quer do EP quer do recluso (UNESCO; p.6; 1995).

Em muitas prisões no estrangeiro, a educação de adultos inclui a educação comportamental onde o detido é incentivado para mudanças de atitude e melhoria do seu comportamento. Estes programas ensinam a controlar a ansiedade e os comportamentos violentos, sendo incorporados programas de apoio a vícios (álcool, droga por exemplo), cuidados parentais, educação para a cidadania, entre outros.

Outras estratégias complementares para a educação de adultos em EP podem instituir-se com a criação de bibliotecas, clubes de leitura, teatro, artes visuais e actividades físicas. Todas estas dinâmicas promovem uma melhoria da expressão do indivíduo como também uma melhoria da sua autoconfiança. No caso da biblioteca do Estabelecimento Prisional de Wheatfield em Dublin, este espaço oferece não apenas o acesso a livros e materiais audiovisuais como ainda exposições, palestras e a publicação semanal da revista interna deste EP (UNESCO, p. 42, 1995). Aqui, os reclusos gerem o funcionamento da biblioteca sob a supervisão de bibliotecários profissionais e agentes de segurança institucional.

Para estimular a frequência das aulas na prisão, os reclusos poderão beneficiar de recompensas monetárias (bolsa de estudo por

exemplo) ou outros privilégios como diminuição de pena, obtenção de trabalho através do EP, obtenção de alimentos adicionais.

### **4.3 O Recluso -aluno: o seu Percurso Escolar**

O acesso à escola é definido como um direito atribuído a todos os cidadãos, assumindo um papel reintegrador na sociedade (ART 74º da Constituição da República Portuguesa).

No entanto, o insucesso escolar indica-nos o contrário: a exclusão de alunos inadaptados atinge sobretudo crianças e jovens de classes desfavorecidas em termos socioeconómicos. Por este motivo, a escola aparenta estar pouco adaptada às diversas realidades e necessidades sociais.

*Relativamente à escola regular muitas críticas lhe são feitas por veicular um ensino enciclopédico, dirigindo apenas a determinando tipo de alunos e que ignora os interesses, códigos de comunicação, ritmos e valores diversificados daqueles que a frequentam. Critica-se o facto da escola privilegiar um único sistema de regras, transformando as diferenças existentes entre os alunos em desigualdade que legitima e que penalizam aqueles cujo capital cultural mais se afasta da escola. (LEITE, p.19, 1992)*

Sendo que a base de uma sociedade passa pela educação, a escola desempenha um papel de relevo neste aspecto. Contudo se não permite incluir todos os cidadãos poderá privá-los de adquirir competências necessárias para possibilitar a sua inclusão social, dificultando o seu percurso de vida. Ou seja, a ausência de qualificações e aptidões oferecidas na escola parece restringir as oportunidades de emprego, levando a que o indivíduo se limite muitas vezes a trabalhos precários e a

ordenados baixos. As limitações tendem a trazer dificuldades de sobrevivência levando a que muitas vezes a solução passe pelo crime.

A população reclusa, independentemente do EP em que se encontram detidos, tende a apresentar-se jovens e com baixos níveis académicos (UNESCO, p.19, 1995). A sua relação com a escola fora marcada pelo insucesso académico, pelo absentismo e fugas para outros interesses (álcool, droga, más companhias), levando a que fosse instruído o sentimento de limitações de aprendizagem.

*A escola passada foi aquela que reprovou repetidamente estes indivíduos ou, mesmo quando não teve essa oportunidade por não a frequentaram com regularidade, os ajudou a interiorizar uma imagem escolar desvalorizada. As razões associadas a causas pelas quais se sentem responsáveis são os motivos mais referenciados para justificar as reprovações («não compreendia», «era preguiçoso», «faltava-me vocação», «faltava muito»), «não tinha dom para aquilo», «aquilo era difícil». Constata-se, pois, que não é à escola que estes alunos atribuem maior responsabilidade pela o seu insucesso, mas a si próprios. Autores vários têm demonstrado até que ponto a forma como um adulto percebe a criança e o jovem e as atitudes para com ela ou ele tomam influenciam a sua auto imagem, atribuindo-se certas qualidades, insuficiências ou defeitos. Comunicando-nos primeiros com os outros, projectamos avaliações positivas ou negativas no eu do outro que condicionam a forma como ele próprio se percebe. (LEITE, p.22, 1992)*

Dentro do EP, a escola assume um papel diferente para os detidos. Sendo uma grande maioria jovens e sem habilitações, muitos tendem a encarar a escola como uma forma de alargar os seus horizontes culturais e adquirir competências de leitura e escrita. Para outros, pode ser encarada como forma de ocupar o tempo utilmente, podendo ser também associada a objectivos de carácter profissional. Mas esta escola também tende a conferir bem-estar aos detidos e, simultaneamente levá-los a ter uma imagem mais positiva de si próprios, cultivada através do

relacionamento com os professores. O convívio, a troca de ideias, a partilha de conhecimentos permite ao recluso “ausentar-se” da hostilidade da prisão. Deste modo, o detido sente-se motivado na sua progressão académica e pessoal.

*[...] Acredito que o «eu escolar» com que os reclusos, que frequentaram a escola na prisão é bastante diferente daquele que se atribuem no passado. O facto de se sentirem bem na escola e de se crerem capazes de acompanhar o que é ensinado, ajuda-os a criar uma imagem mais favorável de si mesmos. Acredito também que, para a representação que fazem de si e da escola, tem uma importância decisiva a relação com a instrução (conteúdos, códigos linguísticos, materiais escolares...) e que os «outros significativos» (professores, colegas, responsáveis pelo funcionamento da escola na prisão). Estes homens aperceberam agora de que os conhecimentos também lhes são destinados e que também eles podem ter acesso aos problemas de ordem intelectual. São as influências das expectativas dos professores que os fazem ver-se de forma mais optimista. (LEITE, p. 23, 1992)*

Para os reclusos que não frequentam a escola na prisão, esta tem uma imagem positiva: reconhecem os benefícios que traz dentro do EP (bem-estar e convívio) mas tendem a associar a aspectos de melhoria de vida no exterior (melhoria de trabalho e outros benefícios). Mesmo assim, alguns optam por não frequentar a escola por motivos diversos: por estarem a cumprir penas de curta duração, pela limitação do grau académico oferecido no EP, por desmotivação, interesses noutras ocupações no EP, por ausência de informação em como aderir à escola na prisão.



## **II PARTE**

# **O TRABALHO EMPIRICO**



## 1. Âmbito do Estudo e Metodologia

### 1.1- Âmbito de Estudo

O funcionamento das prisões tem vindo, ao longo das últimas décadas, a sofrer diversas alterações. As mudanças das realidades, a implementação de novas ideologias interventivas são as principais geradoras de mudança. O surgimento de organismos como o Instituto de Reinserção Social e maior acompanhamento ao delinquente parece ter contribuído não só para a adaptação das penas aplicadas, mas sobretudo para promover um papel de maior intervenção dos estabelecimentos prisionais: recuperar e reintegrar o delinquente.

Em Portugal, ainda é possível verificar um baixo nível de escolarização e um grande número de situações de insucesso escolar. A ausência de motivação, muitas vezes associada à falta de apoio familiar e escolar, as diferenças socioculturais e dificuldades económicas impedem a continuidade do percurso académico. Em alguns casos, não possibilita qualquer tipo de escolarização. Mesmo assim, os portugueses tendem a reconhecer a importância da frequência da escola e sentem-se motivados em aprender.

A educação de adultos ou educação ao longo da vida parece revelar-se fundamental na sociedade: contribui fortemente para o desenvolvimento de uma comunidade, isto porque permite uma integração activa dos seus cidadãos; facultar competências que levam a uma maior e melhor adaptação social e à capacidade de resposta a mudanças e inovações; permite ainda uma melhoria das condições de vida em termos socioeconómicos. Por estas razões, a educação *“deve estar ao serviço do Homem e do seu desenvolvimento integral, preocupada com a realidade do meio ambiente, complementada com a*

*vida familiar e social direccionada para a acção política, laboral, económica, social e cultural.*” (UNESCO, citado por Gómez et al, 2007, p. 180).

Visto que a educação tem, entre outras, uma função reintegradora, esta parece ser um dos instrumentos de eleição na recuperação dos detidos. Os EP nacionais oferecem aos reclusos a possibilidade de frequência de aulas para a escolarização dos mesmos. Em alguns casos permitem uma formação de carácter profissionalizante específico. A escola na prisão parece oferecer aos reclusos a oportunidade de prepararem a sua reintegração socioprofissional enquanto ainda cumprem pena.

O presente estudo vem no âmbito de uma proposta de acção no campo da Educação de Adultos, mais concretamente nos estabelecimentos prisionais nacionais. Um projecto de Investigação deverá, segundo Quivy e Campenhoudt (1992), estabelecer uma pergunta de partida devidamente formulada, permitindo um trabalho credível obtendo os elementos necessários para a responder. Ou seja, será o fio condutor do trabalho de investigação devendo, por este motivo, ser clara, pertinente e exequível.

## **1.2 - Pergunta de Partida e Perguntas Auxiliares**

De acordo com a identificação do problema e da selecção do contexto empírico de investigação, foi formulada a seguinte questão:

**Em que medida a Educação de Adultos contribui para a reinserção social de reclusos?**

No âmbito de uma recolha máxima de informação pertinente a esta investigação, surgiram as seguintes questões orientadoras:

- Como foi o percurso escolar destes reclusos antes da sua condenação?
- Que tipo de educação de adultos é oferecido na prisão?
- Quais as motivações que levaram os reclusos a frequentarem a escola na prisão?
- Qual a percepção actual dos reclusos face à escola?
- Como é feita a reinserção destes reclusos quando saiem em liberdade?

### **1.3 – Objectivos da Investigação**

De modo a salvaguardar um adequado desenvolvimento desta investigação, foram estabelecidos os seguintes objectivos a atingir:

- Caracterizar e contextualizar as instituições voluntárias que trabalham junto dos reclusos;
- Caracterizar e contextualizar o Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo;
- Verificar que tipo de escolarização se encontra ao dispor dos reclusos;
- Perceber como os reclusos percebem a escola dentro da prisão;

- Compreender as razões que levaram os reclusos a frequentar a escola;
- Perceber o percurso escolar dos reclusos antes da condenação;
- Entender os obstáculos sentidos pelos reclusos no percurso académico dentro da prisão;
- Verificar se a escolarização permitiu aos reclusos a aquisição de competências sociais necessárias aquando da sua saída

## **1.4 – Metodologia**

Esta investigação com proposta a acção surge da experiência resultante do período de voluntariado da investigadora no EPRAH. Devido ao objecto de estudo, assume um carácter qualitativo, recorrendo por isso a entrevistas semi-estruturadas que permitem recolher informações de um modo mais preciso e enriquecedor. O principal objectivo residiu em compreender melhor, através dos ex-reclusos e daqueles que os acompanham dentro e fora do EP, as suas necessidades para garantir a sua devida reinserção na sociedade, tendo em conta o papel da educação de adultos nesse processo.

No entanto, foi igualmente utilizado um conjunto de técnicas que contribuíram para a recolha e tratamento dos dados obtidos para este estudo.

### **1.4.1 Pesquisa Bibliográfica**

De modo a possibilitar uma compreensão integral e contextualizada da realidade desta pesquisa, recorreu-se a várias técnicas de informação de acordo com este estudo.

Numa fase inicial, procedeu-se à pesquisa bibliográfica que consiste numa recolha e análise de informação apresentada de obras escritas e publicadas, sobre o assunto que se pretende abordar. Assim, foi possível conhecer as diferentes opiniões destes autores e especialistas da temática. Através destas concepções diversas da reflexão sobre as mesmas foi possível delinear o caminho a levar esta investigação. Neste caso, procurou-se entender a natureza das instituições fechadas, o papel da reinserção social junto dos reclusos e ex-reclusos, a educação de adultos e o papel que desempenha nas prisões.

#### **1.4.2 Entrevista Semi-Directiva**

A aplicação da entrevista permitiu recolher dados pertinentes sobre determinado assunto ou situação e, simultaneamente, entender o contexto em que essa informação é oferecida pelos entrevistados. O contacto directo estabelecido entre o investigador e os entrevistados permitiu uma melhor exploração de ideias ou concepções, como a descrição de acontecimentos importantes para o estudo em questão.

As entrevistas elaboradas para esta intervenção são de natureza semi-directiva, visto que melhor se enquadram para obtenção dos dados pretendidos. Segundo Ghiglione & Mctalon (2001), neste tipo de entrevista é utilizado um guião previamente estruturado, devendo as questões serem de carácter aberto. As questões aplicadas nestas entrevistas foram passíveis de alteração como ainda sujeito à introdução de novas questões consoante o desenvolvimento da entrevista. As perguntas permitem que os entrevistados se expressem com mais autenticidade, obtendo a informação desejada.

O guião das entrevistas foi construído em coerência com a informação recolhida na pesquisa bibliográfica. As perguntas foram

organizadas por categorias, tendo em conta a informação que se pretendia obter junto dos entrevistados. Antes de aplicar a entrevista foi sempre explicado aos entrevistados a finalidade e a organização estrutural da mesma.

A realização das entrevistas organizou-se em duas fases: a primeira fase foi direccionada a duas interlocutoras privilegiadas pertencentes a organismos de voluntariado intervenientes neste EP; na segunda fase desenvolveu-se entrevistas junto dos ex-reclusos deste EP. As entrevistas realizadas na primeira fase tinham como objectivo perceber a dinâmica do funcionamento do EPRAH e até, no caso da entrevistada privilegiada A, ter uma noção da evolução desta entidade ao longo das últimas décadas. A percepção foi sempre num ponto de vista de entidade exterior de acordo com a sua experiência de voluntariado. Escolheu-se estas entrevistadas devido à vasta experiência de voluntariado que têm com estes reclusos do EPRAH e todo o seu interesse em implementar dinâmicas de educação de adultos junto dos mesmos.

Na segunda fase, as entrevistas realizadas tinham o objectivo de entender a vivência enquanto recluso deste EP. Procurou-se contextualizar as suas vivências antes, durante e após a reclusão para identificar aspectos determinantes em que a educação de adultos possa ter tido alguma pertinência. Procurou-se entender qual a sua relação com a escola e a evolução dessa mesma relação.

O contacto estabelecido para a realização destas entrevistas foi, em alguns casos, estabelecidos pessoalmente e outros através de contacto telefónico. A obtenção dos respectivos contactos telefónicos foi feita através destas duas entidades de voluntariado e também através de alguns ex-reclusos entrevistados. As entrevistas foram todas feitas pessoalmente,

com total consentimento, sendo as mesmas gravadas com o conhecimento dos entrevistados. A duração destas entrevistas foi cerca de uma hora cada, sendo quase todas realizadas na casa dos entrevistados. Apenas duas foram realizadas noutros contextos devido à disponibilidade dos entrevistados em questão, sendo uma no local de trabalho com o conhecimento dos superiores e outro em zona de lazer. O local e a ocasião da entrevista foram definidos de acordo com os entrevistados para salvaguardar o conforto, a serenidade e o sigilo da informação obtida.

O ambiente das entrevistas foi sempre calmo, agradável e confortável. A grande maioria dos entrevistados já conhecia a entrevistadora devido ao voluntariado realizado junto dos mesmos. Apenas dois destes ex-reclusos, por referência dos voluntários, não a conheciam. É de referir que, apesar do contexto de confiança e conforto, alguns entrevistados (nomeadamente ex-reclusos) revelaram, como nos refere Goffman (2007), alguma relutância na divulgação de alguma informação.

Após a realização de todas as entrevistas, procedeu-se à transcrição da gravação das mesmas. A partir dessa mesma transcrição, foi selecionada a informação pretendida e registou-se na matriz de análise de dados. Neste estudo não é apresentado a transcrição integral das entrevistas por questões de preservação do anonimato dos entrevistados.

### **1.4.3 Análise de Conteúdo**

De modo a salvaguardar uma interpretação adequada aos dados recolhidos, procedeu-se à análise de conteúdo. Esta técnica, segundo Bardin (1977), tem como objectivo a análise das diversas formas de

comunicação que se desenvolvem entre os indivíduos (verbal, escrita, não escrita). Ou seja, esta análise é aplicável aos documentos escritos e às entrevistas realizadas para este estudo.

Esta técnica pode ter um carácter mais qualitativo, de acordo com o objecto de estudo, ou poderá ganhar um carácter quantitativo se for aplicado um enquadramento estatístico. Uma vez que este estudo apresenta um carácter qualitativo, devido ao seu objecto de investigação, os instrumentos de recolha de dados e sua respectiva interpretação estarão direccionado para essa vertente.

#### **1.4.4 Matriz de Análise de Dados**

Foram construídas três matrizes de análise de dados correspondendo aos três diferentes tipos de entrevistas realizadas: aos ex-reclusos, à voluntária pertencente à “Casa de S. Jorge” e à voluntária pertencente ao “Grupo Vicentino da Obra da Cadeia”. As categorias e subcategorias variam de acordo com a entrevista aplicada e as informações pretendidas em cada entrevista. Visto que aos reclusos a entrevista aplicada foi sempre a mesma, a matriz de análise de dados detém as respostas destes oito entrevistados, facilitando a percepção dos dados obtidos. Para as voluntárias, foram construídas tabelas separadas visto que as entrevistas aplicadas divergem em termos de informação que se pretendia recolher.

A tabela aplicada aos reclusos apresenta quatro categorias, cada uma com diversas subcategorias, consoante a informação pretendida por cada tema apresentado nestes grupos. Na primeira categoria (Situação de vida antes da Condenação), registaram-se aspectos referentes ao percurso de vida antes do momento da detenção. Através das subcategorias,

procurou-se determinar a situação laboral que se encontravam na altura, a escolaridade obtida até então, o tipo de relacionamentos sociofamiliares. Também se registou a noção que tinham da escola na altura como ainda a forma como se viam enquanto alunos.

Na categoria seguinte (Contextualização enquanto Recluso), registou-se a sua vivência durante o período de reclusão. Ou seja, o que sentiam, como encararam o cumprimento de pena, a percepção que tinham ou têm do funcionamento institucional, que actividades ocupacionais lhes eram oferecidas e se achavam as mesmas adequadas; as necessidades do EPRAH como também as necessidades dos próprios reclusos.

Na terceira categoria (Escola na Prisão), os dados registados referem-se à relação actual dos entrevistados com a escola como também a noção da mesma; a sua participação (ou não) na escola e respectivas razões; o local onde frequentavam as aulas (podendo ser dentro ou fora do EP); a opinião que tinham sobre os professores e o papel da escola na prisão. Neste enquadramento procurou-se anotar a sua opinião sobre a escola como meio reintegrador na comunidade. Foi ainda registado o interesse na continuidade no percurso académico.

Na última categoria (Situação Atual de Vida) registaram-se aspetos relacionados com a sua realidade presente: tempo em que está em liberdade, situação laboral, processo de reintegração socioprofissional após cumprimento de pena e contribuição da escola na sua reintegração socioprofissional aquando da sua libertação.

A tabela elaborada para registo de dados obtidos pela entrevista realizada à voluntária da Casa de São Jorge expõe três categorias. Na primeira (Contacto com reclusos de EPRAH), registou-se todo o tipo de informação referente ao contacto com os reclusos: como e quando iniciou

esse contacto, objectivos dessa intervenção e sua duração. Na categoria seguinte (Percepção do EPRAH) são apresentados dados relacionados com a sua perspectiva do EPRAH, desde o seu funcionamento e necessidades institucionais, ao tipo de reclusos ali detidos e respectivas carências. Aqui é também registado alguma informação relacionada com a escola na prisão: participação dos reclusos na escola, caracterização do aluno recluso, colaboração da equipa dirigente deste EP com a escola (mais concretamente com os professores) e as necessidades sentidas na execução do projecto educativo. Na última categoria, a informação centra-se na escolarização e educação de adultos. Ou seja, a informação aqui apresentada refere-se a aspectos relacionados com a escolaridade dos reclusos quando entram para a prisão; a sua noção sobre a educação de adultos no EP; a evolução académica dos reclusos; a contribuição da educação de adultos para a recuperação e reinserção socioprofissional do ex-recluso e a adequação da escolaridade oferecida no EPRAH.

A tabela utilizada para o registo de dados obtidos através da voluntária do Grupo Vicentina da Obra da Cadeia tem alguns aspectos que divergem da tabela aplicada à voluntária anterior. Isto deve-se às diferenças estruturais das entrevistas, pois a informação pretendida tende a divergir. Isto é, devido o longo período de tempo de intervenção desta voluntária, que pertence ao grupo de voluntários prisionais mais antigo desta ilha, é possível conhecer a evolução desta instituição.

Esta informação encontra-se distribuída por três categorias, cada uma com subcategorias diferentes. Na primeira categoria, os dados são referentes aos aspectos relacionados com o contacto estabelecido com os reclusos do EPRAH; a finalidade desse contacto; como evoluiu o grupo de voluntariado ao longo dos anos; a constituição actual deste grupo;

obstáculos encontrados no desenvolvimento de actividades do voluntariado e estratégias para a sua resolução.

Na segunda categoria, registou-se aspectos relacionados com a caracterização do EPRAH: o funcionamento no início do contacto com reclusos, a caracterização dos detidos no início do contacto, actividades ocupacionais disponibilizadas aos condenados, o início da escola na prisão, o funcionamento actual do EPRAH; a caracterização dos reclusos actualmente contactados; as necessidades do EPRAH e as dos reclusos, estratégias de resolução dessas necessidades.

Por fim, a última categoria refere-se à educação de adultos no EPRAH, estando os dados registados de acordo com os seguintes aspectos: a escolaridade dos reclusos quando entram para este EP o sistema educativo aqui existente e a sua adequação; a adesão à escola na prisão; a contribuição da educação de adultos para a recuperação e reinserção socioprofissional do ex-recluso; a adequação da escolaridade oferecida no EPRAH e meios de apoio ao recluso.

## **2 . Contextualização do Estudo**

### **2.1 A Comunidade Terceirense – Evolução Histórica e Sociocultural**

Pertencente ao grupo central do arquipélago dos Açores, a ilha Terceira é a segunda mais populosa destas 9 ilhas com 56 062 habitantes (censos 2011). Devido à sua localização geográfica em pleno atlântico norte, esta ilha desempenhou um papel de relevo no estabelecimento e manutenção do Império Português. Permanece, ainda hoje, como ponte de ligação entre os continentes americano e europeu, tendo ocupado um

papel estratégico durante a II Guerra Mundial com a ocupação dos ingleses e americanos na base militar das Lajes.

Embora não haja certeza quanto à data de descoberta desta ilha, a mesma aparece referenciada em portulanos quatrocentistas. Denominada de Ilha de Jesus Cristo da Terceira, é mais tarde abreviada para a sua designação actual. O povoamento desta ilha começa a partir da sua doação, por carta do Infante D. Henrique ao flamengo Jácome de Bruges, a 21 de Março de 1450. Nessa altura, o povoador trouxe consigo flamengos, famílias portuguesas e alguns animais vindo mais tarde alguns frades franciscanos para o culto religioso.

*Afirmam os povoadores antigos da ilha Terceira que fora primeira descoberta pela banda do norte, onde chamam as Quatro Ribeiras, em que agora está a freguesia de Santa Beatriz, que foi a primeira igreja que houve na ilha, mas não curaram os moradores de viver ali por ser a terra muito fragosa e de ruim porto. [...] (Frutuoso, p.8-9)*

Com o desaparecimento de Bruges em 1474, a ilha é dividida em duas capitánias nesse mesmo ano: a capitania de Angra (entregue a João Vaz Corte Real) e a capitania da Praia (entregue a Álvaro Martins Homem, embora este já tivesse iniciado o povoamento em Angra).

Para além de portugueses e neerlandeses, o povoamento também foi feito com madeirenses, escravos africanos, degredados, cristãos novos e judeus. Ao mesmo tempo, a crescente exploração económica desenvolveu-se em vários aspectos (queimadas e arroteamento de baldios, introdução do trigo e da cana do açúcar, exportação de madeiras para construção naval), levando a que no século XVI os Açores fossem marcados por um significativo desenvolvimento socioeconómico, estendendo-se até finais do século XIX.

Actualmente a economia da ilha Terceira baseia-se essencialmente na agropecuária, nas indústrias ligadas à transformação de lacticínios e aos serviços públicos. É detentora da segunda maior comunidade piscatória da região, cujo porto é responsável por exportações significativas de pescado em território nacional e estrangeiro. Tem uma razoável oferta de comércio e restauração, sendo a mesma ainda consideravelmente variada. O Turismo tem vindo a apresentar-se como uma economia alternativa e de gradual crescimento. Para além dos espaços de ensino de 1º/2º ciclo e secundário, a ilha Terceira é detentora de algumas escolas de ensino profissional. É nesta ilha que encontramos o Pólo II da Universidade dos Açores, uma das Escolas de Enfermagem da Região Autónoma dos Açores como também uma das sucursais da Universidade Aberta. A Base Militar das Lajes também emprega muitos civis em serviços diversos. A população da ilha continua, tal como no início do seu povoamento, bastante diversificada. Isto deve-se a factores relacionados com a migração, com formação académica (sobretudo universitária) e também laboral. Embora sejam maioritariamente naturais desta ilha, podemos ainda encontrar indivíduos provenientes das restantes ilhas e território nacional. Também aqui residem africanos (sobretudo de Cabo Verde, Angola e Moçambique), brasileiros, asiáticos (maioritariamente chineses e indianos), europeus (espanhóis, alemães, por ex.) e da Europa de leste. Devido à Base Militar das Lajes, existe uma comunidade significativa de americanos sendo sobretudo militares e respectivas famílias. É de salientar a situação de repatriamento de indivíduos emigrados no estrangeiro mas também o regresso de muitos emigrantes portugueses.

As tradições locais foram, em alguns casos, mantidas desde da idade média aquando do seu povoamento. Neste sentido destaca-se as

festividades em louvor ao Divino Espírito Santo, introduzidos pelos franciscanos. Implementado pela Rainha Santa Isabel, o culto tem-se mantido em todas as ilhas açorianas embora tenha caído em desuso em Portugal continental. Celebrado no Domingo de Pentecostes, é feita a distribuição de carne e de pão (o “bodo”), podendo ser ainda oferecidas as tradicionais sopas de Espírito Santo. A insularidade e os desastres naturais característicos (terramotos e tempestades violentas) permitiram um reforço na continuidade destas tradições em forma de promessas. De influência espanhola, a realização de touradas (quer de praça quer de corda) é bastante frequente nesta ilha. Enquanto as touradas de praça decorrem apenas em festividades de maior relevo (como festividades municipais) já as touradas à corda realizam-se praticamente todos os dias (de 1 de Maio a inícios de Outubro). É uma festividade que, por atrair muita população, contribui de algum modo para a economia local. Muitas famílias dependem deste período do ano para obterem uma maior rendimento familiar através das “tasquinhas ambulantes” entre outras coisas.

## **2.2 O Estabelecimento Prisional Regional De Angra do Heroísmo**

O Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo é um dos três Estabelecimentos Prisionais existentes da Região Autónoma dos Açores. Situado praticamente no centro da cidade que lhe dá o nome, encontra-se ainda aglomerado ao Tribunal deste conselho. Constituído em 1975, esta instituição destina-se a reclusos preventivos à ordem dos tribunais das Comarcas de Angra de Heroísmo, Horta, Praia da Vitória, São Roque do Pico, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores e

Velas. Acolhe reclusos de ambos os sexos, existindo assim duas zonas distintas. Tanto no sector masculino como feminino existem celas individuais e colectivas (2 a 3 camas). Este Estabelecimento Prisional dispõe ainda de camas para crianças no caso de surgirem reclusas com filhos pequenos. O pátio exterior de cada sector é utilizado essencialmente para a prática desportiva.

A equipa de saúde desta prisão é composto por um médico e um enfermeiro que asseguram as consultas de clínica geral dos reclusos. Os cuidados médicos de especialidade são salvaguardados através dos serviços prestados pelo Hospital da Santo Espírito, de Angra do Heroísmo. O Centro de Adictologia deste mesmo hospital garante, através de programas de antagonistas e de substituição com metadona, o acompanhamento e tratamento de reclusos toxicodependentes. Por sua vez, o controle de doenças infecciosas é garantida pelo Centro de Saúde e Hospital de Angra do Heroísmo. Para além do rastreio anual, é realizado um rastreio sistemático à despistagem de tuberculose a todos os reclusos aquando da sua entrada. Periodicamente é efectuada a vacinação contra a Hepatite B tanto aos reclusos como aos funcionários.

A formação profissional dos reclusos encontra-se limitada às áreas da carpintaria, marcenaria e canalização. A ocupação laboral passa, por sua vez, pelo artesanato, a manutenção e limpeza do edifício, agricultura (nos terrenos destinados à construção do novo Estabelecimento Prisional) e actividades ao abrigo de protocolos (recuperação de equipamentos sociais, manutenção e limpeza de vias e espaços públicos). A formação académica oferecida no seu interior permite a certificação até ao 9º ano de escolaridade. Existe ainda um programa interno para a obtenção de licenças de condução.

As actividades socioculturais apresentam-se limitadas à elaboração regular do jornal “Rabo Torto” (regionalismo utilizado para designar os terceirenses), a actividades musicais dinamizadas com o apoio de uma professora de Educação Musical e acesso às 555 obras existentes na biblioteca desta instituição. Neste espaço são dinamizadas acções de animação de leitura, concursos e sessões de poesia. As actividades desportivas são desenvolvidas nos pátios e sala adaptada. As modalidades praticadas passam pelo basquetebol, futebol de 5, ténis de mesa, damas e dominó. As últimas três modalidades entram nos quadros competitivos internos. A articulação estabelecida com o exterior é feita em três vertentes: colaborações de carácter voluntário através do grupo Vicentino da Obra da Cadeia que oferece aos reclusos apoio material e espiritual; Ensino – através dos programas da Secretaria Regional da Educação e da Casa de São Jorge; ocupação Laboral através de acordos estabelecidos com empresas de construção civil, indústria hoteleira e serviços da Administração Regional e Local e instituições não governamentais como a Cáritas Diocesana.

É de referir que este Estabelecimento Prisional tem protocolos estabelecidos com diversas entidades de modo a permitir serviços fulcrais ao seu funcionamento. Destaca-se os da área da saúde, estabelecido com o Centro de Saúde e hospital Santo Espírito de Angra do Heroísmo. A nível de trabalho, as entidades envolvidas são a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, a Secretaria Regional de Habitações e Equipamentos e Serviço Regional de Protecção Civil.

Esta instituição terá, num futuro próximo, novas instalações estando previsto a conclusão das obras em 2012. O edifício actual tem uma estrutura desadequada às necessidades presentes. Para além da

constituição arquitectónica este estabelecimento carece sobretudo de espaço, tendo uma taxa de sobrelotação de 160%.

### **2.3 Instituições de Apoio Voluntário**

O Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo dispõe de um conjunto de acções de intervenção e ocupação dos reclusos. Porém, conta ainda com a colaboração de outras entidades, de cariz voluntário, na intervenção junto dos reclusos. Destas destacam-se duas instituições: O Grupo Vicentino da Obra da Cadeia e a Casa de São Jorge.

#### **2.3.1 O Grupo Vicentino da Obra da Cadeia**

O Grupo Vicentino da Obra da Cadeia surge por iniciativa de um casal que, inspirado num retiro espiritual, sentiram a necessidade de oferecer algum tipo de apoio aos encarcerados da altura, dando origem à formação deste grupo em 1970.

No início, esta intervenção baseava-se essencialmente em conversas informais junto dos reclusos. Ouviam os seus desabafos e preocupações. Gradualmente passaram a outras formas interventivas como apoiar e confortar a família, oferecendo algum apoio material (roupas, produtos de higiene e bens alimentares) tanto ao recluso como às famílias destes. Actualmente, o apoio oferecido aos presos passa também por outros aspectos: actividades socioculturais e espirituais (eucaristia), comemoração de datas assinaladas (ex. Natal, Páscoa...) e dos aniversários dos reclusos onde normalmente são oferecidos produtos de primeira necessidade aos aniversariantes, como produtos de higiene.

Sempre que possível, algumas actividades realizam-se com a participação da família, nomeadamente a festa de Natal, Dia do Pai e da Mãe, Dia de São Valentim, Celebração do Divino Espírito Santo. A equipa actual é constituída por dez elementos sendo um, o capelão da cadeia, estando a seu encargo a celebração da eucaristia e outros ritos religiosos. Os indivíduos que fazem parte desta equipa residem no conselho de Angra do Heroísmo, de idades variadas estando alguns na vida activa e outros reformados. Esta instituição não possui sede própria, sendo as reuniões realizadas nas casas dos membros que constituem esta equipa.

### **2.3.2 A Casa de São Jorge**

A Casa de São Jorge é um organismo que surgiu por iniciativa dos jorgenses a residir na ilha Terceira em 1995. A partir da mesma, são realizados convívios e encontros que promovem as tradições provenientes da ilha vizinha (São Jorge) e divulgação das mesmas na ilha Terceira. Tem desenvolvido várias iniciativas de natureza cultural como também formação em técnicas manuais diversas. Com uma preocupação especial pelos doentes deslocados de outras ilhas, oferece ainda estadia na Terceira por um preço simbólico. Atende às necessidades do povo jorgense, tanto deslocado por questões de saúde, como residente.

A sua intervenção é mais recente junto do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo. Neste caso, iniciou-se na área de escolarização de adultos, oferecendo a possibilidade dos reclusos completarem a sua escolaridade até ao 6º ano. Esta iniciativa começou com professoras do primeiro ciclo aposentadas, pertencentes à Casa de São Jorge. Inicialmente era um voluntariado espontâneo e não se

encontrava ligado a esta instituição. Mais tarde, no âmbito de obter apoio financeiro, criaram um projecto educativo “Literacia e Desenvolvimento de Competências”, com o apoio da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Devido ao relacionamento diário com os reclusos, depressa se aperceberam das necessidades sentidas por estes. Assim, esta iniciativa também se alargou para o apoio material (roupa, produtos e higiene, bens alimentares) e cuidados de saúde: consultas em diversas áreas, apoio na obtenção de óculos, etc.

Estas voluntárias utilizaram os seus recursos pessoais para auxiliar o melhor possível estes reclusos. Com o apoio financeiro do Projecto “Literacia e Desenvolvimento de Competências” foi possível garantir esse auxílio de modo contínuo e com mais rapidez de resposta junto dos reclusos.

## **2.4 A Amostra**

A amostra deste estudo baseou-se em 8 ex-reclusos do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo, de ambos os sexos, com idades que vão desde dos 30 aos 58 anos, residentes na ilha Terceira. Destes entrevistados 2 são africanos, oriundos das ex-colónias portuguesas, 1 de outra ilha açoriana e ainda 1 do norte de Portugal continental, sendo os restantes naturais da ilha Terceira. Cumpriram penas que vão desde de um ano e meio a 24 anos (este último com algumas interrupções). Todos partilharam a sua experiência e perspectiva da escola dentro e fora da prisão. Selecionou-se estes indivíduos por estarem devidamente reinseridos na sua comunidade.



## **III PARTE**

# **ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS**



# **1 – Análise e Reflexão sobre as entrevistas Desenvolvidas**

## **1.1– Grupo Vicentino da Obra da Cadeia**

### **1.1.1 – Contacto com os Reclusos do EPRAH**

A entrevistada iniciou o contacto com reclusos deste EP ainda muito nova, pois acompanhava elementos da família que o faziam.

*“Comecei pelas mãos de W (familiares do entrevistado) tinha 11 anos. Fizemos uma experiência num curso de cristandade e resolveram ser visitantes da cadeia e comecei a ir com eles. Ao longo destes anos todos não tive muitas falhas de aparecer lá a eles e fui criando este «bichinho». [...] Foi interessantíssimo porque o primeiro dia que W (familiar) foi à cadeia pensou que nunca mais ia voltar. Porque foi encontrar uma cadeia suja, cheirava mal, os homens de barbas grandes, muito sujos, e ele pensou: «Onde me fui meter, o que venho aqui fazer?». Mas quando saiu, os homens estenderam-lhe a mão e disseram «Até para a semana». Mas quando saiu disse «Não posso ir ali mais, não me senti bem. Mas se estendi a mão tenho de ir». E para a semana foi encontrar aqueles homens barbeados, cadeia limpa à espera de W (familiares). A partir daí o compromisso de ir à cadeia.”*

Os objectivos deste contacto consistiam essencialmente em oferecer apoio social, resolução de carências sentidas pelos encarcerados como também o apoio às famílias dos detidos.

*“[...] Comecei a perceber que aquela gente precisava de uma mão de nós, que tinham carências, faltava-lhes tudo na vida e nós preenchíamos uma bocadinha dessa lacuna. Eles vinham mesmo ao nosso encontro. [...] No início era mais isto...apoio às famílias, confortar as famílias e a eles. Mas também juntava-mos e dava-mos algum apoio material. Portanto, roupas para eles, roupas para a família, comida para a família, portanto [...] era um grupinho pequeno, eles (voluntários) pagavam do seu bolso, pagavam numa mercearia leite para as crianças, aquelas necessidades base.”*

Ao longo dos anos, este grupo de voluntariado foi evoluindo de acordo com o surgimento de novas necessidades, implementando novas intervenções e objectivos: realização de pequenas conferências, realização de sessões informativas com profissionais da área da saúde, assistência religiosa (celebração da eucaristia, atribuição dos sacramentos), comemoração de datas assinaladas e tradições locais e/ou religiosas, comemoração de aniversários dos reclusos. Assim, passou a existir uma organização e calendarização de actividades através de um plano anual de trabalho.

*“Começamos a perceber que estas pessoas (reclusos) não precisam apenas de um sorriso, de uma roupa, portanto precisa de mais. [...] Preparamos um plano de trabalho anual. [...] A comemoração dos aniversários, a Páscoa... Fizemos a refeição com eles (referindo-se ao Natal). Este ano não demos as prendas aos miúdos porque não temos dinheiro, isto é, as prendas que os reclusos dão aos filhos no Natal. No dia do Pai levamos as crianças lá dentro. Foi bonito mas foi chocante. Foi... o aproximar das crianças ao pai. No dia dos namorados levamos algumas mulheres para estarem com seus maridos.”*

Este grupo de voluntariado tem encontrado inúmeros obstáculos ao longo da sua existência. São apontadas dificuldades na implementação de novas actividades como também constituir um grupo de voluntariado para este tipo de intervenção.

*“No entanto, ao longo destes anos , nós temos encontrado bastante dificuldade em ter um grupo de voluntários à altura que dêem mais algumas respostas. Por vezes sinto-me muito sozinha, muito mesmo. [...] Têm passado por ali, posso dizer à vontade, centenas de pessoas ao longo destes anos. Se até reparares acabo quase sozinha, tudo isto porque as pessoas não conseguem separar o ser humano que eles são da maldade que eles fizeram, e eu consegui perfeitamente. Quando entro aquela porta para dentro eu separo*

*automaticamente as águas. É um ser humano eu está ali, que talvez precise de mim, mais nada.”*

A falta de uma maior colaboração com a Equipa Dirigente deste EP e também a inconsistência da participação dos reclusos também foram apontados como obstáculo no desenvolvimento da sua acção interventiva.

*“Aquilo é um meio que surge sempre muitos obstáculos porque é muito difícil trabalhar com o exterior. [...] Mas para nós o maior obstáculo é o exterior, é a parte Técnica. [...] Do próprio EP (referindo-se à equipa dirigente). E se tu perguntares isto às pessoas que vão para outros EP vais encontrar a mesma realidade. [...] Tanto vem um grupo grande ter connosco como chegamos lá e não tem ninguém. [...] Tudo depende da população (reclusos) que está no momento.”*

### **1.1.2 – Caracterização do EPRAH**

Tendo em conta que a entrevistada é voluntária neste EP há mais de quarenta anos, solicitou-se uma caracterização desta instituição no início da sua intervenção comparando-a com a realidade actual.

Segundo esta voluntária, as infra-estruturas do EPRAH revelam ser desde sempre desadequadas, limitadas de espaço, levando à sobrelotação já há muitos anos. A ausência de obras, manutenção e melhoramento contribuem para que as condições tenham vindo a piorar.

*“Igual como é hoje: é uma prisão sem nenhuma condições. Tem uma lotação de trinta e cinco e há pouco tempo tinha noventa. [...] Mas a lotação é sempre superior. Está decaída completamente. [...] Aquilo deu em ficar sobrelotada e não houve obras nunca mais... Portanto, agora neste momento é que têm sanitas, porque era em baldes onde faziam as suas necessidades. Há pouco mais de um ano é que têm sanitas, para veres os anos em que teve esta cadeia. São mesmo precárias.”*

As refeições são, em sua opinião, de pouca qualidade. Reconhece no entanto, que foram em anos anteriores bastante piores.

*“Até há poucos anos era através do Regimento de Infantaria [...] Actualmente são firmas mas as refeições são péssimas. Os condimentos são bons mas não são bem confeccionados. [...] As refeições nunca foram boas, do Regimento eram em latas [...]. Acho que eram piores do que agora mas também não acho muito melhor.”*

Em termos de funcionamento actual, a voluntária aponta para uma Equipa Dirigente pouco colaboradora com os grupos de voluntariados (já referido nos obstáculos no desenvolvimento de actividades dos voluntários), ausência de vocação profissional por parte de alguns funcionários como também a necessidade de mais formação nesta equipa de trabalho.

*“Há falta de humanismo, de sensibilidade... Acho que aquela gente (funcionários do EPRAH) que está ali não tem vocação. [...] Estes rapazitos novos têm outra formação e isso transparece [...]. Eu vejo um guarda como um homem que tem que ter um certo «cabedal», só que ao mesmo tempo, por detrás disso tudo, tem que ter um coração que perceba a realidade dessa pessoa. Porque uma pessoa que vai para ali tem antecedentes. Conheço um dos guardas, B, que tem estas duas coisas: é duro [...] mas percebe o outro e vai o encontro das suas necessidades. Não há muitos com estas características e ali tinha que ser. [...] Ter a capacidade ... ou como diz R (guarda prisional) ter a capacidade de ouvir mesmo as mentiras.”*

Mesmo com a realização gradual de mais actividades, na opinião da entrevistada é necessário instituir mais dinâmicas junto dos reclusos. Aponta para o horário restrito para o encerramento dos reclusos que limita a realização de actividades de exterior (pátio).

*“Os horários de estarem abertos e fechados são: abertos às 7:00 da manhã e fechados à 1:00 da tarde. São abertos às 14:30, meia hora mais cedo agora e fechados às 7:00 da noite. Só têm uma hora de recreio por dia no pátio. Passam o dia no corredor e nas celas, vêem filmes. O dia passa-se nas celas.”*

### **1.1.3 – Os Reclusos**

A voluntária conta que nos primeiros anos de intervenção, os reclusos desta cadeia estavam condenados sobretudo por roubos simples. Após o 25 de Abril de 1974, surgiram outro tipo de criminosos, sobretudo relacionados com a droga. Caracteriza os reclusos dessa altura como pessoas passivas, de fácil convivência, sendo a maioria naturais da ilha Terceira.

*“Aquilo no início, e numa quantidade de anos por aí a baixo, o tipo de reclusos era porque roubou umas castanhas, uma burra de milho...roubos simples. Após o 25 de Abril aí sim, começou a ser outro tipo de população. Então quando começou a meter droga... [...] Eram pessoas passivas que estávamos com eles à vontade, porque eram por pequenas coisas, pequenos delitos. Não mais do que isso.”*

Para esta voluntária, a principal diferença entre os reclusos actuais com os primeiros contactados são as atitudes de desinteresse, revelando-se menos participativos nas actividades oferecidas por este grupo de voluntariado.

*“Uma parte deles nem sequer desce para comer um doce. Isto não era habitual, isto não acontecia há uns anos atrás. Há um desinteresse das pessoas. Mas isto é muito relativo porque é como digo depende da população actual. Se calhar daqui a uns meses posso falar diferente, teremos um grupo que vai aderir [...]. Estão mais instalados no próprio EP. Talvez porque os familiares levam aquilo que necessitam, porque têm tudo em todas as celas,*

*tem DVD, tem algum conforto que há anos atrás não existia. Eu penso que será por isso [...]. Se bem que...bem isto é tudo uma caminhada, isto é tão difícil na cadeia... Isto tudo cansa passado tempos. As pessoas sentem necessidade de conviver com outras pessoas e lá se aproximam.”*

O cumprimento de pena tende a ser de pequena duração (menos de cinco anos), sendo transferidos para outras prisões nacionais os que cumprem penas de maior durabilidade (superiores a cinco anos).

*“Dependendo do tipo de pena, do tipo de crime. [...] Há aquelas penas mais leves porque roubou um carro ou isto ou aquilo...mesmo que apanhe quatro ou cinco anos é capaz de ficar aqui. E é assim: aqueles que apanham mais anos de cadeia preferem mesmo ir lá para fora porque tem outras regalias que aqui nos Açores não tem. Têm mais precárias, redução de pena [...]e vem para casa a meio da pena. “*

A entrevistada menciona que as condenações têm vindo a revelar-se, sobretudo depois do 25 de Abril de 1974, cada vez mais complexas e variadas. Esta cadeia já albergou presos políticos, condenação relacionada com estupefacientes, repatriamentos e outros actos mais graves e de maior violência. Surgem condenações relacionadas com a condução sobre o efeito de álcool ou sem habilitação para conduzir. A entrevistada frisa que a maioria dos delitos se deve à droga e roubos.

*“Pós o 25 de Abril teve a PIDE. [...] Sim, os antigos políticos (do Regime Salazarista), a PIDE é que tiveram presos. [...] Houve uma mudança radical, desde os presos políticos à droga, os repatriados... [...] já era por outras coisas, coisas mais complexas [...]. A percentagem maior é droga e roubos. [...] Sim, não são muitos agora (referindo-se a reclusos presos por pedofilia). Depois tem os por violação, sem ser pedófilos, repatriados que também não são muitos, condução sem carta, por condução sobre o efeito do álcool. Há uns que estão detidos apenas durante o fim-de-semana, que estão relacionados com carta de condução, se é primário...se por delitos mais pequenos.”*

Nesta entrevista, é referido que estes reclusos tendem a provir de famílias desestruturadas, com diversos tipos de problemas socioeconómicos. A faixa etária destes indivíduos tem tendência a ser bastante jovem e muitos com comportamentos problemáticos.

*“Também a maioria desta gente é jovem, entre os dezassete e trinta e tal anos. Os outros são uma pequena maioria. [...] Enquanto antes tínhamos um à vontade de andar dentro do EP nas celas...após o 25 de Abril isto começou a recuar de ano a ano e hoje estamos completamente restritos. [...] Começou a haver outro tipo de gente e, pronto hoje estamos limitados aquele espaço que tu conheces.”*

De acordo com a voluntária, esta cadeia recebe indivíduos de vários pontos do país, sendo a maioria das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge. Alberga reclusos estrangeiros que cometeram delitos em território nacional, provenientes de países africanos, do continente americano e da Europa. Também acolhe repatriados vindos dos Estados Unidos da América e Canadá.

*“Aliás já temos reclusos de outros países: Senegal, Brasil, já teve da Venezuela, Inglaterra, da Holanda, muitos Africanos... várias nacionalidades. Temos repatriados do Canadá e Estados Unidos da América. [...] Das outras ilhas tem de São Jorge, Graciosa...os do Faial e do Pico ficam no Estabelecimento Prisional do Faial [...]. Talvez 50% dos reclusos são da Terceira e das restantes ilhas.”*

Quando entram para o EP, os condenados apresentam ser analfabetos ou com uma escolaridade bastante baixa independentemente da sua idade.

*“Se fores há trinta anos atrás e se fores hoje tu encontras ali gente e encontras ali pequenos (rapazes) novos que não sabem ler nem escrever! [...]*

*50% não tem escolaridade mesmo e acho que é mais... É uma dificuldade e escrever e ler que é uma coisa louca.”*

Para esta entrevistada, as maiores carências deste EP passam pela ausência de espaço, por uma necessidade de maior ocupação laboral interna dos detidos, falta de apoio financeiro e de apoio individualizado aos reclusos.

*“Do EP é o espaço, mas também já se está a fazer a cadeia. Tinham (funcionários de EPRAH) que intervir junto daqueles rapazes (reclusos) de maneira diferente. Não contribuem em nada para a reinserção social desses rapazes. É necessário um maior acompanhamento individual. Neste momento estão sem acompanhamento nenhum!”*

Por sua vez, a voluntária indica como principais necessidades dos detidos a carência afectiva e ligação à família; necessidade de apoio na obtenção de produtos de primeira necessidade e, novamente, ocupação laboral interna.

*“[...] Sim, mais afectivas. E tanto é assim que eles pediam, aliás ainda hoje pedem para nós irmos ao encontro da família. Muitas vezes sou a ponte entre eles e a família. Dos reclusos, na minha perspectiva é a falta de trabalho. Se essa gente tivesse a trabalhar era melhor. [...] Sim, virado para o interior mesmo, criar condições para trabalhar dentro do estabelecimento, isso era muito importante. Desde fazer as suas próprias refeições, desde cultivar as coisas... para o espaço que eles vão dá...”*

Neste sentido sugere como estratégia e resolução de necessidades a criação de mais tarefas internas ocupadas pelos detidos como meio de permitir uma melhor gestão económica, de os ocupar e responsabilizar.

#### **1.1.4 – Educação de Adultos no EPRAH e Reinserção Social destes Reclusos**

Segundo a entrevistada, o funcionamento da escola na prisão apenas surge alguns anos antes do 25 de Abril de 1974. No período antes, os reclusos aprendiam algumas tarefas profissionalizantes (Ex. Sapateiro). Actualmente, na sua opinião, as práticas educativas aqui encontradas parece ser uma actividade positiva: os professores são interessados, existe um bom relacionamento professor-aluno, e os resultados aparentam ser bastante positivos.

*“Sim, acho que funciona bem. [...] Sim, há muito interesse por parte dos professores. Relacionou-me mais com os voluntários e sei que estão a fazer um bom trabalho. [...] Pela experiência, todos que passam por ali a fazer trabalho com os reclusos, o que vai acontecer e nada disso acontece. Pois não criam problemas às pessoas, criam a si.”*

No entanto, a voluntária acha que os reclusos participam por motivos variados nas aulas, alguns dos quais menos apropriados, o que os pode levar à desmotivação e desistência.

*“Vão à escola por motivos que não passam pela cabeça! São poucos aqueles que vão interessados com objectivos de aprender. Vão com outros objectivos diferentes: ou porque tem mulheres, ou sair da rotina, não com aquele verdadeiro objectivo. Há alguns, mas são uma percentagem pequena que vão abertos para aprender, sair de lá com formação.”*

Para a entrevistada, a educação de adultos é um importante contributo para a recuperação e reinserção socioprofissional dos reclusos. Contudo, apenas ajuda aqueles que estão motivados e interessados para o efeito.

*“ [...] Dependendo da vontade do recluso, claro que ajuda. Dependendo do interesse que ele tem. Se ele quiser, o sistema (educativo) em si está preparado para isso. Tem a ver com a disponibilidade interior de cada um, sem dúvida.”*

Porém, é de opinião que a estrutura de funcionamento deste EP, como também de outros nacionais, não permite a devida reinserção social do preso quando libertado, mencionando o sucesso dos sistemas prisionais estrangeiros na recuperação do condenado.

*“O sistema prisional diz que vão presos para ajudar a reinserir-se na sociedade. É mentira. O sistema prisional não está nada preparado para os ajudar aqueles homens a reinserirem-se na sociedade. São vigiados 24 horas por dia, não têm trabalho, nada ali dentro, na minha opinião, serve para reinserir homens na sociedade. É o sistema prisional que nós temos, não há outro. [...] É a nível nacional, é o sistema nacional de Portugal. Porque nos outros países já não é assim. É verdade que os espaços são outros, mas vão fazendo um outro tipo de caminhada, outra evolução superior à nossa.”*

## **1.2– Casa de São Jorge**

### **1.2.1 Contacto com os Reclusos**

O início deste contacto estabeleceu-se através de convite através de outras colegas de profissão (professoras do primeiro ciclo) que prestavam voluntariado no EPRAH, nomeadamente na escolarização dos detidos. Segundo a voluntária, tratava-se inicialmente de um voluntariado espontâneo, sem ligação a nenhum organismo. Mais tarde é inserido como uma das dinâmicas da Casa de São Jorge como projecto educativo “Literacia e Desenvolvimento de Competências” com apoio financeiro da Direcção Regional da Educação. A entrevistada revela que os objectivos

deste projecto consistiam em: proporcionar a alfabetização dos reclusos (do 1º ao 6º ano); aquisição de material escolar adequado; oferecer outros apoios gratuitos ou com menor custo (consultas da área de saúde, alguns produtos alimentares).

*“Se eles têm lá computadores, se têm dicionários e livros e muito material foi com esse dinheiro (do projecto educativo) que nós compramos. [...] Auxiliamos em consultas, contactávamos com pessoas conhecidas... [...] tinham oftalmologista [...] e pedi-lhe para conceder, grátis, para alguns... [...]. Já outra colega, que é casada com um médico, teve possibilidades de pedir consultas de psiquiatria, de medicina dentária, houve assim várias coisas entre nós.”*

A sua participação neste projecto efectuou-se durante um período de cinco anos (2005 a 2010). Não continua integrada, no momento, devido à incompatibilidade com membros de chefia deste EP.

### **1.2.2 Percepção do Funcionamento do EPRAH**

Para esta entrevistada, o funcionamento deste EP carece de inúmeras necessidades. Refere a ausência de formação adequada dos elementos da equipa dirigente e compatibilidade de perfil com a profissão ali exercida. Ou seja, defende uma formação mais específica para os funcionários, sobretudo os que lidem mais directamente com os reclusos.

*“Aquelas pessoas (guardas) teriam que ter outra formação, não pode ser só terem brutalidade, que é o que muitos deles têm. Claro que há excepções. [...] Não têm capacidade de desempenhar um papel daqueles. Acho que quem desempenha um papel daqueles tinha que ter um bocadinho de formação a nível de relações humanas, de psicologia, a vários termos. Teria que ser uma pessoa com um curso específico.”*

Menciona a aparente falta de vocação de alguns elementos da equipa dirigente, achando que devia existir uma selecção de pessoal neste sentido. Porém não deixa de referir a existência de excelentes profissionais no EP. Segundo a entrevistada, a maioria dos elementos da equipa dirigente não acredita na recuperação dos detidos o que condiciona a reabilitação dos mesmos. Denuncia a falta das condições físicas (espaço e equipamentos) que dificultam uma intervenção mais adequada.

*“[...] O grande mal é que não acreditam na reabilitação daqueles rapazes. [...] Enquanto houver uma pessoa a dirigir um estabelecimento daqueles que não percebe que aquilo é gente que dado os condicionalismos do meio em que foram criados, que nasceram, que podem perfeitamente que qualquer um que tivesse sido criado nessas condições teria tido o mesmo percurso de vida. [...] Ali eles não crescem: uma pelas limitações físicas e outra porque lhes «cortam as pernas» ...”*

Nesta entrevista, é mencionada uma inadequada distribuição de tarefas entre funcionários. Ou seja, são delegadas competências em excesso a elementos que acabam por estar subcarregados, condicionando uma devida intervenção. Salienta alguns comportamentos inadequados no trato dos reclusos como o transmitir juízos de valor negativos de modo desnecessário.

*“Descarregam muito em A (funcionário do EPRAH) [...]. Ou melhor, delegam competências dele (outro funcionário do EP) no A. [...] X e Y (elementos da equipa dirigente) faziam troça que Z (recluso) não tinha curso nenhum. Não deviam passar os juízos de valor das pessoas, mas passa a todos, até ao mais rasca que está lá dentro.”*

A voluntária aponta para a existência de horários desadequados para actividades de exterior, levando a que os reclusos passassem pouco

tempo ao ar livre. Muitos deles apresentavam um aspecto adoentado por carência de vitamina D.

*“Tinha uma altura que, mesmo no fim do ano (lectivo) já havia bastante sol e eles estavam pálidos, pálidos, pálidos, porque não tinham onde apanhar sol. As horas que têm para irem à rua não eram a hora em que o sol estava a dar naquele pátio. É preciso atender a estas questões médicas, precisavam de vitamina D. [...] Eles estava às vezes pálidos que pareciam doentes.”*

A ausência e/ou inadequação de espaço actual é outro aspecto referenciado, determinando a forma como é gerido. Segundo a voluntária, as actividades existentes são muito limitadas e desadequadas. Condena os «cursos relâmpago», de canalização e electricidade, defendendo que as formações deviam se mais prolongadas e profissionalizantes, mesmo que fossem destas mesmas áreas. Refere ainda a necessidade de introduzir mais actividades de lazer e cultura geral (teatro por exemplo); actividade agrícola e pecuária que os cativassem e fomentasse o gosto pessoal na sua realização.

*“Fizeram cursos de pouca duração, os de canalização, de electricidade e o ano passado já não tinha madeiras. [...] Há tanta gente desses grupos de teatro que podiam ir lá duas vezes por semana ou três... o teatro tem várias facetas, liberta a mente, pode extravasar aquilo que sente. [...] Que contemplassem esses aspectos, que nessa cadeia nova criam hortas, criam espaço para a criação de animais, que levam a interessar-se pela natureza, pelo ter criado as coisas, ver crescer as coisas, as plantas. Esta gente foi criada muito desumanamente e portanto não têm nada dessas valências e é preciso dar-lhes a volta.”*

Em termos alimentares, é da sua opinião que é de qualidade e quantidade insuficiente. As refeições fornecidas ao EPRAH carecem de

melhoria na sua confeção, não havendo cuidados com as necessidades alimentares destes indivíduos.

*“Y (recluso muçulmano) não podia comer carne de porco e tinha dito isso e devia ter uma ementa diferente. Vinha coisas com carne de porco e não comia. E passava o dia daquela maneira, tinha o almoço e jantar (com carne de porco) comia a peça de fruta ou o pão da refeição.”*

Não é oferecido nenhum lanche entre as principais refeições. Neste caso, os reclusos tendem a pedir às famílias. Porém, existem detidos que não são visitados por desinteresse ou incapacidade das mesmas, ou ainda os que são de fora da ilha.

### **1.2.3 Caracterização dos Reclusos**

Os reclusos tendem a ser de extratos sociais baixos, com grandes carências. Revelam grandes limitações escolares. Mesmo assim, tendem a ser assíduos na escola. Segundo a voluntária, a escola era um “libertação” estabelecendo um contacto com o exterior.

*“A escola para eles era uma libertação, um antever da liberdade. Falávamos de coisas «cá fora» e eles .... Era uma maneira de eles estarem em contacto com o exterior.”*

Enquanto alunos, tinham um bom comportamento e revelavam-se interessados nas aulas mantendo um bom relacionamento com os professores.

*“Como pessoas não tinha nenhuma queixa deles. Portam-se sempre bem, estavam sempre atentos, interessados. [...] Mas aquela gente pela maneira que eles mostravam vontade de aprender, acho que se tivessem tido quem desse uma mão talvez não tivesse descambado. [...] Eram cumpridores, alguns com muitas dificuldades. [...] Nunca perguntei por que estavam ali,*

*nada....voluntariamente contavam, até coisas da sua vida, como tinha sido, se tinham família, filhos, se tinham fotos traziam para a gente ver. [...] Quando começavam a ter confiança em nós diziam o que lhes ia na alma...coitados!”*

Segundo a voluntária, demonstravam, inclusive, respeito pela conservação do material didático pois nunca destruíram nem levaram o que foi adquirido pelos professores.

*“Tivemos calculadoras, até levamos disfarçadamente compassos, pois no programa tinham o uso dos mesmos. Levamos e nunca tivemos problemas.”*

#### **1.2.4 - Necessidades Sentidas**

A colaboração deste EP com a escola é descrita por esta entrevistada com alguns constrangimentos. Ocorriam interferências desnecessárias nas aulas com alguma frequência, o que quebrava a concentração.

*“Tínhamos pedido [...] logo de início que quando estávamos na escola por favor não viessem com aquelas participações e aqueles despachos dos juízes, a precária se foi ou não aceite [...]... Quase todos o dias aparecia papeis! [...] Aquilo irritava-me pois desconcentrava a sala: os que não sabiam ler pede a outro que sabe ler e os outros ficavam alvoraçados. Há logo ali uma quebra, a gente não consegue criar mais um fio condutor daquela aula. Pediu-se isso mas ao fim de um ano voltou a acontecer e Y (membro da equipa dirigente) disse que não fora acordado. Mas continuou da mesma maneira. [...] Depois passaram a metadona para as 11:00 o que é um erro porque começam a ficar ansiosos, sentem a falta, ficam desatentos. Eles já não têm poder de concentração.”*

A entrevistada menciona uma ausência de coordenação por parte da equipa dirigente, no sentido de estabelecer uma maior ligação com a

escola no intuito de seguir melhor o recluso. A ausência de apoio na resolução de problemas que ocorriam também é aqui referenciada.

*“Pouco ou nada colaboravam. [...] Para funcionar bem ali a escola, tinha que haver uma coordenação e ter gente, ou semanalmente ou quinzenalmente houvesse uma reunião em que a equipa dispusesse o que tinha achado para ir melhorando as coisas. [...] Escusava de dizer esta ou aquela dificuldade que nada se resolvia.”*

A execução do projecto educativo, segundo a voluntária, necessita de um aumento de carga horária visto que actualmente ocorre apenas uma hora por semana. A aquisição de material foi, durante algum tempo, complicado e praticamente impossível. Esta solução acabou por ser resolvida mais recentemente quando este grupo de voluntárias passaram a ter algum apoio financeiro através da DRE.

*“Necessidades não sentíamos grandes coisas porque comprávamos as coisas com o dinheiro do projecto. O que era preciso a nível de material didático, a nível de apoio fomos comprando e fomos superando as dificuldades. [...] Os quatro anos antes foram muito duros e muito difíceis. Porque até se quiséssemos um dicionário tinha e o ir buscar ao gabinete da técnica e trazíamos, e depois tínhamos que levar outra vez para traz. [...] Assim, compramos dicionários e estão ali à disposição. Quando queríamos era só levantar e ir ao armário buscar.”*

As necessidades dos reclusos apontadas nesta entrevista passam pela ausência de apoio após o cumprimento de pena, o que pode levar à reincidência destes indivíduos.

*“Os serviços (prisionais) tem que ter em mente que aquela pessoa (recluso) vai para á vida lá fora e tem que ter um qualquer suporte porque se não eles vão descambar. [...] Se eles não têm maneira de sobreviver arranjam maneira de ir dentro pois sempre têm abrigo e comida por pouco que seja. [...] Mas a*

*sociedade também teve culpa de estarem ali. Foi muito pronta para apontar [...]. Nunca se chamou e dizer «Ó pequeno vem cá, hoje vais almoçar em minha casa. Em vez de ires roubar ali vou-te dar um almoço ou lanche». [...] É verdade que as pessoas dizem «Temos receio» mas vamos começar pelos pequeninos.”*

A falta de apoio emocional, a necessidade de serem ouvidos e/ou visitados pelas famílias também é outro aspecto a ter em conta, assim como alguma carência financeira e obtenção de bens essenciais (roupa, alimentos, produtos de higiene).

*“Precisam de quem os ouçam. [...] Muitos não recebiam a visita da família.”*

Outro aspecto salientado pela entrevistada é a necessidade de reconhecimento e estímulos positivos de modo a motivarem para uma melhoria de vida.

*“No fim do ano, quando recebiam os diplomas iam orgulhosos. Uma das vezes até foi o próprio secretário da educação que entregou os diplomas. Via-se que estavam «inchados» de ter alguém que reconhecia neles alguma coisa. É o que se vê neles, nunca na vida ninguém lhes reconheceu nada, nem lhes achou valores.”*

### **1.2.5. Escolaridade dos Reclusos e Educação de Adultos**

A escolaridade dos reclusos deste EP tende a ser baixa. A voluntária relata um grande número de analfabetos e os que tinham alguma escolaridade, não passava do primeiro ciclo, havendo muitos sem a 4ª classe. Raros eram os reclusos que tinham mais escolaridade.

*“Alguns era a nível zero, outros tinham o 2º, 3º, ou 4º ano. Poucos com o 4º ano. Havia alguns lá dentro que diziam que tinham o 12º, não sei. [...] Eram (a maioria analfabetos). F (recluso) tem um curso superior, mas de resto não.*

*[...] Dos que frequentaram ( a escola na prisão) muitos nem sequer tinham a 4ª classe que era no seu tempo a escolaridade obrigatória de alguns. Foi ali que foram fazer o 4º e o 6º. [...] Foram muitos. A nível de instrução eram muito deficitários.”*

A voluntária revela que, mesmo com as dificuldades sentidas, houve uma progressão muito positiva destes alunos existindo o interesse dos reclusos estrangeiros em integrarem-se através da escola.

*“Apesar das limitações, houve muito sucesso e até os reclusos estrangeiros se interessavam pela nossa língua!”*

Na opinião da entrevistada, a educação de adultos poderá contribuir para a recuperação e reinserção socioprofissional do ex-recluso se for adequada às exigências da actualidade.

*“Para terem uma reintegração socioprofissional em condições teria que ter o 12º ano, que é o mínimo de escolaridade exigido hoje em dia. Por isso, a par da escolaridade dita normal, terem uma formação técnico-profissional e aí saírem cidadãos de plenos direitos porque iam com a «bagagem» certa [...]. Depois terem a possibilidade de irem estagiar numa zona onde trabalhassem de verdade, onde pusessem em prática o que foi aprendido.”*

Para esta voluntária, a escolaridade oferecida no EPRAH é insuficiente, sobretudo devido à sua curta duração no que se refere às formações específicas em áreas como de carpintaria, canalização entre outras.

*“Fazem aqueles mini cursos relâmpagos de canalização, electricidade, carpintaria... mas aquilo não é suficiente. Tinha que ser uma coisa mais aprofundada para que eles realmente tivessem alguma habilitação quando saíssem dali. Estarem habilitados a qualquer coisa e já isso ser um curriculum vitae para um procedimento de vida.”*

## 1.3– Os Ex- Reclusos

### 1.3.1 Situação de Vida antes da Condenação

Os oito ex-reclusos entrevistados revelaram que antes da condenação se encontravam todos a trabalhar: três na área da construção civil, um em serralharia, um em produção alimentar, um em produção de eventos, um em serviço de limpeza e um em apoio domiciliário a uma família da sua localidade. A escolaridade obtida até então tende a ser baixa: um com o 2º ano, três com o 4º ano e 2 com o 6º ano. No entanto, o entrevistado E4 possuía o 11º e o E6 uma licenciatura.

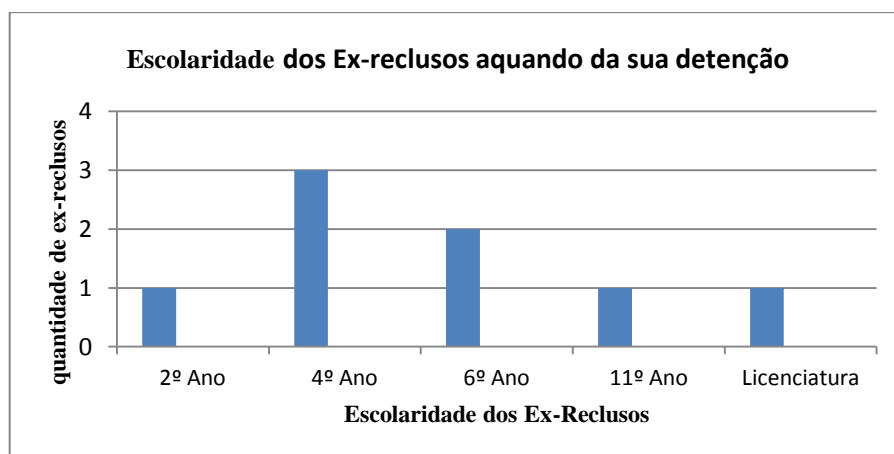


Gráfico nº 1

Todos declaram que o relacionamento familiar é ótimo assim como as amizades. No entanto, três dos entrevistados revelam que algumas amizades da altura foram menos positivas levando a que se sentissem por elas prejudicadas.

A noção e/ou a relação com a escola antes da entrada para o EPRAH varia: quatro destes entrevistados revelam interesse pela escola

sendo nessa altura bons alunos. Com excepção ao entrevistado com grau de licenciatura os restantes três indivíduos, apesar do seu sucesso académico, não prosseguiram estudos devido a dificuldades de vida que sentiram nessa altura. Os restantes quatro entrevistados revelaram desinteresse e desmotivação pela escola sendo, por esse motivo, alunos com algum insucesso escolar.

*“Fugia da escola quase todos os dias com colegas.” (E2)*

*“Nessa altura não estava muito virado, nem sequer reparava no valor que um dia podia vir a ter” (E3)*

*“A Escola...é bom mas tive de deixar de estudar porque na altura tive várias dificuldades não consegui estar na escola e a fazer uma vida normal. Não foi por não querer.” (E4)*

*“Tirei o 6º ano à noite. Trabalhava de dia e estudei à noite, e o trabalho que nunca tive me obrigou a ter mais estudo.” (E5)*

*“Eu sempre gostei da escola!” (E6)*

*“[...] orgulho da minha 4ª classe, que sabia mais do que alguns hoje em dia.” (E7)*

*“Sempre adorei a escola. Saí da escola com a 4ª classe. O meu padrinho queria levar-me para o continente (para prosseguir estudos) mas o um pai não deixou e fui trabalhar. Toda a vida li e gostei de livros. Quando se gosta, gosta-se sempre.”(E8)*

### 1.3.2 Experiencia de Reclusão

A experiência enquanto recluso é caracterizada como bastante negativa, por vezes difícil de verbalizar. É descrita como uma má experiência que provoca sentimentos de elevada angústia, tristeza, indefesa, medo e arrependimento.

*“Tudo me metia medo. [...] Nunca pensei passar por ali... separada do meu filho, da minha casa. Era uma angústia, uma tristeza, chorava noite e dia [...].” (E7)*

*“Péssimo! [...] Sem poder fazer nada. De pés e mãos atadas... Nos primeiros seis meses, como era uma pena pequena, não podia sair de precária.” (E5)*

*“Foi uma coisa para aprender, temos que aprender com os erros mas é uma experiência que não quero viver mais. Paga-se um preço muito alto. São três anos da vida de uma pessoa, dos filhos, é muita coisa... não há dinheiro que pague. [...] (foi) Mal. Há dias que não me apetecia falar com ninguém, que me apetecia atirar tudo p'ro ar e outros que tenho que encarar a realidade. O principal culpado foi eu.” (E4)*

Estas emoções derivam da mudança da sua realidade para uma realidade mais fechada, despida de tudo que lhes é habitual. O afastamento da família e amigos também contribui para este sofrimento. É nesta fase que se verifica a *mortificação do EU* (Goffman; 2007). No entanto, estes indivíduos passam a determinada altura a adaptar-se à reclusão. Ou seja, tal como nos refere Goffman (2007), implementam estratégias de adaptação e ajustamentos secundários: procuram aceitar mentalmente a situação em que se encontram; procuram ocupar-se o mais possível; assumem tarefas no interior do EP; vão a formações/ aulas; adoptam passatempos; procuram ter um comportamento aceitável para

não terem problemas nem com a equipa dirigente nem com os demais reclusos.

*“[...] Eu não sofri muito encarei aquilo com naturalidade, [...] tinha de aceitar, não havia outra escolha, aquilo era como era. Não podia fugir e se não aceitasse iria ter mais problemas. Aprende-se com os nossos erros e os dos outros.” (E1)*

*“[...] Traziam coisas para trabalharmos na oficina. Pagavam à gente. Uma vez trouxeram (funcionários) uma mesa de matraquilhos para restaurar.” (E2)*

*“[...] No princípio tive muita dificuldade em adaptar-me às coisas ali dentro. Depois meti-me na minha cabeça que aquilo tinha que ser e não era como eu queria e comecei-me a adaptar-me bem.” (E3)*

*“[...] Aceitei a situação, eu tinha de viver lá, para tornar aquilo mais agradável. [...] Não vale a pena, sabes que vais viver lá. Tens que tornar aquilo mais agradável.” (E6)*

*“Mas depois a gente se vai habituando e eu só pensava «quero que este tempo passe para eu ir para a minha casa ter com o meu filho». A minha ideia era andar direitinha para sair depressa. [...] Pois eu não tinha mais tempo porque depois das limpezas eu ocupava o tempo a fazer tapetes. Foi o mesmo que ser uma terapia, fez-me muito bem.” (E7)*

*“A grande vantagem que podemos ter é mentalmente aceitar para poder sobreviver, não dar em doido porque se um gajo se convencer que está mesmo preso e não sai dali para fora... [...] É como tudo na vida, a única solução é aceitar. Quanto mais tempo o preso estiver ocupado melhor para o preso, melhor para a sociedade. [...] Fui encadernador, alfaiate, sapateiro e cesteiro. Ou seja, quando não tinha uma coisa fazia outra. Eu sempre trabalhei porque queria era ocupar o tempo.” (E8)*

A percepção sobre o funcionamento do EPRAH varia um pouco entre os reclusos. Esta situação poderá dever-se à forma com que se

adaptaram a esta realidade, aos seus interesses pessoais, de conhecimentos de outros EP e seu funcionamento.

*“O EP deixa muito a desejar aqui, em Lisboa é um pouco melhor. Aqui, além de ser pequeno, não tem cursos, não tem ocupações, não tem condições. [...] A gente tem que ter um pátio sempre aberto como em Lisboa. [...] Em Lisboa tem campo, sala multiuso, ginásio.” (E4)*

É referido que a gestão actual é melhor quando comparada com anos anteriores, pois existe mais rigor o que previne situações de tráfico interno de estupefacientes, tentativas de intoxicação e suicídio.

*“Hoje está diferente, com esta direcção sempre está melhor. Na direcção anterior havia má gestão, muita droga (dentro da prisão)...” (E1)*

*“Depois veio este director e pôs ordem lá dentro. Chegou lá e pôs lei novas...algumas partes...a maioria correu bem. Foi o melhor para a gente mesmo. Antes faziam (os reclusos) coisas horrorosas, os reclusos bebiam lixívia...Ele chegou lá essas coisas acabarem: ele cortou os produtos da limpeza...Ele dava na mesma mas às pessoas certas, com responsabilidade e as pessoas faziam. Antes não havia esse controle. [...] Não vou dizer mal do homem porque não gosto da forma de ele trabalhar. Mas tenho que dizer a verdade, ele melhorou muita coisa ali dentro, mesmo muita. Algumas não era de acordo com ele e muitas não fazia parte do sistema da cadeia mas ele é que manda.” (E3)*

No entanto, a obtenção de resposta aos seus pedidos (regularização de documentos, idas a funerais de familiares, saídas de precária) parecem levar muito tempo a ser respondidos e resolvidos.

*“Às vezes pedíamos uma coisa e levava muito tempo. Às vezes fazíamos pedidos e eles não aceitavam.” (E2)*

É referido um exagerado rigor com os condenados por pequenos delitos, nomeadamente na obtenção de algum tipo de actividade ocupacional.

*“O funcionamento vem do Director, ele é que manda e desmanda, e a solução era encontrar um novo Director. Porque a anterior, no caso de pessoas com penas pequenas, eram ajudadas, podiam ir trabalhar. E agora este Director não deixa. Até me ofereci como voluntário... [...] Inscrevi-me num curso e o meu nome desapareceu do quadro!” (E5)*

No caso de E4, este solicitou e obteve transferência para outro EP em território nacional com o objectivo de obter mais saídas de precária e redução de pena pois no EPRAH este processo parece ter-lhe ser dificultado.

*“[...] Eu sempre cumpri com os meus deveres e nunca tive direito a nada. Procurava não me meter em sarilhos e quando era para ter certos direitos nunca tinha. Recusaram-me precária duas vezes. Se cumpri porque não vou e os outros vão? Tive de ir para Lisboa para ter essas concessões.” (E4)*

Apesar do maior controlo e dos melhoramentos, parece que devido a comportamentos de *ajustamentos secundários* (Goffman; 2007) de alguns reclusos, existem situações que desagradam os entrevistados: má distribuição de alimentos, pois os reclusos que têm esta tarefa tendem a ficar com uma maior quantidade para si; venda de medicação pessoal a outros reclusos causando assim overdoses.

*“A comida, principalmente, era horrorosa. Ela vinha do quartel. Às vezes vinha comida boa, às vezes. Teve lá depois outros [...] e foi melhorando até chegar agora. Agora ‘tá muito melhor, se calhar ‘tá mal servida mas ‘tá muito melhor. [...] Mal servida e mal distribuída: tem aqueles que trabalham lá dentro na copa às vezes ‘tá mal distribuída. Aqueles que trabalham na rua têm que ter uma*

*refeição em condições e às vezes não acontecia. Os que 'tão a servir dão a quem querem e claro que eram os mais bem servidos. [...] Também havia aqueles que vendiam a sua própria medicação e a dos outros. Chegava a haver overdoses e houve um pequeno (um jovem) que morreu de overdose.” (E3)*

É mencionado a limitação em actividades de ocupação e interesse dos reclusos que poderá estar associada à limitação de espaço mas que parece considerar também por falta de uma melhor organização interna. No entanto, três dos entrevistados referem-se sempre bem tratados quando questionado a este respeito. Parece que valorizam essencialmente o bom trato pois não é feito nenhuma queixa neste contexto.

*“Sempre fui bem tratada, achei normal.” (E6)*

*“Não tenho razão de queixa. Chefes, Directores, guardas, tudo me respeitou. Nunca me trataram mal, foram sempre exemplares.” (E2)*

*“O recluso é que faz a cadeia não é o guarda. Se os reclusos se portarem mal, os guardas reagem, «cada um tem aquilo que merece». Se o recluso se porta bem, se trata bem o guarda...eu nunca tratei os guardas por «tu» até mesmo os mais novos do que eu, porque não dou azo a que me tratem mal e dou-lhe o respeito que ele é o guarda.” (E8)*

### **1.1.3 -Actividades de Ocupação dos Reclusos**

As actividades de ocupação dos reclusos mencionados pelos entrevistados passam por algumas modalidades desportivas (futebol, andebol, pingue-pongue...); jogos de mesa (jogo de cartas, dominó), matraquilhos, videojogos, televisão e filmes.

*“Havia algumas: jogos de futebol, andebol... Era um campo pequeno em que jogávamos por grupos de 6 e 7 de cada vez.” (E1)*

*“Ir ao pátio, fazer ginástica, matraquilhos, pingue-pongue. O meu passatempo era matraquilhos e playstation.” (E2)*

*“Pingue-pongue, matraquilhos, remo... [...] Jogar futebol...chegava a haver torneios de futebol, sueca, pingue-pongue, matraquilhos, dominó, cartas.”(E3)*

Embora todos tenham participado nas actividades promovidas pelo voluntariado, apenas é referido por dois dos entrevistados (E6 e E7). Também identificam outras actividades como a escola e outras formações (por exemplo teatro, violão, canalização, encadernação) sendo estas últimas de curta duração.

*“Havia outras actividades: uma vez houve um curso de protecção civil, em que aprendemos como apagar fogos, primeiros socorros; e havia a escola, 1º,2º,3º, 4º ano e 2º ciclo. Houve aulas de judo, jogamos às cartas, dominó, «matrecos», pingue-pongue.” (E1)*

*“Havia muitas: escola, teatro, do grupo de voluntariado, fiz o curso normal tenho o diploma do 4º e 5º ano, fiz o curso de violão, fiz o curso de canalização, comecei o da encadernação.” (E6)*

*“Na faxina, ia à escola, à missa (voluntariado), teatro...” (E7)*

Embora mencione a existência destas actividades, o E4 revela insatisfação visto que a sua experiência noutra EP ofereceu uma maior escolha e actividades de acordo com seus interesses. Esta insatisfação também é revelada no tom irónico que é expressa na entrevista de E5.

*“Aqui nada! Em Lisboa tem campo, sala multiuso, ginásio... [...] jogar dominó, playstation e ver TV (referindo-se novamente ao EPRAH), não há ocupações úteis.” (E4)*

*“Uma máquina de fazer exercício (remo), cartas, dominó...comer e dormir...” (E5)*

Para alguns dos ex-reclusos, as actividades existentes neste EP parecem ser insuficientes, sendo devido às limitações físicas. Para outros, as actividades são encaradas como parte do cumprimento da pena.

*“De certa maneira eram (adequadas), dado às condições que a gente tinha. Ali temos que cumprir os nossos deveres, dado às circunstâncias.” (E2)*

*“ Sim, era o que se podia fazer lá dentro.” (E3)*

Também é visto como uma forma de ocupar a mente evitando pensamentos e/ou ações indesejáveis, podendo ser caracterizado como uma “terapia”.

*“Pelo menos era uma maneira de ocupar a mente com outras coisas. Para além do tempo que é muito mau estar ali sem fazer nada, por isso é que surgem as brigas e as outras coisas, e a cabeça a pensar em asneiras.” (E1)*

*“Pois não tinha mais tempo porque depois das limpezas eu ocupava o tempo a fazer tapetes. Foi o mesmo que ser uma terapia, fez-me muito bem.” (E7)*

É referido o surgimento de actividades improvisadas pelos reclusos, algumas “indesejáveis” como o jogo a dinheiro.

*“Chegava a haver problemas por andarem a jogar a dinheiro. No início circulava dinheiro lá dentro, agora já não. Havia um bar também mas deixou de haver. Era gerido por reclusos e depois fechavam-se lá dentro a jogar à batota por dinheiro. Havia brigas por causa disso.” (E3)*

*“ Chega-se ao sábado e domingo e jogava-se à batota. Uma vez passou lá um guarda e foi dizer ao chefe e este respondeu «Deixa os a jogar, ao menos estão entretidos e não estão a pensar em fugir ou outra coisa qualquer.” (E8)*

Outras ocupações eram autorizadas como a confecção de tapetes, encadernação, alfaiate, sapateiro e cesteiro. A ausência de força de vontade e desmotivação por parte de outros reclusos levaram a que esses fossem menos participativos nas actividades existentes.

*“Eu acho que as pessoas se não têm força de vontade saiam dali piores de que quando entraram. Tem toda a espécie de criminosos ali dentro. Não foi o meu caso, tive sempre bons relacionamentos. Se não tivermos força de vontade e apoio familiar até nem apetece sair lá e saindo vão cair nos mesmos erros.” (E5)*

*“Normalmente enche-se a sala no início mas passado duas ou três semanas só vão três ou quatro (reclusos). Eu fui só para passar tempo mas tinha lá pessoas que não sabiam nada mas mereciam uma segunda oportunidade e nem isso conseguiam aproveitar... abandonam aquilo. O único (formação) que conseguiu manter mais gente foi o da canalização.” (E6)*

#### **1.1.4 -Necessidades Sentidas**

Segundo todos os entrevistados, a principal necessidade deste EP é a ausência de espaço. As dimensões do edifício são limitadas, condicionando as actividades existentes e dificultando o surgimento de outras.

*“Tem falta de melhoramentos, mas também o espaço não ajuda, é tudo muito restrito, não tem espaços livres para nada. Joga-se à bola, mas se tivesse mais espaço teríamos outras actividades. [...] O espaço em si era essencial, até a oficina era pequena.” (E1)*

*“Espaço, mais formações... Só tinha uma sala de aula. Até o curso de canalização foi na carpintaria, todos de pé!” (E6)*

A degradação do edifício, as dificuldades de manutenção por ausência de apoio financeiro, a falta de higiene, a necessidade de equipamentos, a falta de qualidade alimentar são referidas com as principais carências sentidas no funcionamento institucional.

*“Não havia luvas, era queimar as mãos, os pés... (referindo-se ao equipamento de soldagem) ” (E1)*

*“Sim, a falta e higiene. O Piso em baixo onde há missa ‘tá sempre mais limpo. Mas o piso de cima tem paredes com «casetas», sujavam as paredes com graxa dos matraquilhos...Mas eram coisas que o próprio recluso fazia. Já se pediu dinheiro para pintar mas o EP não tinha recursos para isso. Também têm que informar à Direcção Geral (das Prisões) que vão fazer isso e quem faz são os reclusos, por isso não era fácil deixarem-nos fazer.” (E2)*

*“Sim, a higiene, o edifício em si. Chove dentro no inverno, pelas paredes abaixo. A água fazia poça...Falta de roupas de cama.” (E3)*

*“Refeitório, comida péssima, baratas na comida...” (E5)*

*“Mais um bocadinho de limpeza, pouco espaço, não tínhamos produtos (de limpeza), os nossos (familiares) é quem levavam os produtos e casa para termos mais limpeza. Mas com a cadeia nova acho que vai melhorar.” (E7)*

Nas entrevistas realizadas, uma das principais necessidades dos reclusos eram a falta de se sentirem apoiados. O isolamento da própria reclusão, a ausência de visitas familiares, a falta de compreensão e apoio da equipa dirigente, aparentam ser os principais fomentadores de carência afectiva e frustração sentida pelos condenados.

*“O convívio. Eles sentem-se muito fechados, muito isolados e não conseguem libertar-se. [...] Há reclusos que não têm famílias ou acabam por não as ter porque não querem saber deles. Outros não têm como lhes levar nada uma vez que, às vezes nem têm em casa que comer quanto mais levar os reclusos.” (E1)*

*“Muitas. Fazíamos pedidos e levava muito tempo para obter resposta. Chegava a fazer pedidos que levava mês e meio para obter resposta. Pedi (ao Director) para me receber porque tinha problemas da minha vida cá fora para resolver e só me atendeu passado mais de mês! Quando ia de férias não tinha substituto, agora já há. Houve pessoas que não conseguiram ir aos funerais de familiares próximos.” (E3)*

*“Muita carência. O que tem vendem para tabaco. Acho que deviam trabalhar para não estar lá dentro a arranjar conflitos. E havia privilégios para alguns, ou seja, não eram seleccionados justamente. [...] Eu sempre cumpro com os meus deveres e nunca tive direito a nada!” (E4)*

*“Compreensão por parte do Director [...] E eu tentei engolir muitos «sapos» sem necessidade para não chegar ao fim e dar-me mal. Nunca desrespeitei ninguém e tive esperança de levar tudo a bem e ser beneficiado mas afinal tive lá até ao último dia.” (E5)*

*“Pois tem muitos que vão para ali e as famílias não fazem mais caso deles. Chegava a virar-lhes as calças, com pena porque uns tem família e outros são desprezadas pelas famílias. Tem outros (reclusos) de fora e outros nem são visitados pela família. [...] Carência, afeto, sobretudo se tivessem uma visita de família. E a pessoa que vê os outros a terem visitas e não terem é muito triste. Tem muitos que passam necessidade de muita coisa, por uns cigarrinhos...” (E7)*

*“Pois o recluso precisa às vezes algumas coisas, apoio, vêm de família desestruturadas ...pois a sociedade rejeita-o e a família também. Mas às vezes a família não vai porque não tem nada para lá ir levar.” (E8)*

A ausência das visitas familiares pode resultar essencialmente de duas situações: repúdio dos parentes em relação ao recluso ou grande carência económica. Ou seja, por um lado existem famílias que não aceitam a situação de reclusão de determinado familiar, recusando qualquer tipo de ajuda ou reconhecimento, enquanto outros não tem meios financeiros para se deslocarem para as visitas nem para levar qualquer tipo de bens necessários ao detido. É referido ainda a necessidade de obter produtos de higiene, outras ocupações e de estimular o recluso na participação de actividades de formação e/ou escolarização para que possa reintegrar-se aquando da sua libertação.

*“Havia falta de produtos higiénicos...ouvi dizer que quem não tem família ou meios de obter o EP é que fornecia por lei... [...] Tinham vezes que davam a uns e não davam a outros.” (E2)*

*“Há sim. Ali tem muito «burro», não sabem ler, alguns nem escrever o próprio nome. Tem de tentar, pode ser que sejam alguém na vida. Eles não querem.” (E6)*

### **1.1.5 - A Escola na Prisão**

Destes oito entrevistados dois (E1 e E5) não frequentaram a escola embora revelem interesse em o tê-lo feito. No entanto participaram em formações diversas, servindo ainda como base de comparação com os restantes que frequentaram as aulas. Estes dois entrevistados não frequentaram a escola prisional por questões

relacionadas com a incompatibilidade de horários com tarefas internas e a falta de documentação para determinar o ano escolar a inscrever-se.

*“ Não, porque não tinha tempo, estava a trabalhar. Eu fiz fechaduras para este EP [...] e cheguei a ajudar na cozinha. (De seguida perguntou-se se não fosse o trabalho se frequentaria a escola) Sem dúvida! Frequentava porque não tinha mais nada para fazer e tinha de me ocupar de alguma maneira, e isso era uma das coisas boas que eles tinham lá.” (E1)*

*“Inscrevi-me para o 7º, 8º e 9º. Fui saber do certificado e não encontraram o do 6º ano e então não frequentei porque foi quase no fim (do cumprimento da pena).” (E5)*

Existe ainda uma situação relativa a um destes entrevistados: devido à inexistência na altura do seu ano escolar no EPRAH, o indivíduo pede transferência para outra instituição desta natureza para continuar os seus estudos. É noutra EP que este entrevistado frequenta a escola.

*“Aqui não, em Lisboa sim. Insisti mas nunca me deram. (perguntou-se de seguida porque foi para Lisboa). Por causa das condições e da escola. Completei um ano e falta-me um ano: é o 12º. Foi ótimo, voltei a ter gosto para estudar.” (E4)*

Os restantes cinco entrevistados frequentaram a escola por diversas razões: por gosto, para ocupar o tempo, por reconhecer a importância e facilidade de reinserção profissional como ainda pelo convívio.

*“Sim, lá dentro ia sempre. Ia tirar o 6º ano e estava a gostar daquilo que estava a fazer. Comecei a pensar mais na escola para aprender mais. Tirando o 6º ano, no dia-a-dia, quando saísse ou fosse preciso mais para um trabalho ou coisa assim.” (E2)*

*“Sim, todos os dias. Não comecei por iniciativa minha mas fui, comecei a gostar e a perceber da importância que tinha... Tinha dificuldades em ler.” (E3)*

*“Sim, para ocupar o tempo.” (E6)*

*“Sim, Achei que era bom para mim. Fez-me bem! Agora já me desembaraço melhor a ler. Já não fazia contas e aprendo coisas que não se fazia no meu tempo. [...] Gostei muito e naquele bocadinho estávamos a conviver uns com os outros. Os professores eram muito nossos amigos e até vínhamos melhor para a cela...aquele bocadinho fora fazia-nos bem. Tudo fazia bem à gente!” (E7)*

*“A escola não existia como hoje, aprendia-se tarefas profissionalizantes...” (E8)*

A frequência da escola durante o período da reclusão foi sempre dentro do próprio EPRAH, numa sala disponível para esse efeito. No entanto, na entrevista realizada a E2, é revelado que a escola inicialmente decorria nas antigas instalações da “Casa do Gaiato”, onde actualmente decorre a construção do novo edifício do EPRAH. Mais tarde, por questões de gestão de equipamentos e de recursos humanos, passou a ser nas actuais instalações.

A experiência académica na prisão foi, para os ex-reclusos que frequentaram as aulas, muito positiva. Mesmo no caso dos dois entrevistados que não frequentaram as aulas (E1 e E5) a escola é percebida como bem organizada; o respeito entre recluso e os professores transparecia; o ambiente era pacífico a ponto de não haver necessidade da intervenção dos guardas prisionais.

*“Acho que estava bem organizada. Passei por lá várias vezes, havia respeito, silêncio...nem precisava de ter lá guardas... eles sabiam o caminho e iam sozinhos e esperavam que os professores chegassem.” (E1)*

*“Acho que era bom porque os professores incentivavam os alunos, faziam brindes e eles vinham contentes...” (E5)*

*“É bom. Eu com cinquenta e tal anos tirei o 6º ano e gostava muito de ir ali.” (E7)*

Os entrevistados tinham a noção que estes professores são voluntários e que tinham empenho em salvaguardar o sucesso escolar destes alunos. O relacionamento estabelecido entre aluno/recluso e estes professores parece ser positivo pois são classificados como “amigos”, confidentes e a quem recorrer quando necessitavam de ajudas diversas. Os dois entrevistados que não frequentaram as aulas no EPRAH transmitem uma opinião idêntica aos que se relacionaram directamente com estes docentes.

*“As professoras iam lá não eram pagas, iam lá por favor. E ajudaram muitos reclusos e muitos iam às aulas por causa das ajudas. Eram simpáticas e ajudavam os reclusos nas suas necessidades. [...] Traziam-lhes café, açúcar, cigarros, produtos higiénicos.” (E1)*

*“Eram bons, dava-mos todos bem. [...] Se podiam ajudar a gente ajudavam.” (E2)*

*“Eram bons, eram autênticos psicólogos! Falavam connosco, faziam-nos sentir bem.” (E4)*

*“Via-nos poucas vezes mas pareciam pessoas simpáticas. Davam-se bem com os reclusos e eles falavam bem deles.” (E5)*

*“Tentavam ajudar a quem quer receber as ajudas. Uns saíram de lá com o 4º ano, outros com o 6º ano. Aquelas professoras vêm de livre e espontânea vontade. Elas não recebiam nada para vir ali.” (E6)*

*“Eram muito nossas amigas, muito humanas.” (E7)*

Os entrevistados tendem a perceber a escola na prisão como muito importante pois muitos que nela ingressam revelam graves dificuldades de leitura e escrita. Tende a ser vista como meio de obter mais conhecimentos, ter acesso à carta e condução, como também meio de obter mais habilitação e possibilidades de melhoria de emprego e reinserção profissional. Por estas razões todas, na entrevista realizada a E4, este opina que a frequência da escola na prisão deve ser obrigatória.

*“Era e é, continua a ser muito importante a escola na prisão. [...] A possibilidade de muitos alunos aprenderem ... muitos não sabiam sequer escrever o seu nome e acabam por sair de lá a saber mais do que o seu nome. Alguns tiram a carta por causa disso.” (E1)*

*“É sempre mais algum tempo que estamos lá dentro a fazer alguma coisa. [...] A pessoa aprende mais. No meu caso não sabia ler nem escrever... era bem mal. Agora já escrevo e leio melhor do que escrevo. Posso ter um erro ou outro mas chegava lá. Só escrevia o meu nome...” (E2)*

*“É muito importante e devia ser obrigatório. Há muita gente que não sabe ler nem escrever e não fazem para ir à escola. Preferem ter uma faxina para ganhar €65 para o tabaco e depois precisa de ler papel e tem de chatear os outros, estão sempre a precisar de terceiros. Devia ser obrigatório.” (E4)*

*“Julgo que sim porque é um incentivo das pessoas sair com mais habilitação, com mais direito de encontrar um trabalho melhor, mudar de vida.” (E5)*

*“Eu acho. [...] É importante não só na prisão mas em qualquer lado.” (E6)*

*“Muito! Eles tinham era que aproveitar, saber aproveitar...tinham alguns que nem sequer sabiam ler o seu nome e acabam a ler bem.” (E7)*

A escola tende a apresentar-se, para estes entrevistados como agente reintegrador na comunidade visto haver uma melhoria de competências a nível de leitura e escrita e programas de cidadania. Porém, no caso pessoal destes ex-reclusos não sentiram que contribuísse de forma significativa pois já estavam bem integrados antes da sua detenção. Referem como foram reintegrados nos trabalhos anteriores ao cumprimento da pena. Noutros casos os entrevistados obtiveram emprego através de terceiros que conheciam o seu profissionalismo. Contudo, destaca-se o testemunho e E3 que refere a escola frequentada na prisão como contribuidora da sua evolução profissional, pois aqui obteve a escolaridade necessária para entregar um trabalho melhor que há muito pretendia.

*“Não, porque eu já tinha esta profissão. Mas no caso de muitos ajudou.” (E1)*

*“Talvez sim por causa do ler e escrever...tem coisas que temos que assinar e depois para ler...” (E2)*

*“[...] Depois de lá dentro (prisão) fui trabalhar para os serviços florestais como carpinteiro. Agora vou ser admitido para o quadro como trabalhador rural. Se não estivesse estado na escola na prisão isto não tinha acontecido. Foi através dessa escola que arranjei trabalho.” (E3)*

*“Ajudou-me a despertar o bicho de querer estudar e tirar um curso.” (E4)*

*“No meu caso não porque fui para lá com trabalho e saí de lá com trabalho e ainda não parei.” (E5)*

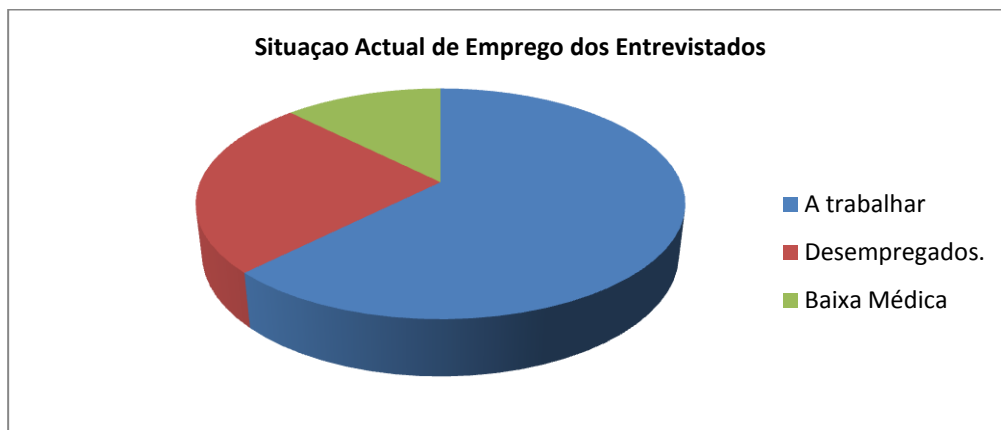
*“Eu já trabalhava antes. Trabalhava nos serviços florestais e na empresa de limpeza.” (E6)*

*“No meu caso não...mas para rapazes novos ajuda muito. “ (E7)*

Quando é perguntado o interesse em continuar os estudos, as respostas variam entre estes indivíduos. Dois destes não desejam continuar pois não tem qualquer interesse em fazê-lo (E1 e E8). Um destes entrevistados manifesta interesse em prosseguir a sua evolução académica (E2). Os restantes manifestam algum desejo em continuar, havendo dois que pretendem dar seguimento aos estudos (E3 e E4) enquanto outro pretende explorar outra área ou formação (E6). No entanto, apesar do interesse na escola, no presente momento não é possível fazê-lo por parte dos restantes entrevistados: por incapacidade de conjugar o tempo em função das suas responsabilidades (E5) e por questões de saúde (E7).

#### **1.1.6 – Situação Actual de Vida**

Actualmente estes indivíduos encontram-se quase todos a trabalhar (E2, E3, E5, E6, E8). Apenas um está de baixa médica (E2) e os restantes dois desempregados. Destes, salienta-se que um se encontra em liberdade há apenas três meses (E4) quando foi entrevistado e o outro indivíduo revela complicações de saúde (E7).



**Gráfico nº 2**

Em termos gerais, os entrevistados adaptaram-se à sua nova realidade quando libertados. Referem as saídas precárias, o trabalho e as pessoas como meio de preparação para essa situação.

*“Sim foi, porque já há três anos que saia de precária e foi fácil, embora muitas coisas tivessem mudado.” (E1)*

*“Foi (fácil a adaptação). Tive uns meses parados, 4 ou 5 meses e depois comecei a trabalhar.” (E2)*

*“Nenhum (problema de reintegração), sempre trabalhei.” (E8)*

Porém, surgem algumas dificuldades como tratar de documentos, a confusão provocada pela aglomeração de muitas pessoas, pelo barulho, pelo movimento dos carros e pela mudança de espaços.

*“Custou-me nos primeiros dias, mas depois adaptei-me. Foi o tratar das coisas (documentação pessoal, conta bancária por exemplo) porque antes era Y (funcionário do EPRAH) é que tratava das minhas coisas cá fora.” (E3)*

*“[...] O barulho faz confusão, muitas pessoas juntas faz confusão... não é fácil. [...] é mais o espaço, estamos habituados a espaços pequenos e depois os ambientes barulhentos fazem confusão.” (E4)*

*“Foi fácil com as pessoas. Mas o pior foi o movimento de carros... Eu integrei-me bem, mas com muita gente e o movimento de carros a minha cabeça não ajuda. Para estar bem é sozinha e sem movimento.” (E7)*

Quando lhes é perguntado sobre a contribuição da escola na sua reintegração socioprofissional aquando da sua libertação as opiniões divergem. Cinco dos entrevistados respondem afirmativamente a esta pergunta justificando que contribuiu em vários aspectos: interpretação de sinais de trânsito e publicidade, ligação mantida com os professores e os incentivos que continuam a dar-lhes, autoconfiança e melhoria da cultura geral, obtenção de conhecimentos profissionalizantes.

*“Sim, mesmo para ler placards na rotunda...agora já sei o que diz lá!” (E3)*

*“Sim, sim e os professores continuam a telefonar a saber se quer continuar estudos e isso é um aspecto importante.” (E4)*

*“Claro que nos ajudou! Sinto-me uma pessoa que sabe bem, até na televisão vejo concursos e coisas que eu sei responder. Sinto-me orgulhosa de ter aprendido! [...] Gosto muito de ler um livro!” (E7)*

No entanto, três dos entrevistados respondem negativamente a esta pergunta devido a situações específicas: dois não frequentaram a escola do EP (E1 e E5) e um apenas frequentou a escola para ocupar o tempo (E6).



**Gráfico nº 3**

## **2. Conclusões e Recomendações**

O Enquadramento teórico desta investigação realizou-se a partir de três tópicos principais: as instituições fechadas, a reinserção social de reclusos e a educação de adultos. Visto que desde muito cedo a reinserção social tem passado pela ocupação de delinquentes a partir de actividades profissionalizantes, depressa se verificou a necessidade de implementar a escola como instrumento de preparação destes indivíduos quando libertados, isto porque a educação desenvolve no indivíduo melhores competências de adaptação, maior integração no mercado de trabalho e na comunidade em geral.

Aqui, os objectivos centram-se em analisar a influência da escola na prisão, num grupo de ex-reclusos residentes na ilha Terceira aquando da sua libertação. Pretende-se evidenciar como a escola no EPRAH contribui para a sua reinserção social após o cumprimento de pena. A partir dos objectivos deste estudo, apresentam-se seguidamente as principais conclusões retiradas das entrevistas realizadas junto deste grupo de ex-reclusos e das voluntárias

A escola na prisão apresenta-se como uma das actividades ocupacionais disponíveis aos reclusos dentro do EP. A grande maioria dos indivíduos apresenta uma baixa ou nenhuma escolaridade, independentemente da sua faixa etária. Permite ao recluso durante o cumprimento de pena, aumentar a sua qualificação académica, fomentar o seu bem-estar a autoconfiança levando a que se sinta motivado a prosseguir estudos, sendo também agente reintegrador em termos socioprofissionais.

Numa primeira etapa, observou-se o percurso escolar destes ex-reclusos. Constatou-se que os motivos que levaram ao abandono escolar

deveu-se, por um lado, ao desinteresse e desvalorização da escola, aparentando haver uma ausência de incentivo (E1, E2,E3,E5), por outro lado, três desses entrevistados não continuaram os seus estudos por motivos económicos e familiares. Deste grupo, apenas um dos entrevistados tem curso superior tirado no estrangeiro.

A partir das entrevistas realizadas aos ex-reclusos e às voluntárias, constatou-se que é oferecido neste EP uma escolaridade que vai desde do 1º ao 9º ano, parecendo haver interesse na implementação do secundário. A escolaridade destes detidos é garantida através do voluntariado, como também outras intervenções educativas (palestras de diversa ordem por exemplo). As formações de curta duração, como de canalização e carpintaria, são da organização do EPRAH.

No que se refere aos motivos que levaram os ex-reclusos a frequentar a escola durante o período em que tiveram detidos, evidenciase: o gosto pelo aprender, para ocupar o tempo, aumento de escolarização para uma maior valorização profissional e o convívio. Independentemente dos motivos que levaram à sua frequência, as entrevistas (quer dos ex-reclusos quer das voluntárias) dão a entender que continuaram na escola pela valorização pessoal que esta oferecia. Ou seja, o estímulo positivo e incentivo que lhes era dado pelos professores e outros voluntários contribuiu para fomentar a sua autoconfiança e conforto durante o período de reclusão. Permitiu ainda uma maior consciencialização das competências adquiridas no meio escolar e como estas contribuem para a sua melhoria de vida, não apenas em termos profissionais como ainda na capacidade de integração e resolução de problemas. Tudo isto leva a que a percepção da escola seja positiva, sobretudo para aqueles com propensão para o insucesso escolar. Curioso é verificar que os dois ex-reclusos que não frequentaram a escola

percepcionavam-na de forma positiva, sobretudo por o que observavam e pelo que os outros ex-reclusos lhes contavam.

De acordo com as entrevistas efectuadas aos ex-reclusos e voluntárias, conclui-se que ao terminar a pena estes indivíduos não têm um acompanhamento devido. As entidades responsáveis por esta tarefa aparentam ter alguma dificuldade em garantir o acompanhamento destes indivíduos. A reinserção dos reclusos torna-se particularmente complicada para aqueles que não têm qualquer suporte social. No caso os oito ex-reclusos entrevistados, a sua reinserção social decorreu com apoio de familiares, amigos e vizinhos. Alguns obtiveram emprego devido ao apoio dos mesmos.

No entanto, referenciam a frequência da escola na prisão como uma mais-valia aquando da sua libertação. Para uns, melhoraram significativamente no campo laboral: ao obterem a escolaridade mínima necessária e/ou a aprendizagem de actividades profissionalizantes foi possível melhorar a sua situação profissional. Para outros, alimentou a ambição de prosseguir para cursos superiores. Outro aspecto referenciado é a melhoria da leitura e da escrita que facilita a realização das tarefas laborais que executam, assim como noutros aspectos do quotidiano.

Os ex-reclusos revelam que as competências adquiridas durante o período escolar no EP levaram a uma maior satisfação pessoal, mesmo agora em liberdade. Sentem-se mais valorizados e capazes de progredir na sua vida pessoal. A sua auto-imagem torna-se mais positiva, levando a que se sintam capazes e motivados para levarem uma vida equilibrada e afastada da delinquência.

A aplicação das entrevistas possibilitou uma melhor percepção do EPRAH e respectivo funcionamento. O seu edifício, onde funciona há várias décadas, apresenta-se desadequado, a necessitar de obras de

manutenção, salientando-se a ausência de espaço. Por este motivo, tem vindo a estar sobrelotada ao longo de todos estes anos.

No que concerne às actividades de ocupação dos reclusos, estas tendem a ser insuficientes e desadequadas como pouco estimulantes. Resumem-se essencialmente a jogo de cartas, dominó, matraquilhos, videojogos e televisão. As poucas modalidades desportivas aqui desenvolvidas estão condicionadas ao limitado espaço o que leva a uma prática em determinados períodos do dia e com um limitado número de reclusos.

Na opinião da voluntária pertencente à Casa de São Jorge, os “mini cursos” em áreas como canalização e carpintaria são insuficientes devido às limitadas horas em que estes se desenvolvem.

Outro aspecto negativo do funcionamento deste EP está na má qualidade alimentar e em quantidades insuficientes. O descuido pela devida alimentação, respeitando as necessidades individuais dos encarcerados, põe em causa a sua saúde e bem-estar. O facto de o EPRAH não fornecer lanches leva a que estes reclusos dependam dos familiares para o trazerem. Assim, os detidos que não recebem qualquer visita não tem meio de obter algum complemento alimentar. A fome pode induzir comportamentos indesejáveis uma vez que esta provoca a irritabilidade e impaciência.

Aponta-se para ausência de um financiamento adequado a esta instituição como a principal causa de incapacidade de resolução de muitas das suas necessidades.

Relativamente à equipa dirigente é apontado uma melhoria em relação a alguns os aspectos de funcionamento através da imposição de regras para esse fim. As tarefas internas a serem executadas pelos reclusos estão actualmente distribuídas de forma devida, evitando um

manuseamento desadequado de algum material (sobretudo de limpeza), conseguindo ainda que deixe de circular dinheiro e drogas internamente. No entanto, esse controlo também se reflecte negativamente na instituição através de um aparente excesso de rigidez: aplicação de sanções aos reclusos em geral mesmo que a infracção seja de apenas um ou dois indivíduos; demora exagerada em responder a pedidos dos reclusos e de resolução dos seus problemas. É apontado pelas voluntárias uma grande dificuldade em obter colaboração da equipa dirigente, sendo-lhes impostas grandes limitações havendo ainda a ausência de uma devida comunicação e disponibilidade para a realização de algumas actividades desenvolvidas pelas mesmas. Para estas voluntárias, a subcarga de tarefas atribuídas em determinados funcionários, a necessidade de terem (funcionários) mais formação leva a que haja menos organização no funcionamento desta casa.

No que se refere à intervenção das duas entidades de voluntariado, estas demonstram-nos que o trabalho que realizam junto dos encarcerados permite atenuar algumas necessidades sentidas. Os seus projectos interventivos salvaguardam a instrução base destes reclusos, sobretudo o grupo de professores voluntários da casa de São Jorge que leccionam o 1º, 2º e 3º ciclo. No entanto, o Grupo Vicentino da Obra da Cadeia contribui com ações interventivas como palestras ou debates com temáticas de interesse a esta população alvo, podendo contar com a colaboração de terceiros para esse fim. Ambos os grupos de voluntários procuram apoiar os reclusos nas suas necessidades, como a aquisição de bens essenciais (roupa, alimentos, produtos de higiene), a obtenção de consultas em diversas áreas da saúde, ou simplesmente apoiar e ouvir os seus desabafos. No caso do Grupo Vicentino da Obra da Cadeia, o apoio

estende-se às famílias destes indivíduos pois muitos dos detidos providenciam o principal sustento da sua casa.

Esta investigação e as conclusões com que deparamos possibilitam-nos indicar um conjunto de recomendações, tais como a necessidade de uma maior e melhor colaboração por parte da equipa dirigente de EPRAH com as entidades voluntárias e respeito pelo seu trabalho. As intervenções dos voluntários revelam-se positivas junto dos reclusos e oferecem apoio a vários níveis que permite o EP economizar os seus fracos recursos financeiros. Assim, possibilita aplicá-los noutros aspectos necessários para a melhoria do funcionamento institucional.

Outro aspecto a ter em conta é a necessidade da equipa dirigente acreditar na reabilitação dos seus reclusos, pois influenciará não apenas na melhoria do seu trabalho como também num comportamento de modo positivo. Se o recluso sente que acreditam nele e o valorizam de algum modo, sentir-se-á estimulado para melhorar o seu comportamento e terá autoconfiança para sentir que pode mudar para uma vida melhor. É necessário que a equipa dirigente seja um pouco mais flexível sem que, ao mesmo tempo, deixe de estabelecer as regras necessárias para intervir junto desta população e salvaguardar um devido funcionamento institucional. Sugere-se a implementação de medidas que incentivem o recluso a participar em determinadas actividades e o comportamento a ter: estabelecer que apenas tem televisão na cela se frequenta a escola e tem bons resultados; o comportamento adequado permite obter esta ou aquela vantagem, por exemplo. Ainda neste contexto, é relevante adequar as punições aplicadas. Isto é, não punir todos os reclusos pela desobediência de um ou outro detido, como muitas vezes tem acontecido. Sugere-se que a aplicação do castigo seja apenas ao infractor ou infractores em causa. O facto da punição se estender a indivíduos que não

contribuíram para a infracção apenas leva à desmotivação e desinteresse em melhorar o seu comportamento.

Revela-se importante um maior investimento na escolarização dos detidos, incentivando os mesmos para este aspecto. Deverão acordar com entidades, preferencialmente voluntárias, formações profissionalizantes adequadas de acordo com interesses e potencialidades da população alvo. Para os reclusos com necessidades educativas especiais, a formação poderá enveredar por aprendizagens mais práticas, apostando em profissões com tendência a desaparecer mas que continuam a ser necessárias na comunidade: sapateiro, barbeiro, latoeiro, oleiro... Com estas formações, o recluso deverá poder participar num estágio, desde que apresente condições para tal. Poderão ser contactadas entidades oficiais que ofereçam formação adequada a este tipo de população sem que isto represente qualquer custo ao EP. Ainda nestes termos, é pertinente a formação e a reciclagem de conhecimentos aos funcionários desta instituição, promovendo a aplicação de conhecimentos adequados e mais actualizados que possibilitem a melhoria do seu profissionalismo.

Durante o cumprimento de pena, é fundamental que o condenado esteja o mais ocupado possível. Neste sentido, a instituição deverá estar receptiva para a implementação de uma maior variedade de actividades de tempos livres mas também de ocupações de diversa ordem. O estabelecimento de acordos com mais entidades que possam acolher o recluso em trabalho no exterior (RAVE) poderá ser uma possibilidade, desde que as mesmas estejam preparadas para o receber e que o recluso em questão também reúna as condições para tal.

Devido a uma desadequada alimentação fornecida a este EP, o acordo de fornecimento alimentar urge em ser renegociado. O controlo alimentar deverá estar a cargo de uma nutricionista de modo a garantir a

qualidade das refeições dos reclusos, podendo ainda oferecer alguma formação nesta área. A seu cuidado estaria a planificação de dietas específicas, caso exista reclusos com necessidade de cuidados alimentares especiais. Para contratar uma profissional nesta área, propõe-se um acordo com a unidade de saúde pública local de modo a não acarretar despesas acrescidas ao funcionamento deste EP. Para o fornecimento dos lanches, sugere-se o estabelecer acordos com entidades locais de fabrico e/ou venda de produtos alimentares em que serão obtidos alimentos por doação. Muitas vezes estes estabelecimentos não podem vender determinados produtos devido à danificação da embalagem ou aproximação do prazo de validade, contudo continuam consumíveis. No serviço de restauração, as sobras das refeições não podem ser utilizadas no dia seguinte, mas o alimento não apresenta qualquer perigo de consumo. Através da Lei do Mecenato (Decreto-lei nº 74199de 16 de Março), a doação dos alimentos traria benefícios fiscais às empresas, sendo em simultâneo, uma alternativa económica para responder a algumas questões alimentares deste EP.

A inserção de actividades que ofereça algum contacto com o exterior poderá trazer inúmeros benefícios. A criação de intervenções de solidariedade social efectuado pelo recluso , em que este deverá oferecer o seu trabalho, durante um determinado período de tempo ( um dia por semana , por exemplo) a uma ou mais instituições. As acções a desenvolver dependerão da problemática a intervir devendo ser acções que poderão desenvolver-se tanto dentro como fora do EP (reparações por exemplo). Esta actividade deverá não só estimular no recluso a noção do outro mas também descobrir que pode contribuir de forma positiva e directa para a sociedade, levando à incrementação da sua valorização pessoal.

Para salvaguardar a ligação com a família, é importante que sejam contempladas actividades que envolvam a participação da mesma. Para além das que são desenvolvidas pelos voluntários, como a celebração do Natal e São Valentim, poderão ser instituídas outras. Neste âmbito, e tendo ainda o benefício do desenvolvimento da leitura, poderão ser criados um conjunto de CDs com a narração de histórias infantis, lidas pelos reclusos com o objectivo de oferecer aos filhos. Assim, mesmo à distância, os filhos podem ouvir o pai ou mãe a contar-lhes uma história a qualquer altura. Esta iniciativa pode ser adaptada para adultos, como declamação de poemas ou outras narrativas.

Por fim, de modo a que a própria instituição não esteja totalmente dependente do apoio governamental, sugere-se que sejam instituídas algumas medidas para fomentar a riqueza interna. Assim sendo, a criação de serviços prestados pelos reclusos para o exterior a preços competitivos. O lucro obtido deverá não apenas contemplar o EP mas também ser atribuído uma percentagem desse valor ao recluso. Sob esse valor, o recluso deverá ter apenas uma parte disponível para aquisição de bens de 1ª necessidade durante o período de reclusão, sendo guardado o restante de modo a que tenha alguma garantia de subsistência aquando da sua libertação. As actividades deverão ir de encontro às necessidades do mercado local, tendo ainda em conta as competências dos reclusos. Vários EP nacionais têm vindo a criar meios de subsistência através dos trabalhos dos detidos como peças de decoração, artesanato, carpintaria, olaria entre outros. Destaca-se o projecto “REKLUSA” , desenvolvido pela Associação Dar a Mão (IPSS) junto das reclusas do Estabelecimento Prisional de Tires onde as reclusas fabricam malas que são vendidas no comércio nacional.

A construção que actualmente decorrem das novas instalações do EPRAH oferecerá no futuro próximo melhores condições e mais espaço, tanto exterior como interior, que poderá resolver algumas destas questões. Ou seja, criação de oficinas diversas, cultivo de produtos hortícolas, confecção das refeições dos próprios reclusos, podendo passar também pela venda de algum destes produtos ao público local.

De acordo com a pergunta de partida, concluiu-se que de facto a escola na prisão contribui para a reinserção social dos reclusos dentro e fora do EP. Durante o período de reclusão, o detido ocupa assim o tempo de modo a que possa crescer e desenvolver – se quanto indivíduo. Sente na escola, provavelmente pela primeira vez na vida, que é valorizado pelos motivos certos. É estimulado para uma maior reflexão sobre si próprio e adopta uma postura mais positiva em sociedade. Quando libertado, terá mais competências e autoconfiança para enfrentar as mudanças e os obstáculos que lhe surgem, desviando-se do caminho que levou à sua detenção.

Deste modo, é importante que os EP nacionais invistam na educação de adultos, em actividades que permitam o crescimento interior do indivíduo e o estimule para uma melhoria de vida. Contudo, não se deve ignorar a sua história de vida, as suas características de personalidade e o crime cometido. Também não se deve esquecer que a prisão não tem apenas um papel punitivo, mas sim de reeducar e reintegrar. Compete a estas entidades adaptarem políticas que melhoram as suas intervenções junto desta população, de acordo com as suas necessidades. Não se exclui, de todo, a noção que pode ser muitas vezes uma população difícil de trabalhar. Mas não significa que seja impossível colher frutos.

## **Bibliografia**

- Alfonso Francia, A. M. (1993). *Análisis de la Realidad*. Madrid: Editorial CCS.
- Alvim, F. (1983). O Problema da Reintegração Social dos Delinquentes. In P. D. Correia, *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bayliss, P., & Hughes, S. (2008) Teachers and Instructors in Prison. In J. Benet, B. Crewe, & A. Wahidin, *Understanding Prison Staff*. Devon: Wilan
- Belchior, F. H. (1990) *Educação de Adultos e Educação Permanente - A Realidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Burns, G. (1991). *Evaluating the impact of Prison Education*. Londres.
- (1996). Educação de Adultos em Portugal situações e perspectivas; acta das Jornadas. In *Jornadas da Educação de adultos em Portugal: Situação e Perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora das Jornadas de Educação de Adultos.
- Figueiredo, J. (1983). Antecedentes Legislativos da Reinserção Social. In P. D. Correia, *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* (p. 20). Instituto de Reinserção Social.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Frutuoso, G. (2005) *Saudades da Terra - Livro VI*. Ponta Delgada (Açores): Instituto Cultural de Ponta Delgada
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O Inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Goffman, E. (2007). *Manicómios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Gómes, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento comunitário local. Perspectivas Pedagógicas e Sociais da Sustentabilidade*. Porto: Profedições.

Gonçalves, R. A., Machado, C., Sani, A., & Matos, M. (1998). *Crimes, Práticas e Testemunhos*. Universidade do Minho.

Guimarães, P.(s.d). *Políticas públicas de educação de Adultos em Portugal: diversos sentidos para o direito à educação?* Universidade do Minho - Unidade de Educação de Adultos.

Hartl, P. (Setembro de 1989). *Educational Strategies in Group Work with Recidivists Paper presented at the Second International Conference on Prison Education*. Oxford.

Leite, C. (1992). O que a Escola Rejeita a Prisão Aproveita. *O Professor*,pp. 19-24.

Lengrend, P.(s.d.) *Introdução à Educação Permanente*. Livros Horizonte.

Lima, L.C., & Guimarães, P. (2004) e. *Perspectives On Adult Education in Portugal*. Braga: University of Minho, Unit of Adult Education.

Linhares, M., & Teodoro, A. (Julho de 2010). Educando para a Liberdade A natureza da educação carcerária e a (re)socialização de presidiários. *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, 30; *A Educação em Instituições de Costódia* . Edições Afrontamento, Lda/CIIE.

Portuguesa, U. C. (2007). *Guia e Análises - Percursos de Inserção socioprofissional de ex-reclusos*. Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia. Recuperado a 7 de Fevereiro de 2011, de [www.anjaf.pt](http://www.anjaf.pt)

[pt.wikipedia.org/wiki/Terceira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Terceira). (s.d.). Obtido em 2010, de Wikipédia a enciclopédia livre.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação Em ciencias Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Projeco Reclusa. (13 de Novembro de 2009) Recuperado em 7 de Janeiro de 2012, de <http://www.reklusa.worldpress.com>.

Rocha, M. A. (1983). A Reinserção do Delinquente: Utopia ou Realidade? In P. D. Correia, *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* Lisboa: Instituto de Reinserção Social.

Silvestre, C. A. (2000) *Educação e Formação de Adultos - como dimensão dinamizadora do sistema Educativo/Formativo*. Dissertação de Mestrado Braga: Polic. Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia.

Solar, C., & Danis, C. (2001) *Aprendizagem e Desenvolvimento dos Adultos*. Lisboa: Instituto Piaget

UNESCO, & Unidas, N. (1995). *Basic Education in Prsons*. Batimore - EUA: Maryland State Departemnte of Education.

Vérin, J. (1980). Partisans et adversaires du traitement de resocialisation, nos Cahiers de défense sociale. *Bulletin de la Societé Internationale de Défense Sociale*, 2/ p. 25.

DGSP - Direção Geral dos Serviços Prisionais. (s.d.) O Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo. Obtido em Novembro de 2010, [www.dgsp.mj.pt](http://www.dgsp.mj.pt).

### **Decretos-Lei**

Artigo nº 21, 24, 34 (Código Penal de 1852)

Decreto de 12 de Dezembro 1896

Decreto de 27 Maio 1911

Decreto nº 6117 de 20 de Setembro de 1919

Decreto nº 10767 de 15 de Maio de 1925

Decreto-lei nº 26643 de 23 de Maio

Decreto-lei nº 34135 de 24 Novembro 1944

Decreto-lei nº 38386 de 8 de Agosto de 1951

Decreto – lei nº 39688 de 5 de Junho de 1954

Decreto-lei nº 4428 de 20 de Abril de 1962

Decreto nº 20877 de 1932

Decreto-lei nº 24476 de 8 de Setembro de 1934

Lei nº 2000 de 16 de Maio de 1944

Decreto-lei nº 319182 de 1 Agosto

Decreto-lei 65179 – relatório preambular

Decreto-lei nº 38968 e ° 38969 , 27 Outubro 1952

Decreto-lei nº 490/73 de 2 de Outubro

Decreto-lei 489/73

Art.73º (1976) da Constituição Portuguesa

Lei nº 48/86 da Lei de Bases do Sistema Educativo em Portugal

Decreto-lei nº 74/99 de 16 de Março (Lei do Mecenato)

# Anexos



# Anexo I

## Matrizes para entrevistas



## Matriz para Entrevista

(*Voluntária do Grupo Vicentino da Obra da Cadeia*)

Tema	Objectivos	Perguntas	Expectativas
<p><b>Contacto com os Reclusos do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saber quando começou os primeiros contactos com os reclusos do EPRAH;</li> <li>- Sabes quais os objectivos dessa iniciativa;</li> <li>- Perceber a evolução dessa iniciativa;</li> <li>- Saber quais as actividades desenvolvidas;</li> <li>-Saber se sentiram obstáculos na implementação das actividades e como foram ultrapassados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A partir de que momento (em que circunstâncias) começa a contactar os reclusos do EPRAH?</li> <li>-O que levou a principiar esta iniciativa? (Objectivos)</li> <li>- Como tem evoluído o voluntariado ao longo desses anos?</li> <li>- Quais as actividades desenvolvidas pelo grupo de voluntariado?</li> <li>-Como e por quem é constituído o grupo de voluntários?</li> <li>-Têm surgido obstáculos no desenvolvimento e organização das actividades? Quais e como foram ultrapassadas?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- História da origem da “Obra Vicentina da Cadeia”, fundada pelo familiar da entrevistada.</li> <li>- Sensibilização para a importância do apoio social, através do voluntariado aos reclusos de EPRAH.</li> <li>- Conhecimento sobre a evolução do voluntariado e das respectivas actividades por estes desenvolvidas.</li> <li>- Constituição do grupo de voluntariado.</li> <li>-Observação dos obstáculos e os meios utilizados para os ultrapassar</li> <li>↳ Com a instituição/ funcionários</li> <li>↳ Com os reclusos</li> <li>↳ Ausência de apoio financeiro.</li> </ul>

Tema	Objectivos	Perguntas	Expectativas
<p><b>Caracterização do Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saber como era o EPRAH quando iniciou o contacto com os reclusos deste EP.</li> <li>-Saber como eram os primeiros reclusos contactados (escolaridade, contexto sociofamiliar e profissional, etc.)</li> <li>- Saber quais as primeiras actividades a serem instituídas e sua evolução até aos nossos dias.</li> <li>-saber quando começou a escola na prisão e com que objectivos.</li> <li>-Saber como funciona actualmente o EPRAH.</li> <li>- Saber como são os reclusos actualmente.</li> <li>-Identificar as diferenças institucionais e dos reclusos desde os primeiros contactos até aos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como caracteriza o funcionamento do EPRAH quando iniciou o contacto com os reclusos?</li> <li>- Como caracteriza os reclusos dessa altura?</li> <li>-Que actividades institucionais eram promovidas junto dos reclusos pelo próprio EP?</li> <li>- Quando começou a escola de adultos nesta prisão?</li> <li>- Como caracteriza o funcionamento actual do EPRAH?</li> <li>- Como caracteriza os reclusos de hoje?</li> <li>- Quais as diferenças que encontra no EP desde s primeiros contactos até aos nossos dias?</li> <li>- Quais as diferenças eu encontra entre os reclusos de então até aos nossos dias?</li> <li>- Quantos reclusos encontram-se actualmente encarcerados no</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- EP deverá apresentar aspectos de melhoria desde da altura que iniciou-se o voluntariado até aos nossos dias (higiene, alimentação, aquisição de vestuário para os reclusos de modo gratuito, actividades de ocupação dos detidos).</li> <li>- Muitos dos reclusos dessa altura eram detidos por roubo (meio de sobrevivência da altura devido à grande pobreza que então se vivia) reconhecimento do voluntariado como meio de apoio ao recluso.</li> <li>-Reclusos de hoje: roubo serve essencialmente para sustentar o vício da droga; maior ausência de bases familiares, educativas, de valores sociais.</li> <li>- cumprimentos de pena por consumo/trafego de droga e infração ao</li> </ul>

	<p>nossos dias.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Saber quantos reclusos estão actualmente encarcerados (identificar por género).</li> <li>- Saber a lotação do EPRAH</li> <li>- Saber quais os crimes mais praticados.</li> <li>- Saber qual a durabilidade das penas,</li> <li>- Identificar naturalidade dos reclusos.</li> <li>- Identificar necessidades sentidas quer do EP quer dos próprios reclusos.</li> <li>- Identificar possíveis respostas às necessidades sentidas.</li> </ul>	<p>EPRAH?</p> <p>(distinguir nº de homens e de mulheres)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os reclusos são todos naturais da ilha Terceira?</li> <li>- Quais os crimes praticados pelos mesmos?</li> <li>- Qual a durabilidade das penas aplicadas?</li> <li>- Quais as principais necessidades deste EP e de seus reclusos?</li> <li>- Na sua opinião, como poderiam estas serem resolvidas?</li> </ul>	<p>código da estrada são mais comuns.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sobrelotação do EPAH.</li> <li>- a detenção de mulheres normalmente está associado a crimes ligados à droga.</li> <li>- Detidos cumprem penas até 5 anos sendo enviados para outras cadeias nacionais quando cumprem penas superiores a este tempo.</li> <li>- torna-se necessário uma melhor infra-estrutura com mais espaço que permita o desenvolvimento de actividades adequadas às necessidades dos reclusos.</li> <li>- os reclusos necessitam de melhor acompanhamento aquando da sua libertação.</li> </ul>
Tema	Objectivos	Perguntas	Expectativas
<p><b>Escolaridade dos Reclusos e Educação de Adultos no EPRAH</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saber que escolaridade têm os reclusos quando aqui entram.</li> <li>- Saber se tinha de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual a escolaridade dos reclusos quando entram para o EPRAH?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reclusos tendem a ter baixa escolaridade e por vezes analfabetismo quando entram para</li> </ul>

	<p>ser inseridos em algum sistema de ensino, dentro ou fora do EPRAH.</p> <p>- Saber que sistema educativo é aplicado no EPRAH e que grau académico alcança.</p> <p>- Perceber se o sistema educativo deste estabelecimento é adequado e funciona bem.</p> <p>- Saber se os reclusos aderem bem à escola na prisão.</p> <p>- Saber qual a opinião pessoal sobre a educação de adultos em prisões e se acha que contribui para a recuperação e reintegração socioprofissional do recluso (quando libertado)</p>	<p>- Tendem a ser inseridos em algum sistema de ensino dentro ou fora do EPRAH?</p> <p>- Como caracteriza o sistema educativo neste EP?</p> <p>- Até que ano escolar é lecionado no EPRAH?</p> <p>- Acha que o sistema educativo deste EP é adequado/funciona bem?</p> <p>- Os reclusos aderem bem à escola na prisão?</p> <p>- Acha que a educação de adultos em EP contribui para a recuperação e reinserção socioprofissional do indivíduo?</p> <p>- Acha que o sistema educativo deste EP permite uma devida reintegração socioprofissional do recluso aquando da sua libertação?</p>	<p>o EP.</p> <p>- Tendem a ser inseridos na prática educativo prisional, quando não possuem escolaridade superior a que é lá lecionada.</p> <p>- Em algumas situações, alguns podem ser dispensados para frequentar a escola pública (sempre com escoltação de um guarda prisional).</p> <p>- Práticas educativas do EPRAH é limitado.</p> <p>- Reclusos poderão aderir à escola como meio de passar o tempo.</p> <p>- Educação de Adultos contribui para a recuperação e reintegração socioprofissional do indivíduo.</p> <p>- O projeto educativo do EPRAH não deverá de ter a capacidade de responder às necessidades de todos os reclusos logo não deverá ser o suficiente para garantir a sua reintegração</p>
--	--	---	---

			socioprofissional de todos os reclusos.
--	--	--	---

## Matriz para Entrevista

(*Voluntária da Casa de São Jorge*)

Tema	Objectivos	Perguntas	Expectativas
<p><b>Contacto com os Reclusos do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saber em que circunstâncias estabeleceram contactos com os reclusos.</li> <li>- Conhecer as razões que levaram a fazê-lo.</li> <li>- Perceber o que pretendiam com esta iniciativa.</li> <li>-Saber quanto tempo dura esta iniciativa.</li> <li>- Caso não continue, entender quais as razões que levaram a essa situação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como e quando iniciou o contacto com os reclusos do EPAH?</li> <li>- Quais os objectivos desta iniciativa?</li> <li>- Esta iniciativa dura há quanto tempo?</li> <li>- Caso não continue, o que levou a esta situação actual?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Iniciativa de voluntariado através da Educação de Adultos no EPAH deve-se à sensibilidade pelas necessidades educativas dos presos.</li> <li>- Foi estabelecida através de um projecto educativo pela DRE onde é atribuído um salário às professoras de primeiro ciclo. Contudo, este salário é doado à Casa de S. Jorge (instituição sem fins lucrativos).</li> <li>- a sua intervenção educativa existe à algum tempo , porém não continua a lecionar devido a incompatibilidades entre o Director deste EP e estas professoras.</li> </ul>

Tema	Objectivos	Perguntas	Expectativas
<p><b>Percepção do Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saber qual a percepção que têm sobre o funcionamento deste Estabelecimento Prisional.</li> <li>- Saber como caracterizam os reclusos deste EP.</li> <li>- Saber se havia colaboração por parte da equipa dirigente do estabelecimento.</li> <li>- Perceber qual a percepção que têm dos reclusos enquanto alunos.</li> <li>-Saber qual a aderência dos alunos à escola na prisão.</li> <li>-Compreender quais as necessidades sentidas na execução do projecto educativo como dos próprios reclusos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como caracteriza o funcionamento do EPAH?</li> <li>- Como caracteriza os reclusos deste EP?</li> <li>- O EPAH colabora com este projecto?</li> <li>-Os reclusos tendem a aderir à escola na prisão?</li> <li>- Como são os reclusos enquanto alunos?</li> <li>-Quais as necessidades sentidas na execução do projecto educativo?</li> <li>-Quais as necessidades dos reclusos?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alguma dificuldade na execução do projecto pedagógico devido às divergências com o Director deste EP.</li> <li>- Reclusos com baixa escolaridade e ausência de bases a todos os níveis.</li> <li>- reclusos utilizam a escola para passar o tempo devendo existir aqueles que estão interessados em aprender e adquirir competências para melhoria de vida no exterior.</li> <li>- As necessidades a nível do desenvolvimento do projecto deve-se assentar sobretudo na ausência de material e espaço adequado enquanto eu a nível dos reclusos deverá estar relacionado com a falta de mais e melhor acompanhamento.</li> </ul>

Tema	Objectivos	Perguntas	Expectativas
<p><b>Escolaridade dos Reclusos e Educação de Adultos no EPAH</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saber qual a escolaridade dos reclusos quando entram neste estabelecimento.</li> <li>- Perceber qual a sua opinião sobre a educação de adultos no EPAH.</li> <li>-Saber qual a percepção da evolução académica dos reclusos.</li> <li>- Entender qual a sua opinião sobre a Educação de Adultos e se contribui para a recuperação do indivíduo e reinserção socioprofissional aquando da sua libertação.</li> <li>- Saber se acham se a escolaridade oferecida aos reclusos do EPRAH permite a sua devida reintegração socioprofissional aquando da sua libertação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual a escolaridade dos reclusos quando entram para o EPRAH?</li> <li>- Qual a sua percepção sobre a educação de adultos neste EP?</li> <li>- Como caracteriza a evolução académica dos reclusos?</li> <li>- Acha que a educação de adultos em EP contribui para a recuperação do indivíduo e sua reinserção socioprofissional aquando da sua libertação?</li> <li>-A escolaridade oferecida aos reclusos deste EP permite a sua devida reintegração socioprofissional aquando da sua libertação?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A escolaridade tende a ser baixa entre os reclusos.</li> <li>- A Educação de Adultos no EPRAH não deverá oferecer todos os níveis académicos necessários aos reclusos.</li> <li>- Deverão ter a opinião de que a educação de adultos em EP promove a recuperação e reintegração socioprofissional dos reclusos.</li> <li>-Devido à insuficiente escolaridade oferecida pelo EPAH, a reintegração socioprofissional dos reclusos, aquando da sua libertação, poderá estar comprometida.</li> </ul>

## Matriz para Entrevista

(Ex-Reclusos)

Tema	Objectivos	Perguntas	Expectativas
<p><b>Situação em que se encontrava antes da sua condenação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Saber se trabalhava e qual o grau académico que possuía.</li> <li>-Conhecer aspectos da sua vida social e familiar.</li> <li>-Perceber como se viam a si próprios nessa altura.</li> <li>- Saber o que pensava da escola nessa altura.</li> <li>- Perceber como se percepcionavam enquanto alunos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Antes de ir para a prisão tinha algum trabalho?</li> <li>Qual a sua escolaridade nessa altura?</li> <li>- Tinha muitos amigos? Qual a sua relação com eles?</li> <li>- Qual a sua relação familiar?</li> <li>- Nessa altura, o que pensavas da escola?</li> <li>-O que pensavas de ti próprio como aluno?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A situação profissional tende a ser precária e de baixo rendimento.</li> <li>- Tendência para baixo nível académico.</li> <li>-As amizades são inapropriadas e destabilizadoras.</li> <li>- As relações familiares destes indivíduos tendem a ser instáveis.</li> <li>- Não devia gostar da escola.</li> <li>- Não devia se achar bom aluno nem devia ter o devido rendimento académico.</li> </ul>

Tema	Objectivos	Perguntas	Expectativas
<p><b>Contextualização enquanto Recluso</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perceber o que sentia sobre a reclusão, como era a sua vivência enquanto encarcerado.</li> <li>- Entender como foi, para este, o encarceramento.</li> <li>-Saber qual a sua percepção sobre o funcionamento e infra-estruturas deste Estabelecimento Prisional.</li> <li>- Saber quais as actividades oferecidas aos reclusos e se eram adequadas.</li> <li>-Conhecer as necessidades sentidas pelos reclusos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como foi a sua experiência enquanto recluso do EPRAH?</li> <li>- Como te sentias enquanto recluso? Justifique?</li> <li>- Qual a sua opinião sobre o funcionamento do EPRAH?</li> <li>- Que Actividades havia para ocupar os reclusos?</li> <li>-Achas que eram apropriadas? Justifique.</li> <li>- Achas que o EPRAH tinha algum tipo e necessidades?</li> <li>- os reclusos sentiam algum tipo de necessidades?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A experiência enquanto recluso tende a ser bastante negativa.</li> <li>- Deverá ter uma opinião negativa quanto ao funcionamento do EPRAH, sobretudo devido às diversas necessidades sentidas.</li> <li>- As actividades devem ser limitadas.</li> <li>- As necessidades relativas ao EPRAH passam pelo espaço limitado e desadequado deste EP, impedindo o desenvolvimento de actividades de ocupação e recuperação do indivíduo.</li> <li>- Os reclusos devem sentir a necessidade de um maior acompanhamento devendo este ser mais individualizado de acordo com as necessidades de cada indivíduo.</li> </ul>

Tema	Objectivos	Perguntas	Expectativas
<p><b>A Escola na Prisão</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saber se frequentava a escola na prisão.</li> <li>- Saber se era dentro ou fora do EP.</li> <li>- Conhecer as razões que levou, ou não, à frequência da escola na prisão.</li> <li>- Conhecer a sua opinião sobre o funcionamento e qualidade da escola no EP.</li> <li>- Saber o que achava dos professores.</li> <li>- Entender qual a importância que dava à escola.</li> <li>- Perceber se valoriza a Educação de Adultos como meio recuperador e de reintegração socioprofissional aquando da libertação do indivíduo.</li> <li>- Saber se encontra interessado em dar continuidade aos estudos e porquê.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Frequentava a escola no EPRAH? Porquê?</li> <li>- (caso tenha respondido afirmativamente) Frequentava dentro ou fora do EP?</li> <li>-O que acha sobre o funcionamento da escola no EPRAH?</li> <li>- O que acha dos professores?</li> <li>- Acha importante a escola na prisão?</li> <li>-Acha que a escola ajudou a reintegrar-se na sociedade quando saiu do EP?</li> <li>- Acha que a escola facilitou a arranjar emprego?</li> <li>- Está interessado em continuar os seus estudos? Porquê?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Muitos reclusos tendem a frequentar a escola na prisão e alguns fora.</li> <li>- Poderão ter uma opinião positiva sobre o funcionamento da escola na prisão.</li> <li>- Tendem a estabelecer um bom relacionamento com os professores.</li> <li>-A importância da escola no EP poderá variar, para eles, de acordo com as suas ambições pessoais, da percepção que têm de si próprios...</li> <li>- Normalmente pensam que a escola poderá facilitar a obtenção de emprego.</li> <li>- A continuidade nos estudos varia de acordo com os seus objectivos pessoais e a percepção que têm sobre si próprios.</li> </ul>

Tema	Objectivos	Perguntas	Expectativas
<p><b>Situação Actual</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saber há quanto tempo se encontra em liberdade.</li> <li>- Saber a sua actual situação laboral.</li> <li>-Perceber se teve/tem dificuldades em obter emprego.</li> <li>- Conhecer as razões que dificultaram e/ou facilitaram a obtenção de emprego.</li> <li>-Perceber se acha que a escolaridade determinou a facilidade de obtenção de emprego.</li> <li>- Entender como decorreu a sua reintegração social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Está em liberdade desde quando?</li> <li>-Está a trabalhar?</li> <li>- Teve ou tem dificuldade em arranjar trabalho?</li> <li>-Achas que isso se deve a quê?</li> <li>- Achas que foi fácil reintegrar-te novamente na sociedade quando saíste da cadeia?</li> <li>Justifica.</li> <li>- Achas que a escola na prisão contribuiu (ou teria contribuído) para uma melhoria de vida aquando da sua libertação?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- De preferência ex-reclusos que estejam em liberdade pelo menos 6 meses a 1 ano ou mais.</li> <li>- Provavelmente não estará a trabalhar ou poderá estar em situação precária laboral devido ao estigma de recluso e à situação da economia actual.</li> <li>- Se estiver a trabalhar certamente se deve a uma boa integração nos programas RAVE onde as entidades patronais querem que este indivíduo continue como seu funcionário. Poderá a escola na prisão ter contribuído de alguma forma.</li> <li>- A reintegração social é fácil com os amigos e família quando têm alguma estabilidade estrutural. Outros aspectos sociais poderão estar comprometidos devido ao estigma de ex-recluso.</li> </ul>

			- A contribuição da escola na prisão para a sua melhoria de vida dependerá da sua percepção e objectivos pessoais.
--	--	--	--



# ANEXO II

## Guiões das Entrevistas



## Guião de Entrevista

(voluntária da Obra Vicentina da Cadeia)

Nome:

idade:

Profissão:

Estado Civil:

**a) Contacto com os Reclusos do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo.**

- 1- Em que circunstâncias começa a contactar os reclusos do EPRAH?
- 2- O que levou a principiar esta iniciativa? (objectivos)
- 3- Como tem evoluído o voluntariado ao longo destes anos?
- 4- Quais as actividades desenvolvidas pelo grupo e voluntariado?
- 5- Como e por quem é constituído o grupo de voluntários?
- 6- Têm surgido obstáculos no desenvolvimento e organização das actividades? Quais e como foram ultrapassados?

**b) Caracterização do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo**

- 1- Como caracteriza o funcionamento do EPRAH quando iniciou o contacto com os reclusos?
- 2- Como caracteriza os reclusos dessa altura?
- 3- Que actividades ocupacionais eram promovidos junto dos reclusos?
- 4- Quando começou a escola de adultos nesta prisão?
- 5- Como caracteriza o funcionamento actual do EPRAH?
- 6- Como caracteriza os reclusos de hoje?
- 7- Quais as diferenças que encontra no EP desde os primeiros contactos até aos nossos dias?
- 8- Quais as diferenças que encontra entre os reclusos de então aos nossos dias?
- 9- Quantos reclusos encontram-se actualmente encarcerados no EPRAH? (distinguir o nº de homens do nº de mulheres).
- 10- Os reclusos são todos naturais da ilha Terceira?
- 11- Quais os crimes praticados pelos mesmos?
- 12- Qual a durabilidade das penas aplicadas?
- 13- Quais as principais necessidades deste EP e de seus reclusos?
- 14- Na sua opinião, como poderiam estas serem resolvidas?

**c) Escolaridade dos reclusos e educação de adultos no Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo**

- 1- Qual a escolaridade dos reclusos quando entram para o EPRAH?
- 2- Tendem a ser inseridos em algum sistema de ensino dentro ou fora do EPRAH?
- 3- Como caracteriza o sistema educativo neste EP?
- 4- Até que ano escolar é lecionado no EPRAH?
- 5- Acha que o sistema educativo deste EP é adequado/funciona bem?
- 6 – Os reclusos aderem bem à escola na prisão?
- 7- Acha que a educação de adultos em EP contribui para a recuperação e reinserção socioprofissional do indivíduo?
- 8- Acha que o sistema educativo deste EP permite uma devida reintegração socioprofissional do recluso aquando da sua libertação?

## Guião de Entrevista

(voluntária da Casa de São Jorge)

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Local de residência:

Situação Profissional:

Estado Civil:

**a) Contacto com os reclusos do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo.**

- 1- Como e quando iniciou o contacto com os reclusos do EPRAH?
- 2- Quais os objectivos desta iniciativa?
- 3- Esta iniciativa dura à quanto tempo?
- 4- Caso não continue, o que levou a esta situação actual?

**b) Percepção do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo**

- 1- Como caracteriza o funcionamento do EPRAH?
- 2- Como caracteriza os reclusos deste EP?
- 3- Os reclusos tendem a aderir à escola na prisão?
- 4- O EPRAH colabora com este projecto?
- 5- Como são os reclusos enquanto alunos?
- 6- Quais as necessidades sentidas na execução do projecto educativo?
- 7- Quais as necessidades dos reclusos?

**c) Escolaridade dos reclusos e educação de adultos**

- 1- Qual a escolaridade dos reclusos quando entram para o EPRAH?
- 2- Qual a sua percepção sobre educação de adultos neste EP?
- 3- Como caracteriza a evolução académica dos reclusos?
- 4- Acha que a educação de adultos em EP contribui para a recuperação do indivíduo e sua reinserção socioprofissional aquando da sua libertação?
- 5- A escolaridade oferecida aos reclusos deste EP permite a sua devida reintegração socioprofissional aquando da sua libertação?

## Guião de Entrevista ( Ex-Reclusos do EPRAH)

Nome (a substituir por fictício):

idade:

Zona de residência:

naturalidade:

Tempo de cumprimento de Pena:

Condenação: facultativo

### **a) Situação em que se encontrava antes da condenação**

- 1- Antes de ser preso, tinha algum trabalho?
- 2- Qual a sua escolaridade nessa altura?
- 3- Tinha muitos amigos? Qual a sua relação com eles?
- 4- Como era a sua relação familiar?
- 5- Nessa altura, o que pensavas da escola?
- 6- O que pensavas de ti próprio como aluno?

### **b) Contextualização enquanto recluso**

- 1- Como foi a sua experiência enquanto recluso do EPRAH?
- 2- Como te sentias enquanto recluso? Justifique.
- 3- O que pensa sobre funcionamento do EPRAH?
- 4- Que actividades havia para ocupar os reclusos?
- 5- Acha que eram apropriados? Justifique.
- 6- Achas que o EPRAH tinha algum tipo de necessidades?
- 7- Os reclusos tinham algum tipo de necessidades?

**c) A Escola na prisão**

- 1- Frequentava a escola no EPRAH? Porquê?
- 2- (caso tenha respondido afirmativamente) Frequentava dentro ou fora do EP?
- 3- O que acha do funcionamento da escola nesta prisão?
- 4- o que acha dos professores?
- 5- Acha importante a escola na prisão?
- 6- Acha que a escola ajudou a reintegrar-se na sociedade quando saiu do EP? Justifique.
- 7- Acha que a escola facilitou a arranjar emprego? Justifique.
- 8- Está interessado em continuar os seus estudos? Porquê?

**d) Situação Actual**

- 1- Está em liberdade desde quando?
- 2- Está a trabalhar?
- 3- Teve ou tem dificuldade em arranjar trabalho?
- 4- Acha que isso se deve a quê?
- 5- Acha que foi fácil reintegrar-se novamente na sociedade quando saiu da cadeia? Justifica.
- 6- Acha que a escola na prisão contribuiu (ou teria contribuído) para uma melhoria de vida aquando da sua libertação?



# ANEXO III

## Matriz de Análise de Dados



## Matriz de Análise de Dados

*(Entrevista semi-aberta realizada aos Ex-Reclusos do EPRAH)*

Categoria	Sub-categoria	Respostas Obtidas
Situação de Vida antes da Condenação	Situação Laboral	3 Construção civil (E3, E5, E8) 1 Serralharia (E1) 1 Produção alimentar (E2) 1 Produção de Eventos (E4) 1 Serviços de limpeza (E6) 1 Apoio domiciliário (E7)
	Escolaridade e obtida até então	1 – 2ºano do 1º ciclo (E2) 3 - 4º ano do 1º ciclo (E3, E7, E8) 2 - 6º ano (E1, E5) 1- 11ºano (E4) 1- Licenciatura (E6)
	Relações sócio-familiares	<b>E1</b> -bom relacionamento familiar e de amigos <b>E2</b> – Bom relacionamento familiar; boas amizades mas revela que algumas foram más. <b>E3</b> - Bom relacionamento familiar; boas amizades mas revela que algumas foram más. <b>E4</b> - Bom relacionamento familiar e de amigos.

		<p><b>E5-</b> Bom relacionamento familiar e de amigos.</p> <p><b>E6-</b> ótimo relacionamento familiar de boas amizades.</p> <p><b>E7-</b> ótimo relacionamento familiar; algumas boas amizades enquanto outras revelam ter prejudicado a sua vida.</p> <p><b>E8-</b> Excelente relacionamento familiar; revela ter poucos amigos mas que são todos bons.</p>
	<p>Noção da Escola</p>	<p><b>E1</b> – desinteressante/desmotivante</p> <p><b>E2-</b> desmotivadora”Fugia da escola quase todos os dias com colegas”</p> <p><b>E3-</b> “ Nessa altura não estava muito virado, nem sequer reparava no valor que um ia podia vir a ter.”</p> <p><b>E4-</b> “A escola é bom mas e tive de deixar de estudar porque na altura tive várias dificuldades e não consegui estar na escola e fazer a vida normal. Não foi por não querer.”</p> <p><b>E5-</b> “Tirei o 6º ano à noite. Trabalhava de dia e estudei à noite, e o trabalho que tive nunca me obrigou a ter mais estudo.”</p> <p><b>E6-</b> “Eu sempre gostei da escola”</p> <p><b>E7-</b>“[...] orgulho da minha 4ª classe, que sabia mais que alguns hoje em dia”</p> <p><b>E8-</b> “Sempre adorei a escola. Saí da escola com a 4ª classe . O meu padrinho queria levar-me para o continente mas o meu pai</p>

		<p>não deixou e fui trabalhar. Toda a vida li e gostei de livros. Quando se gosta, gosta-se sempre”</p>
	<p>Percepção de si enquanto aluno</p>	<p><b>E1-</b> “Era um aluno mais ou menos. Mas não estudei mais porque não dava, queria era brincadeira. [...] não tinha paciência para estudar ”</p> <p><b>E2-</b> “Era um aluno mais ou menos, nem muito bom nem muito mau. [...] Não gostava muito de ir para o quadro, de escrever no quadro.”</p> <p><b>E3-</b> “Agora penso outra coisa mas na altura pensava que era um péssimo aluno. Já tinha estado na escola primária e nunca tinha passado da 4ª classe”</p> <p><b>E4-</b> “Sempre bom aluno, aplicado.”</p> <p><b>E5-</b> “Era um bocado desorientado!”</p> <p><b>E6-</b> “Boa. Eu me integrava na escola, sabia que era o meu futuro.”</p> <p><b>E7-</b> “Sempre fui boa aluna que até a professora veio pedir à minha mãe que me ajudava a pagar os estudos para eu ir estudar, só que a minha mãe precisava de mim para eu ir trabalhar, eu era inteligente!”</p> <p><b>E8-</b> Fui sempre o melhor aluno e tenho provas disso, fui sempre o melhor aluno, pobre mas sempre bom. Ia descalço, barriga vazia, calções remendados mas sempre com orgulho pensando eu não tenho nada mas sei mais do que vocês.”</p>

<p>Contextu alização Enquanto Recluso</p>	<p>Experiência enquanto recluso no EPRAH</p>	<p><b>E1-</b> “Não foi má de todo. Ali é que se vê a realidade das coisas. Ao fim e ao cabo aquilo lá dentro é também uma escola, aprende-se muito e muitos ficam afectados. Eu não sofri muito e encarei aquilo com naturalidade. [...] tinha de aceitar, não havia outra escolha, aquilo como era. Não podia fugir e se não aceitasse iria ter mais problemas. Aprende-se com os nossos erros e os dos outros.”</p> <p><b>E2-</b> “Não consigo explicar...não sei...não gostava de estar fechado ali dentro [...] Foi uma má experiencia. Foram cinco anos fechados lá dentro quando podia estar cá fora.”</p> <p><b>E3-</b> “Não foi muito boa, tive fases boas e fases más. No princípio tive muita dificuldade em adaptar-me às coisas ali dentro. Depois meti na minha cabeça que aquilo tinha que ser e não era como eu queria e comecei a adaptar-me bem. [...] Não gostava nada daquilo, cheguei a pensar em coisas tolas, mas fui-me adaptando.”</p> <p><b>E4-</b> “Foi uma coisa para aprender, temos que aprender com os erros, mas é um experiencia que não quero viver mais. Paga-se um preço muito alto. São três anos da vida de uma pessoa, dos filhos, é muita coisa, não há dinheiro que pague. [...] (Foi) Mal, há dias que não me apetecia falar com ninguém, que me apetecia atirar tudo p’ro ar e outros em que tenho que encarar a realidade. O principal culpado fui eu.”</p>
---	--	--

	<p><b>E5-</b> “Péssimo. [...] Sem poder fazer nada. De pés e mãos atadas. Nos primeiros seis meses como era uma pena pequena não podia sair da precária.”</p> <p><b>E6-</b> “Não era bom mas não tive queixas. [...] Aceitei a situação, eu tinha que viver lá, para tornar aquilo mais agradável. [...] Não vale a pena, sabes que vais viver lá. Tens que tornar aquilo mais agradável.</p> <p><b>E7-</b> “Tudo me metia medo. [...] Nunca pensei passar por ali...separada do meu filho, da minha casa. Era uma angústia, uma tristeza, chorava noite e dia, mas depois a gente vai-se habituando e eu só pensava: «quero que este tempo passe para eu ir para a minha casa ter com o meu filho». A minha ideia era andar direitinha para sair depressa.”</p> <p><b>E8 –</b> “A grande vantagem que podemos ter é mentalmente aceitar para poder sobreviver, não dar em doido porque se um gajo se convencer que está mesmo preso e não sai dali para fora...inclusive algumas da pessoas que estão a tomar conta da gente não tem cultura nenhuma. Eu tenho lá guardas bastante amigos mas tinha outros que não tinha ponta por onde se pegasse! É como tudo na vida, a única solução è aceitar. Quanto mais tempo o preso estiver ocupado melhor para o preso, melhor para a sociedade. [...] Fui encadernador, alfaiate, sapateiro e cesteiro, ou seja, quando não tinha uma coisa fazia outra. Eu sempre trabalhei,</p>
--	--

		<p>porque eu queria era ocupar o tempo.”</p>
	<p>Percepção sobre o funcionamento do EPRAH</p>	<p><b>E1-</b> “Hoje está diferente, com esta direcção sempre está melhor. Na direcção anterior havia má gestão, muita droga...Há revolta dos reclusos porque acham que esta direcção lhes tirou tudo, mas acho que melhorou bastante. [...] Eu não era mal tratado, e sabia que tenho de ter tudo arranjado como se fosse para a minha casa, porque nós é que moramos lá. [...] A disciplina é igual para todos, uns aceitam bem, outros não. Muitos sofrem porque querem.”</p> <p><b>E2-</b> “Às vezes pedíamos uma coisa e levava muito tempo. Às vezes fazíamos pedidos e eles não aceitavam.”</p> <p><b>E3-</b> “Depois veio este Sr. Director e pôs ordem lá dentro. Chegou lá e pôs leis novas...algumas partes...a maioria correu bem. Foi o melhor para a gente mesmo. Antes faziam (os reclusos) coisas horróricas, os reclusos bebiam lixívia... ele chegou lá essas coisas acabaram; ele cortou os produtos de limpeza...Ele dava na mesma mas às pessoas certas, com responsabilidade e as pessoas faziam. Antes não havia esse controle. [...] É um controlo feito pelos guardas, mas distribuía de qualquer maneira. [...] Não vou dizer mal do homem porque não gosto da forma de ele (Director) trabalhar. Mas tenho que dizer a verdade, ele melhorou muita coisa ali dentro, mesmo muita. Algumas não era de acordo com ele e muitas não fazia parte do sistema da</p>

cadeia mas ele é que manda. [...] A comida, principalmente, era horrorosa. Ela vinha do quartel. Às vezes vinha comida boa, às vezes. Teve lá depois outros [...] e foi melhorando até chegar agora. Agora 'tá muito melhor, se calhar 'tá mal servida mas tá muito melhor. [...] Mal servida e mal distribuída: tem aqueles que trabalham lá dentro na copa e às vezes 'tá mal distribuída. Aqueles que trabalham na rua tem que ter uma refeição em condições e as vezes não acontecia. Os que 'tão a servir dão a quem querem e claro que eram os mais bem servidos. [...] Os castigos eram exagerados. Não digo que não tivesse quem merecesse um castigo daqueles, ou por agressão ou assim. Também havia aqueles que vendiam a sua própria medicação e depois aparecia problemas naqueles que tomavam a sua medicação e a dos outros. Chegava a haver overdoses e houve um pequeno (jovem) que morreu de overdose.”

**E4-** “O EP deixa muito a desejar aqui, em Lisboa é um pouco melhor. Aqui, além de ser pequeno, não tem cursos, não tem ocupações, não tem condições. [...] A gente tem que ter um pátio sempre aberto como em Lisboa. [...] Em Lisboa tem campo, sala multiusos, ginásio. [...] (Havia exclusão?) Sim, eu sempre cumpri com os meus deveres e nunca tive direito a nada. Procurava não me meter em sarilhos e quando era para ter certos direitos nunca tinha. Recusaram-me a precária duas vezes. Se cumpri porque não vou e os

		<p>outros vão? ... Tive de ir para Lisboa para ter essas concessões.”</p> <p><b>E5-</b> “O funcionamento vem do Director, ele é que manda e desmanda, e a solução era encontrar um novo Director. Porque a anterior, no caso de pessoas com penas pequenas, eram ajudadas. Podiam ir trabalhar, e agora este Director não deixa. Até me ofereci como voluntário... mas só depois de 6 meses e bom comportamento. Inscrevi-me num curso e o meu nome desapareceu do quadro!”</p> <p><b>E6-</b> “Sempre fui bem tratada, achei normal.”</p> <p><b>E7-</b> “Não tenho razão de queixa. Chefes, Director , guardas, tudo me respeitou. Nunca me trataram mal, foram sempre exemplares.”</p> <p><b>E8-</b> “O recluso é que faz a cadeia não é o guarda. Se os reclusos se portam mal, os guardas reagem, «cada um tem aquilo que merece». Se o recluso se porta bem, se trata bem o guarda... eu nunca tratei os guardas por «tu» até mesmo os mais novos que eu porque não dou azo a que me tratem mal e dou-lhe o respeito que ele é o guarda.”</p>
	<p>Actividades de ocupação do recluso</p>	<p><b>E1</b> – “Havia algumas: jogos de futebol, andebol... Era um campo pequeno em que jogávamos por grupos de 6 e 7 d cada vez. [...] Havia outras actividades: uma vez houve um curso de protecção civil, em que aprendemos como apagar fogos, primeiros socorros; e havia a escola, 1º,2º,3º,4º ano</p>

		<p>e 2º ciclo. Houve aulas de judo, jogávamos às cartas, dominó, matrecos, pingue-pongue. Havia campeonatos... Pouco tempo antes de eu sair houve um curso de marcenaria.”</p> <p><b>E2-</b> “Ir ao pátio, fazer ginástica, matraquilhos, pingue-pongue. O meu passatempo era matraquilhos e playstation. [...] Traziam (os guardas) coisas para trabalharmos na oficina. Pagavam à gente. Uma vez trouxeram uma mesa de matraquilhos para restaurar.”</p> <p><b>E3-</b> “Pingue-pongue, matraquilhos, remo... havia outras máquinas mas começaram a agredirem-se com as peças e então o Director mandou retirar. Eram tudo coisas que os guardas tinham oferecido à gente. Jogar futebol... chegava a haver torneios de futebol, sueca, pingue-pongue, matraquilhos, dominó, cartas.”</p> <p><b>E4-</b> “Aqui nada! Em Lisboa tem campo, sala multiuso, ginásio... [...] (referindo-se novamente no EPRAH) jogar dominó, playstation e ver TV, não há ocupações úteis.”</p> <p><b>E5-</b> “Uma máquina de fazer exercício, cartas, dominó... comer e dormir...”</p> <p><b>E6 –</b> “Havia muitas: escola, teatro, do grupo de voluntario; fiz o curso normal tenho diploma do 4º e 6º ano, fiz o curso de violão, fiz o curso de canalização, comecei o da encadernação.”</p> <p><b>E7-</b> “Na faxina, ia à escola, à missa,</p>
--	--	--

		<p>teatro...”</p> <p><b>E8</b> – Na altura que estive, não tinha nenhuma. Havia 11 ou 12 a trabalhar fora em empresas particulares, nas obras, mas lá dentro não havia nada. Nem sequer tinha oficina, porque onde é hoje a oficina era o pátio das mulheres [...].</p>
	<p>Adequação das actividades prisionais</p>	<p><b>E1</b>- “Pelo menos era uma maneira de ocupar a mente com outras coisas. Para além do tempo que é muito mau estar ali sem fazer nada, por isso é que surgem as brigas e outras coisas, e a cabeça a pensar em asneiras...”</p> <p><b>E2</b>- “ De certa maneira eram, dado as condições que a gente tinha. Ali temos que cumprir os nossos deveres, dado as circunstâncias.”</p> <p><b>E3</b>- “Sim, era o que se podia fazer lá dentro. Chegava a haver problemas por andarem a jogar a dinheiro. No inicio circulava dinheiro lá dentro, agora já não. Havia bar também mas deixou de haver. Era gerido por reclusos e depois fechavam-se lá dentro a jogar à batota por dinheiro. Havia brigas por causa disso.”</p> <p><b>E4</b> – “Não tem actividades podiam ter mais cursos mais ocupação.”</p> <p><b>E5</b>- “Eu acho que as pessoas se não tem força de vontade saiam dali piores de que quando entraram. Tem toda a espécie de criminosos ali dentro. Não foi o meu caso, tive sempre bons relacionamentos. Se não tivermos força de vontade e apoio familiar</p>

		<p>até nem apetece sair de lá e saindo vão cair nos mesmos erros.”</p> <p><b>E6-</b> “Normalmente enche-se a sala no inicio mas passado 2 ou 3 semanas só vão 3 ou 4 (reclusos). Eu fui só para passar tempo mas tinha lá pessoas que não sabiam nada mas mereciam uma segunda oportunidade e nem isso conseguiam aproveitar...abandonam aquilo. O único que consegui manter mais gente foi o da canalização.”</p> <p><b>E7-</b> “Pois eu não tinha mais tempo porque depois das limpezas eu ocupava o tempo a fazer tapetes. Foi o mesmo que ser uma terapia, fez-me muito bem.”</p> <p><b>E8-</b> “ Quanto mais tempo o preso estiver ocupado é melhor para o preso, é melhor para a sociedade. [...] Fui encadernador, alfaiate, sapateiro e cesteiro. Ou seja, quando não tinha uma coisa fazia outra. Eu sempre trabalhei porque o que queria era ocupar o tempo. [...] Arranjavam-me sempre qualquer trabalho e ainda tive na serralharia. O melhor que pode haver é ter oficinas porque o preso está ocupado. Chega-se ao sábado e domingo e jogava-se à batota. Uma vez passou lá um guarda e foi dizer ao chefe e este respondeu «Deixa-os a jogar, ao menos estão entretidos e não estão a pensar em fugir ou outra coisa qualquer. [...] É preciso que eles estejam entretidos, o preso precisa de estar ocupado.”</p>
		<p><b>E1-</b> “Tem falta de melhoramentos, mas</p>

	<p>Necessidades do EPRAH</p>	<p>também o espaço não ajuda, é tudo muito restrito, não tem espaços livres para nada. Joga-se à bola, mas se tivesse mais espaço teríamos outras actividades. [...] O espaço em si era essencial, até a oficina era pequena. Eu ia para a oficina trabalhar, mas havia a necessidade de mais espaço. [...] Não havia luvas, era queimar as mãos, os pés...(referindo-se a equipamento de soldagem).”</p> <p><b>E2</b> – “Sim, falta de higiene. O piso em baixo onde há missa tá sempre mais limpo. Mas o piso de cima tem paredes com «caretas», sujavam as paredes com graxa dos matraquilhos... Mas eram coisas que o próprio recluso fazia. Já se pediu dinheiro para pintar mas o EP não tinha recursos para isso. Também têm que informar à Direcção Geral (das Prisões) que vão fazer isso e quem faz são os reclusos, por isso não era fácil deixarem-nos fazer.”</p> <p><b>E3</b>- “Sim, a higiene, o edifício em si. Chove dentro no inverno, pelas paredes abaixo. A água fazia poça...falta roupas de cama.”</p> <p><b>E4</b>- “Falta de espaço, actividades, ginásio, desporto, falta de flexibilidade da equipa dirigente.”</p> <p><b>E5</b> – “Refeitório, comida péssima...baratas na comida...”</p> <p><b>E6</b> - “ Espaço, mais formações... Só tinha uma sala de aula. Até o curso de canalização foi na carpintaria, todos de pé! As aulas numa sala é muito pouco,</p>
--	------------------------------	---

		<p>precisava mais salas.”</p> <p><b>E7-</b> “Mais um bocadinho de limpeza, pouco espaço, não tínhamos produtos (de limpeza), os nossos (familiares) é que levavam os produtos de casa para termos mais limpeza. Mas com a cadeia nova acho que vai melhorar.”</p> <p><b>E8-</b> “Principalmente espaço, oficinas, escola porque se aprendessem mais qualquer coisa era muito melhor.”</p>
	<p>Necessidades sentidas pelos reclusos do EPRAH</p>	<p><b>E1-</b> “O convívio. Eles sentem-se muito fechados, muito isolados e não conseguem libertar-se. Há muita falta de espaço para praticar outras actividades. [...] Há reclusos que não tem famílias ou acabam pões não as ter porque não querem saber deles, outros, não tem como lhes levar nada uma vez que, as vezes nem têm em casa que comer quanto mais levar aos reclusos”</p> <p><b>E2-</b> “Havia falta de produtos higiénicos...ouvi dizer que quem não tem família ou meios de obter o EP é que fornecia por lei... Por exemplo o X (recluso do EPRAH) não tinha visita e Y (membro da equipa dirigente do EPRAH) ajudava a ele, mas no mesmo dia ele vendia. Algumas pessoas lá dentro não sabiam aproveitar, pegavam nas coisas que davam e vendiam, faziam negócio. Tinha vezes que davam a uns e não davam a outros.”</p> <p><b>E3-</b> “Muitas. Fazíamos pedidos e levava muito tempo para obter resposta. Chegava a fazer pedidos que levava mês e meio para obter resposta. Pedi ao Sr. Director</p>

para me receber porque tinha problemas da minha vida cá fora para resolver e só me atendeu passado mais de mês! Quando ia de férias não tinha substituto, agora já há. Houve pessoas que não conseguiram ir aos funerais de familiares próximos.”

**E4-** “Muita carência. O que têm vendem para tabaco. Acho que deviam trabalhar para não estar lá dentro a arranjar conflitos. E havia privilégios para alguns, ou seja não eram seleccionados justamente. [...] Eu sempre cumpro os meus deveres e nunca tive direito a nada (referindo-se ao sentimento de exclusão). Procurava não me meter em sarilhos e quando era para ter certos direitos nunca tinha. Recusaram-me a precária duas vezes. Se eu cumpro porque não vou e os outros vão? Tive de ir para Lisboa para ter essas concessões.”

**E5-** “Compreensão da parte do Director. [...]E eu tentei engolir sapos sem necessidade para não chegar ao fim e dar-me mal. Nunca desrespeitei ninguém e tive esperança de levar tudo em bem e ser beneficiado mas afinal tive lá até ao último dia.”

**E6-** “Há sim. Ali tem muito «burro», não sabem ler, alguns nem escrever o próprio nome. Tem de tentar, pode ser que sejam alguém na vida. Eles não querem.”

**E7-** “Pois tem muitos que vão para ali e as famílias não fazem mais caso deles. Chegava a virar-lhes as calças, com pena porque uns tem família e outros são

		<p>desprezados pela família. Tem outros (reclusos) de fora e outros nem são visitados pela família. [...] Carência, afecto, sobretudo se tivessem uma visita de família. E a pessoa que vê os outros a terem visitas e não terem é muito triste. Tem muitos que passam necessidade de muita coisa, para uns cigarrinhos...tem os seus vícios e não os podem largar de uma hora para a outra e na altura que roubam para arranjar um dinheiro para o tabaco ou para trocar por tabaco..."</p> <p><b>E8-</b> "Pois o recluso precisa às vezes algumas coisas, apoio (vêm de famílias desestruturadas) pois a sociedade rejeita-o e a família também. Mas às vezes a família não vai porque não tem nada para ir lá levar. Eu fartei de dar um curso de encadernação mas eles não queriam coisíssima nenhuma! E um apresentou-me uma lista que queria 1kg de café, 1kg de açúcar e mais não sei o quê. Mas na era necessário porque a comida que vinha era suficiente e era combustível, porque se fomos para o continente a comida é feita a contar com os porcos!"</p>
<p>A Escola na Prisão</p>	<p>Razão pela frequência (ou não) da Escola.</p>	<p><b>E1-</b> "Não, porque não tinha tempo, estava a trabalhar. Eu fiz fechaduras para este EP [...] e cheguei a ajudar na cozinha * (de seguida perguntou-se se não fosse o trabalho se frequentaria a escola) Sem dúvida! Frequentava porque não tinha mais nada para fazer e tinha de me ocupar de alguma maneira, e isso era uma das coisas boas que eles tinham lá."</p>

		<p><b>E2</b> – “Sim, lá dentro ia sempre. Ia tirar o 6º ano e estava a gostar daquilo que estava a fazer. Comecei a pensar mais na escola para aprender mais. Tirando o 6º ano, no dia a dia, quando saísse ou fosse preciso mais para um trabalho ou coisa assim.”</p> <p><b>E3</b> - “Sim, todos os dias. Não comecei por iniciativa minha mas fui, comecei a gostar e a perceber da importância que tinha...Tinha dificuldades em ler.”</p> <p><b>E4-</b> “Aqui não, em Lisboa sim. Insisti mas nunca me deram. (perguntou-se de seguida porque foi para Lisboa) Por causa das condições e da escola. Completei um ano e falta-me um ano, é o 12º. Foi óptimo, voltei a ter o gosto para estudar.”</p> <p><b>E5</b> - Inscrevi-me para o 7º, 8º, 9º. Fui saber do certificado e não encontraram o do 6º ano e então não frequentei porque foi quase no fim (do cumprimento de pena).</p> <p><b>E6</b> – “Sim, para ocupar tempo.”</p> <p><b>E7-</b> “Sim. Achei que era bom para mim. Fez-me bem. Agora já me desembaraço melhor a ler. Já não fazia contas e aprendi coisas que não se fazia no meu tempo. [...] Gostei muito e naquele bocadinho estávamos a conviver uns com os outros. Os professores eram muito nossos amigos e até vínhamos melhor para a cela...aquele bocadinho fora fazia-nos bem. Tudo fazia bem à gente.”</p> <p><b>E8-</b> A escola não existia como hoje, aprendia-se tarefas profissionalizantes</p>
--	--	---

		<p>(encadernação por exemplo).</p> <p><i>* Pequena copa improvisada para refeições ligeiras e distribuição das refeições confeccionadas por entidades contratadas pelo EPRAH.</i></p>
	<p>Local da frequência das aulas</p>	<p><b>E1-</b> não se aplica</p> <p><b>E2 –</b> “Foi cá dentro. Ainda no inicio começamos nos «Gaiatos» **, onde estão a fazer a cadeia nova. No princípio foi aí. Íamos na carrinha. Ou seja, a escola não era no EP quando começou. Depois tinha que ser lá dentro. Pois assim a carrinha não tinha que sair nem os guardas tinham que sair com armas, depois a cadeia ficava com menos guardas. Começou num quartinho, talvez com 12 alunos.”</p> <p><b>E3-</b> “Para mim foi.” (dentro do EPRAH)</p> <p><b>E4 –</b> “Não. Era num pavilhão dentro do recinto do EP.”</p> <p><b>E5-</b> não se aplica</p> <p><b>E6 –</b> “Sim, no EPRAH.”</p> <p><b>E7 –</b> “Sim, sempre dentro do EPRAH.”</p> <p><b>E8 –</b> “Sim.”</p> <p>**Antiga instalações da “Casa dos Gaiatos” onde decorrem as obras para as novas instalações do EPRAH.</p>
	<p>Percepção do funcionamento da escola no</p>	<p><b>E1 –</b> “Acho que estava bem organizada, passei por lá várias vezes, havia respeito, silencio... nem precisava de ter lá guardas... eles sabiam o caminho e iam sozinhos e esperavam que os professores</p>

	<p>EPRAH.</p>	<p>chegassem.”</p> <p><b>E2-</b> “Era bom. Para mim foi boa.”</p> <p><b>E3-</b> “Gostava.”</p> <p><b>E4-</b> “Era boa.”</p> <p><b>E5 –</b> “Acho que era bom porque as professoras incentivavam os alunos, faziam brindes e eles lá vinham todos contentes...não sei o nome da professora, uma de mais idade, foi depois da escola levar cigarros aos reclusos.”</p> <p><b>E6 –</b> “Era boa, as professoras eram magnificas.”</p> <p><b>E7 -</b> “ É bom. Muitos iam com muita vontade e depois de 4 ou 5 dias já não queriam ir, mas acho que deviam aproveitar. Eu com cinquenta e tal anos tirei o 6º ano e gosto muito de o ver ali.</p> <p><b>E8 –</b> Aprende várias áreas profissionalizantes, pois na altura do seu encarceramento não existia escola dentro do EPRAH. Chega a frequentar a escola noutro EP nacional.</p>
	<p>Opinião sobre os docentes que leccionam estas aulas.</p>	<p><b>E1-</b> “As professoras iam lá não eram pagas, iam lá por favor. E ajudaram muitos reclusos e muitos iam às aulas por causa das ajudas. Eram simpáticas e ajudavam os reclusos nas suas necessidades. [...] Traziam-lhes café, açúcar, cigarros, produtos higiénicos. Eram coisas essenciais , que as vezes usavam como moeda de troca, por cigarros, por cartões para</p>

		<p>telefonar...”</p> <p><b>E2-</b> “Eram bons, dava-mos todos bem. [...] Se podiam ajudar a gente ajudavam.”</p> <p><b>E3-</b> “Eram muito boas pessoas.”</p> <p><b>E4-</b> “Eram bons, eram autênticos psicólogos! Falavam connosco, faziam-nos sentir bem.”</p> <p><b>E5-</b> “Via-os poucas vezes mas pareciam pessoas simpáticas. Davam-se bem com os reclusos e eles falavam bem deles.”</p> <p><b>E6-</b> “Tentavam ajudar a quem quer receber as ajudas. Uns saíram de lá com o 4º ano, outros o 6º ano. Aquelas professoras vêm de livre e espontânea vontade. Elas não recebem nada por vir ali.”</p> <p><b>E7-</b> “Eram muito nossas amigas, muito humanas.”</p> <p><b>E8</b> – não tem opinião definida</p>
	<p>Noção do papel da escola na prisão.</p>	<p><b>E1</b> - “Era e é, continua ser muito importante a escola na prisão. [...] A possibilidade de muitos alunos aprenderem...muitos não sabiam sequer escrever o seu nome e acabam por sair de lá a saber mais do que o seu nome. Alguns tiram a carta por causa disso.”</p> <p><b>E2-</b> “É sempre mais algum tempo que estamos lá dentro a fazer alguma coisa. [...] A pessoa aprende mais. No meu caso não sabia ler nem escrever, era bem mal. Agora já escrevo e leio melhor do que escrevo. Posso ter um erro ou outro mas chegava lá.”</p>

		<p>Só escrevia o meu nome...”</p> <p><b>E3</b> – “Sim, muito importante!”</p> <p><b>E4</b> – “É muito importante e devia ser obrigatório. Há muita gente eu não sabe ler nem escrever e não fazem por ir à escola. Preferem ter uma faxina para ganhar 65€ para o tabaco e depois precisa de ler papel e tem de chatear os outros, estão sempre a precisar de terceiros. Devia ser obrigatório.”</p> <p><b>E5</b> - “ Julgo que sim, porque é um incentivo e é uma forma das pessoas sair com mais habilitação com mais direito encontrar um trabalho melhor, mudar de vida.”</p> <p><b>E6</b> – “Eu acho. [...] É importante não só na prisão mas em qualquer lado.”</p> <p><b>E7</b> - “Muito...Eles tinham era que aproveitar, saber aproveitar...Tinham alguns que nem sequer sabiam ler o seu nome e acabam a ler bem.”</p> <p><b>E8</b> –</p>
	<p>Papel da Escola enquanto agente reintegrador na comunidade.</p>	<p><b>E1</b>- “Também ajuda. Eles (EPRAH) tinham programas de cidadania e isso também é uma ajuda. É claro que se eu disser acabei de sair da cadeia, quero um trabalhinho, não dão. Se disseram onde estiveram, está mal... eu por acaso não tive necessidade de recorrer a isso porque quando saí de lá fui para a Florestal onde trabalhei mais uns meses até o contracto acabar ali. Depois arranjei outro emprego mas nunca me</p>

		<p>perguntaram se estive preso, porque se me perguntassem eu tinha dito que sim. Porque mais tarde ou mais cedo iam descobrir. Ali o que interessava era o que eu sabia fazer, mas há entidades patronais que querem saber o que fez no passado.”</p> <p><b>E2-</b> “Por um lado sim. Para onde fui trabalhar arranjava da mesma maneira porque estavam a precisar de pessoas para trabalhar. E conheci alguns que estavam lá e por isso foi mais fácil. Desde que saí do EP foi o único trabalho que tive e ainda ‘tou lá. Sei fazer de tudo como padeiro.”</p> <p><b>E3-</b> “Sim.” (continuidade desta resposta enquadra-se na subcategoria seguinte)</p> <p><b>E4 –</b> “A Escola ajuda bastante: estamos a aprender e em contacto com os outros.”</p> <p><b>E5 –</b> resposta enquadra-se na subcategoria seguinte</p> <p><b>E6 –</b> “Talvez... ” (continuidade da resposta enquadra-se na subcategoria seguinte)</p> <p><b>E7-</b> “Pois pronto, eu não tem usado isso. Integrei-me bem porque as pessoas (vizinhos e comunidade local de residência) sempre foram minhas amigas.”</p> <p><b>E8 –</b> “Sim, deve-se manifestar na maneira que se aprende.”</p>
		<p><b>E1-</b> “Não, porque eu já tinha esta profissão.</p>

	<p>Papel da escola enquanto facilitador de obtenção de emprego.</p>	<p>Mas no caso de muitos ajudou.”</p> <p><b>E2</b> – “Talvez sim por causa do ler e escrever...tem coisas que temos que assinar e depois para ler...”</p> <p><b>E3</b>- “Na construção civil pois, nas pinturas se não souber ler o rótulo das tintas pode aplicar mal... Depois de lá dentro, fui trabalhar para os serviços florestais como carpinteiro. Agora vou ser admitido para o quadro como trabalhador rural. Se não tivesse estado na escola na prisão isto não tinha acontecido. Foi através dessa escola que arranjei trabalho. Quem anda na escola é que tem prioridade de arranjar um trabalho desde o momento que tenha certo tempo de prisão cumprido.”</p> <p><b>E4</b>- “Ajudou-me a despertar o bicho de querer estudar e tirar um curso.”</p> <p><b>E5</b>- “No meu caso não porque fui para lá com trabalho e saí de lá com trabalho, e ainda não parei... mas não achei que as pessoas me olhassem de outra forma.”</p> <p><b>E6</b> – “Eu já trabalhava antes. Trabalhei nos Serviços Florestais e na empresa de limpezas.”</p> <p><b>E7</b>-“No meu caso não... mas para rapazes novos ajuda muito.”</p> <p><b>E8</b>- Importância na aquisição e melhoria de competências a nível de leitura e escrita, matemática... No caso deste entrevistado, a actividade profissionalizante que aprendeu no tempo de encarceramento garantiu-lhe trabalho ,sendo o mesmo</p>
--	---	--

		<p>obtido por recomendação devido à sua competência nessa mesma área.</p>
	<p>Interesse em continuar os estudos.</p>	<p><b>E1</b>- “Não. Desinteressei-me completamente pelos estudos. O interesse foi-se embora, não tenho cabeça para isso.”</p> <p><b>E2</b>- “Para o 12º não sei, que ‘tá mais difícil.”</p> <p><b>E3</b>- “Mas não na cadeia! [...] Para saber mais qualquer coisa.”</p> <p><b>E4</b> – “Um tipo de curso que dê com musica, audiovisuais. [...] Vai ter que ser superior, é a área que me faz falta. [...] Porque tenho que me qualificar. O saber não ocupa espaço e quanto mais souber melhor...”</p> <p><b>E5</b>- “Gostava mas não tenho tempo para isso.”</p> <p><b>E6</b>- “Eu já tenho o meu curso mas queria fazer informática. Mas aqui dizem que só particular, mas não há. Dizem para inscrever no fundo de desemprego.”</p> <p><b>E7</b>- “Se tivesse outra saúde sim, mas tem dias que eu não tenho paciência...estes tratamentos...penso que não.</p> <p><b>E8</b>- Não (não sente essa necessidade)</p>
	<p>Tempo em que está em liberdade</p>	<p><b>E1</b>- 1 ano</p> <p><b>E2</b> – 2 anos</p> <p><b>E3</b> – 10 meses</p> <p><b>E4</b> – 3 meses</p>

Situação Actual de vida		<p><b>E5</b> – 6 meses</p> <p><b>E6</b> – 2 anos</p> <p><b>E7</b> – 4 anos</p> <p><b>E8</b> – 19 anos</p>
	Situação laboral	<p><b>E1</b> – O entrevistado encontra-se nesta altura de baixa médica mas trabalhou aquando da sua saída do EPRAH.</p> <p><b>E2</b> – encontra-se a trabalhar.</p> <p><b>E3</b> – “Sempre trabalhei. Tive apenas um mês e tal sem trabalhar. Antes de vir para a florestal tive numa firma de construção civil. [...] Quando concorri de primeiro não consegui ficar por não ter a escolaridade. Agora que tenho, consegui ficar.”</p> <p><b>E4</b> - desempregado</p> <p><b>E5</b> – Encontra-se a trabalhar.</p> <p><b>E6</b>- Encontra-se a trabalhar.</p> <p><b>E7</b>- Desempregada</p> <p><b>E8</b>- Encontra-se a trabalhar.</p>
	Processo de reintegração profissional	<p><b>E1</b> – Não teve dificuldade de arranjar trabalho devido à área laboral e pela experiencia que possui.</p> <p><b>E2</b>- Através da referêcia de um amigo, conseguiu arranjar trabalho. É ainda uma área com alguma necessidade de profissionais. Este entrevistado já possuía alguma experiencia na mesma antes da sua detença.</p>

		<p><b>E3-</b> Facilitada através da obtenção do 6º ano no EPRAH.</p> <p><b>E4-</b> Encontra-se no processo de formar uma pequena empresa.</p> <p><b>E5-</b> Trabalha na empresa onde trabalhara antes da sua detenção.</p> <p><b>E6 –</b> Trabalha na empresa onde trabalhara antes da sua detenção.</p> <p><b>E7-</b> Tem dificuldade na obtenção de emprego por motivos de saúde.</p> <p><b>E8 –</b> Através da indicação, por conhecerem a qualidade do seu trabalho.</p>
	<p>Processo de reintegração social após cumprimento de pena.</p>	<p><b>E1-</b> “Sim, foi porque já há 3 anos que saía de precária e foi fácil, embora muitas coisas tivessem mudado.”</p> <p><b>E2 –</b> “Foi (fácil a adaptação) .Tive uns meses parados, 4 ou 5 meses, e depois comecei a trabalhar.”</p> <p><b>E3-</b>Custou-me nos primeiros dias, mas depois adaptei -me. Foi o tratar das coisas (documentação pessoal , conta bancária por exemplo)porque antes era Y (funcionário do EPRAH) é que tratava das minhas coisas cá fora.”</p> <p><b>E4-</b> “[...] o barulho faz confusão, muitas pessoas juntas faz confusão...não é fácil. [...] É mais o espaço: estamos habituados a espaços pequenos e depois ambientes barulhentos fazem confusão.”</p> <p><b>E5 –</b> “Para mim foi mas há muitos que não</p>

		<p>tem apoio familiar.”</p> <p><b>E6</b>- “Foi fácil, para mim foi.”</p> <p><b>E7</b> – “Foi fácil com as pessoas. Mas o pior foi o movimento de carros... Eu integrei-me bem mas com muita gente e o movimento de carros a minha cabeça não ajuda. Para estar bem é sozinha e sem movimento.”</p> <p><b>E8</b> – “Nenhum (problema de reintegração), sempre trabalhei.”</p>
	<p>Contribuição da escola na sua reintegração socioprofissional aquando da sua libertação.</p>	<p><b>E1</b> – “Não, em muitos talvez, mas no meu caso não.”</p> <p><b>E2</b>- “Sim.”</p> <p><b>E3</b> – “Sim, mesmo para ler placards na rotunda ...agora já sei o que diz lá!”</p> <p><b>E4</b> – “Sim, sim e os professores continuam a telefonar e saber se quero continuar estudos e isso é um aspecto importante.”</p> <p><b>E5</b> - não teve qualquer influência.</p> <p><b>E6</b> – “Não, eu só fui lá passar tempo, para não ficar na cela. Nunca faltei.”</p> <p><b>E7</b> – “Claro que nos ajudou! Sinto-me uma pessoa que sabe bem, até na televisão eu vejo concursos e coisas que eu sei responder. Sinto-me orgulhosa de ter aprendido! [...] Gosto muito de ler um livro.”</p> <p><b>E8</b> – obtenção de conhecimentos profissionalizantes</p>

## Matriz de Análise de Dados

*(Entrevista semi-aberta realizada a voluntária da “Casa de São Jorge”)*

Categoria	Subcategoria	Resultados Obtidos
Contacto com Reclusos do EPRAH	Circunstâncias que levaram a iniciar o contacto com reclusos do EPRAH.	<p>- Através de outras colegas (professoras do primeiro ciclo reformadas) que prestavam voluntariado neste EP, a entrevistada foi convidada a fazer parte deste grupo. Uma vez que se encontrava aposentada, acabou por aceitar.</p> <p>- Inicialmente era um voluntariado espontâneo, não estando ligado a qualquer tipo de entidade. Mais tarde, é inserido como uma das dinâmicas da Casa de São Jorge. Este projecto educativo designa-se “Literacia e Desenvolvimento de competências” tendo apoio financeiro através da Direcção Regional da Educação.</p>
	Objectivos que levaram a contactar os reclusos.	<p>- Proporcionar alfabetização dos reclusos (do 1º ao 6º ano de escolaridade).</p> <p>- Aquisição de material escolar adequado : “Se eles têm lá computadores, se têm dicionários e livros e muito material foi com esse dinheiro* que nós compramos.”</p> <p>- Oferecer outros apoios gratuitamente ou com menor custo:</p>

		consultas de oftalmologia, dentária, psiquiatria, aquisição de óculos, alguns produtos alimentares.  * Financiamento obtido através da DRE pelo projecto educativo realizado no EPRAH.
	Tempo em que se encontra em contacto com os reclusos.	-durante um período de 5 anos (2005 a 2010)  - Não continua integrada na equipa de voluntariado devido à incompatibilidade com membros de chefia deste EP.

Categoria	Subcategoria	Resultados obtidos
Percepção do EPRAH	Funcionamento e necessidades do EPRAH.	<p><b>- Falta de formação adequada aos elementos da equipa dirigente e compatibilidade de perfil com a profissão ali exercida:</b> “Aquelas pessoas (guardas) teriam que ter outra formação, não pode ser só terem brutalidade, que é o que muitos deles têm. Claro que há excepções. [...] Não têm capacidade para desempenhar um papel daqueles. Acho que quem desempenha um papel daqueles tinha que ter um bocadinho de formação a nível de relações humanas, de psicologia, a vários termos. Teria que ser uma pessoa com um curso específico.”</p> <p><b>- Equipa dirigente revela não crer na recuperação dos detidos:</b> “[...] O grande mal é que não acreditam na reabilitação daqueles rapazes. [...] Enquanto houver num</p>

		<p>estabelecimento daqueles que não e que aquilo é gente que dado os condicionalismos do meio em que foram criados, que nasceram, que podem perfeitamente que qualquer um que tivesse sido criado nessas condições teria tido o mesmo percurso de vida.”</p> <p>- <b>Falta de condições para salvaguardar uma intervenção adequada:</b> “Ali eles não crescem: uma pelas limitações físicas e outra porque lhes «cortam as pernas» ...”</p> <p>- <b>Inadequada distribuição de tarefas entre funcionários:</b> “ Descarregam muito no A (funcionário do EPRAH) que coitado não tem capacidade. Ou melhor, delegam competências dele (outro funcionário deste EP ) no A.”</p> <p>- <b>Alguns comportamentos inadequados no trato dos reclusos:</b> “O X e Y (elementos da equipa dirigente faziam troça que Z (recluso) não tinha curso nenhum. Não deviam passar os juízos de valor das pessoas, mas passa a todos, até ao mais rasca que está lá dentro.”</p> <p>- <b>Necessidade de adaptação de horários adequados para actividades de exterior:</b> “Tinha uma altura que, mesmo no fim do ano (lectivo) já havia bastante sol e eles estavam pálidos, pálidos, pálidos porque não tinham onde apanhar sol. As horas que têm para irem à rua não eram a hora em que o sol estava a dar naquele pátio. É preciso atender a estas questões médicas, precisavam de vitamina D. [...] Eles estava às vezes pálidos que parecia doentes. “</p> <p>- <b>Ausência ou inadequação do espaço:</b></p>
--	--	--

		<p>“[...]Porque aquelas celas são autênticos cubículos, principalmente neste tempo de verão e este verão tem sido tão quente, e eles estarem ali... “</p> <p>- <b>Necessidade de implementar uma maior variedade de actividades de ocupação dos reclusos:</b> “Fizeram cursos de pouca duração, os de canalização, de electricidade e o ano passado já não tinha de madeiras. [...] Há tanta gente desses grupos de teatro que podia ir lá duas vezes por semana, o u três ...O teatro tem várias facetas, liberta a mente, pode extravasar aquilo que sente. [...] Que contemplassem esses aspectos, que nessa cadeia nova criam hortas, criam espaço para criação de animais, que levam a interessar-se pela natureza, pelo ter criado as coisas, ver crescer as coisas, as plantas. Esta gente foi criada muito desumanamente e portanto não tem nada dessas valências e é preciso dar-lhes a volta.”</p> <p>- Qualidade e quantidade insuficiente: “A comida, eles muitas vezes contava-nos, que passavam um dia inteiro sem comer. Y (recluso muçulmano) não podia comer carne de porco e tinha dito isso e devia ter uma ementa diferente. Vinha coisas com carne de porco e não comia. E passava o dia daquela maneira, tinha o almoço e o jantar (com carne de porco)...comia a peça de fruta ou o pão da refeição.”</p>
	<p>Caracterização dos Reclusos.</p>	<p>- <b>Maioria de extracto social e escolaridade baixa:</b> “É claro que fora da escola tivessem as suas limitações, a nível de educação, instrução. A grande maioria, 80% ou mais, são</p>

		de extractos sociais muito baixos.”
	Adesão à escola por parte dos reclusos.	- <b>Os reclusos frequentavam assiduamente as aulas:</b> “Sim, coitados. A escola para eles era uma libertação, um antever da liberdade. Falávamos de coisas «cá fora» e eles...era uma maneira de eles estarem em contacto com o exterior.
	Colaboração do EP com a escola.	- <b>Relacionamento entre Equipa Dirigente e voluntários revela alguns constrangimentos:</b>  - <b>Interferências desnecessárias das aulas:</b> “Tínhamos pedido [...] logo de início que quando estivermos na escola por favor não viessem com aquelas participações e aqueles despachos dos juízes, a precária se foi ou não aceite [...]...quase todos os dias aparecia papeis! [...] Aquilo irritava-me pois desconcentrava a sala: os que não sabiam ler pede o outro que sabe ler e os outros ficavam alvoraçados. Há logo ali uma quebra , a gente não consegue criar mais um fio condutor daquela aula. Pediu-se isso mas ao fim de um ano voltou a acontecer e Y (membro da equipa dirigente) disse que não fora acordado. Mas continuou da mesma maneira. [...] Depois passaram a metadona para as 11h o que é um erro porque começam a ficar ansiosos, sentem a falta, ficam desatentos. Eles não têm já o poder de concentração...”  - <b>Ausência de coordenação:</b> “Pouco ou nada colaboravam. Era só, era os guardas que iam chamá-los e se algum não vinha deviam saber porque era, mas não... [...] não havia uma coordenação. [...] Para funcionar bem ali a escola tinha que haver uma coordenação e ter

		<p>gente , ou semanalmente ou quinzenalmente houvesse uma reunião em que a equipa dispusesse o que tinha achado para ir melhorando as coisas. [...]”</p> <p><b>- Ausência de apoio na resolução de problemas:</b> “ Escusava de dizer esta ou aquela dificuldade que não se resolvia.”</p>
	<p>Caracterização dos reclusos enquanto alunos.</p>	<p><b>- Bem comportados e interessados:</b> “Como pessoas não tinha queixa nenhuma deles. Portam-se sempre bem, estavam sempre atentos, interessados. [...] mas aquela gente, pela maneira que eles mostravam vontade de aprender, acho que se tivessem tido quem desse uma mão talvez não tivessem descambado. [...] Eram atentos, cumpridores, alguns com muitas dificuldades. Mas tinha lá um que aquilo era o que se chama não ter «massa cinzenta». Ele hoje podia aprender o «A» mas amanhã já não reconhecia o «A». [...] Estava lá dentro por causa disso (consumo/venda de estupefacientes) sabemos que o consumo de droga começou muito novo e «queimou os fusíveis» como costumamos dizer. Era um caso extremo.”</p> <p><b>- Bom relacionamento com os professores:</b> “Nunca perguntei porque estavam ali, nada...voluntariamente contavam, até coisas da sua vida, como tinha sido, se tinham família, filhos, se tinham fotos traziam para a gente ver. [...] Quando começam a ter confiança em nós e dizer o que ia na alma...coitados!”</p> <p><b>- Respeito e conservação de material didáctico:</b> “Tivemos calculadoras, até levamos</p>

		disfarçadamente compassos, pois no programa tinha o uso dos mesmos. Levamos e nunca tivemos problemas.”
	Necessidades sentidas na execução do projecto educativo.	<p>- <b>Necessidade de aumento da carga horária das aulas leccionadas por este grupo de voluntariado:</b> “As minhas colegas continuam l , mas isto apenas um hora por semana, o que é insuficiente.”</p> <p>- <b>Aquisição de material:</b> “Necessidades não sentia-mos grandes coisas porque comprovamos as coisas com o dinheiro do projecto. O que era preciso a nível de material didáctico, a nível de material de apoio fomos comprando e fomos superando as dificuldades. Os anos transactos, isso sim, queríamos uma capa não tinha, queria uma caneta era um trabalho, queríamos um apagador para o quadro era outro trabalho! Os quatro anos antes foram muito duros e muito difíceis. Porque até se quiséssemos um dicionário tinha de o ir buscar ao gabinete da técnica e trazíamos e depois tínhamos que o levar outra vez para traz. [...] Assim, compramos dicionários e estão ali à disposição. Quando queríamos era só levantar e ir ao armário buscar.”</p>
	Necessidades dos reclusos.	- <b>Falta de apoio após o cumprimento de pena, podendo levar à reincidência:</b> “Os serviços tem que ter em mente que aquela pessoa (recluso) vai para a vida lá fora e tem que ter um qualquer suporte porque se não eles vão descambar [...]. Se eles não têm maneira de sobreviver arranjam maneira de ir dentro pois sempre têm abrigo e têm comida por pouco que seja. [...] Mas a sociedade também teve a

		<p>culpa de estarem ali. Foi muito pronta para apontar [...] nunca se chamou e dizer «Ó pequeno vem cá, hoje vais almoçar em minha casa. Em vez de ires roubar ali vou-te dar um almoço ou lanche» [...] É verdade que as pessoas dizem «Temos receio» mas vamos começar com os pequeninos.”</p> <p>- <b>Falta de apoio emocional:</b> “Precisa de quem os oiçam. [...] Muitos não recebiam visita da família.”</p> <p>- <b>Necessidade de reconhecimento e estímulos positivos:</b> “No fim do ano, quando recebiam os diplomas, iam orgulhosos. Uma das vezes até foi o próprio secretário da educação que entregou os diplomas. Via-se que estavam «inchados» de ter alguém que reconheceu neles alguma coisa. É o que se vê neles, nunca na vida ninguém lhes reconheceu nada, nem lhes achou valores.”</p> <p>- <b>Carência financeira/ bens essenciais:</b> “[...] não tinham dinheiro para comprar tabaco, nem para comprar um café...[...] às vezes a nível de roupa a gente via, tanto é que a gente levava (roupa aos reclusos), creme para o corpo para as mulheres, café, bolachas, marmelada...”</p>
--	--	---

Categoria	Subcategoria	Resultados obtidos
Escolaridade dos Reclusos e Educação de Adultos	Escolaridade dos Reclusos quando entram para o EP	<b>Escolaridade baixa:</b> “Alguns era a nível zero, outros tinham o 2º,3º ou 4º ano. Poucos com o 4º. Havia alguns lá dentro que diziam que tinham o 12º, não sei. [...] Eram ( a

		<p>maioria analfabetos) .Y (recluso) tem um curso superior, mas de resto não. [...] Dos que frequentaram (a escola na prisão) muitos nem sequer tinham a 4ª classe que era no seu tempo a escolaridade obrigatória de alguns. Foi ali que foram fazer o 4º e o 6º. [...] Foram muitos. A nível de instrução eram muito deficitários”</p>
	<p>Percepção sobre Educação de Adultos no EP</p>	<p>- <b>Bons resultados:</b> “Apesar das limitações houve muito sucesso. E até os reclusos estrangeiros se interessavam pela nossa língua!”</p>
	<p>Evolução Académicas dos reclusos</p>	<p>- “Com algumas limitações mas foi satisfatória. De modo geral foi satisfatório, não posso dizer menos do que isto.”</p>
	<p>Contribuição da Educação de adultos para a recuperação e reinserção socioprofissional do ex-recluso</p>	<p>- Para ter uma reintegração socioprofissional em condições teria que ter o 12º ano, que é o mínimo de escolaridade exigido hoje em dia. Por isso, a par da escolaridade dita normal, terem uma relação técnico-profissional e aí saírem cidadãos de plenos direitos porque iam com a «bagagem» certa. [...] Depois terem a possibilidade de irem estagiar numa zona onde se trabalhasse de verdade, onde pusessem em prática o que foi aprendido.”</p>
	<p>Adequação da escolaridade oferecida no EPRAH</p>	<p>- Oferta de formação insuficiente: “Fazem aqueles mini cursos, cursos relâmpagos de canalização,</p>

		<p>electricidade, carpintaria...mas aquilo não é o suficiente. Tinha que ser uma coisa mais aprofundada para que eles realmente tivessem alguma habilitação quando saíssem dali. Estarem habilitados a qualquer coisa e já isso ser um currículo vitae para um procedimento de vida.”</p>
--	--	---

## Matriz de Análise de Dados

*(Entrevista semi-aberta realizada a voluntária do “Grupo Vicentino da Obra da Cadeia”)*

Categoria	Subcategoria	Resultados Obtidos
Contactos com Reclusos do EPRAH	Circunstancias que levaram a iniciar o contacto com reclusos do EPRAH.	- <b>Acompanhamento de familiares que eram visitantes da cadeia:</b> “ Comecei pelas mãos de W (familiares do entrevistado) tinha 11 anos. Fizem uma experiencia num curso de cristandade e resolveram ser visitantes da cadeia e comecei a ir com eles. Ao longo destes anos todos não tive muitas falhas de aparecer lá a eles e fui criando este «bichinho». “
	Objectivos desse contacto.	- <b>Oferecer apoio social e resolução de carências sentidas pelos encarcerados:</b> “ Foi a descoberta de perceber a carência daqueles homens. Comecei a perceber que um simples sorriso contentava aquela gente. [...] Foi interessantíssimo porque o primeiro dia que W (familiar) foi à cadeia pensou que nunca mais ia voltar. Porque foi encontrar uma cadeia suja, cheirava mal, os homens de barbas grandes, muito sujos, e ele pensou «Onde é que me fui meter, o que venho aqui fazer?» Mas quando saiu, os homens estenderam a mão e disseram-lhe «Até para semana.» Mas quando saiu disse «Não posso ir ali mais, não me senti bem. Mas se estendi a mão tenho de ir.» E para a semana foi encontrar aqueles homens barbeados, cadeia limpa à espera de W (familiares). A

		<p>partir daí , o compromisso de ir à cadeia. A partir daí comecei a ir com W (familiares). Comecei a perceber que aquela gente precisava de uma mão de nós, que tinham carências , faltava-lhe tudo na vida e nós preenchíamos um bocadinho dessa lacuna. Eles vinham mesmo ao nosso encontro.”</p> <p><b>-Apoio às famílias dos reclusos:</b> “[...] No início era mais isto...apoiar as famílias, confortar as famílias e a eles. Mas também juntávamos e dávamos algum apoio material. Portanto roupas para eles, roupas para a família, comida para a família, portanto [...] era um grupinho pequeno, eles pagavam do seu bolso, pagavam numa mercearia leite para as crianças, aquelas necessidades base.”</p>
	<p>Evolução do grupo de voluntariado ao longo dos anos.</p>	<p><b>- Implementação de novas intervenções/objectivos:</b> “Começamos a perceber que estas pessoas (reclusos) não precisam apenas de um sorriso, de uma roupa, portanto precisam de mais. [...] Nós ao longo dos anos criamos objectivos de, por exemplo, uma vez por mês tínhamos um psicólogo ou vários tipos de pessoas que iam lá fazer uma conferência com eles. [...] Mesmo o grupo de jovens que chegava a ir para fazer trabalhos que os cativassem, que fizessem pensar na sua vida.”</p> <p><b>- Organização e calendarização de actividades:</b> “Preparamos um plano de trabalho anual. [...]A comemoração dos aniversários, a Páscoa... Fizemos a refeição</p>

		<p>com eles (referindo-se ao Natal). Este ano não demos as prendas aos miúdos porque não temos dinheiro, isto é, as prendas que os reclusos dão aos filhos no Natal. No dia do pai levamos as crianças lá dentro. Foi bonito mas foi chocante. Foi...o aproximar as crianças dos pais. No dia dos namorados levamos algumas mulheres para estarem com os seus maridos.”</p> <p>- <b>Assistência religiosa:</b> celebração da eucaristia semanal, comemoração de tradições religiosas locais (Espírito Santo), realização de sacramentos (primeira comunhão, crisma...)</p>
	<p>Constituição do grupo de voluntariado.</p>	<p>- O grupo é constituído por 6 voluntários e um assistente religioso (padre). Teve este ano o apoio de 3 seminaristas.</p> <p>-“Envolveram-se através de convite. Foram lá fazer a experiência, e pronto, e ficaram até hoje.”</p>
	<p>Obstáculos no desenvolvimento de actividades do voluntariado e estratégias para a sua resolução.</p>	<p>- <b>Dificuldade na implementação de novas actividades:</b> “Percebo que precisa que haja mais temáticas que vá ao encontro das necessidades deles mas temos muita dificuldade.”</p> <p>- <b>Dificuldade em constituir um grupo de voluntariado adequado para este tipo de intervenção:</b> “No entanto, ao longo destes anos, nós temos encontrado bastante dificuldade em ter um grupo de voluntários à altura que dêem mais algumas respostas. Por vezes sinto-me muito sozinha, muito mesmo. [...] Tem passado por ali , posso dizer à vontade,</p>

		<p>centenas de pessoas ao longo destes anos. Se até reparares eu acabo quase sozinha. Tudo isto porque as pessoas não conseguem separar o ser humano que eles são da maldade que eles fizeram, e eu consigo perfeitamente. Quando eu entro aquela porta para dentro eu separo automaticamente as águas. É um ser humano que está ali, que talvez precise de mim, mais nada.”</p> <p>- <b>Falta de maior colaboração da equipa dirigente:</b> “ Aquilo é um meio que surge sempre muitos obstáculos porque é muito difícil trabalhar com o exterior. [...] Mas para nós o maior obstáculo daquela casa é o exterior, é a parte técnica. Para mim é o maior obstáculo daquela casa. [...] Do próprio EP (referindo-se à equipa dirigente). E se tu perguntares isto às pessoas que vão para outros EP vais encontrara a mesma realidade. ”</p> <p>- <b>Inconstância da participação dos reclusos:</b> “Tanto vem um grupo grande ter connosco como chegamos lá e não tem ninguém. [...] Tudo depende da população que está no momento.”</p>
--	--	---

Categoria	Subcategoria	Resultados Obtidos
Caracterização Da EPRAH	Funcionamento do EPRAH no início do contacto com reclusos.	<p>- <b>Infra-estruturas desadequadas com tendência à sobrelotação:</b> “Igual como é hoje: é uma prisão sem nenhuma condições. Tem uma lotação de 35 e há pouco tempo tinha 90. [...] Mas a lotação é sempre superior. Está decaída completamente. [...] Aquilo deu em ficar sobrelotada e não houve obras nunca mais...Portanto, agora neste momento é que têm sanitas porque era em baldes onde faziam as suas necessidades. Há pouco mais de um ano é que têm sanitas, para veres os anos em que teve esta cadeia. São mesmo precárias.”</p> <p>- <b>Refeições de pouca qualidade:</b> “Até há poucos anos era através do regimento, da infantaria. [...] Actualmente são firmas mas as refeições são péssimas. Os condimentos são bons mas não são bem confeccionadas. [...] As refeições nunca foram boas, do regimento eram em latas. 8...] Acho que eram piores do que agora mas também não acho muito melhor.</p>
	Caracterização dos reclusos no início do contacto.	<p>- <b>Condenados por pequenos delitos:</b> “Aquilo no início, e numa quantidade por aí abaixo, o tipo de reclusos era porque roubou umas castanhas, uma burra de milho...roubos simples. Após o 5 de Abril, aí sim começou a ser outro tipo de população. Então quando começou a meter droga...”</p> <p>- <b>Pessoas de fácil convivência:</b> “Eram pessoas passíveis que estava-mos com</p>

		<p>eles à vontade, porque eram por pequenas coisas, pequenos delitos. Não mais do que isso.”</p> <p><b>- A maioria dos reclusos era natural da Terceira.</b></p>
	<p>Actividades ocupacionais disponibilizadas aos detidos.</p>	<p>- “Eram trabalhos manuais, madeira, tudo feito à mão. No início não havia escola. Mas depois mais tarde, mesmo antes do 25 de Abril, já iam lá professores. Não eram muitos aqueles que aderiam mas já havia, recorda-me de já haver escola. Era praticamente com trabalhos manuais. Fazendo aqueles barcos com fósforos, fazendo aqueles carrinhos de madeira, carrinhos de bois e aqueles outros carrinhos dos miúdos brincarem... Era praticamente isto. Faziam muitos barquinhos daqueles ponham a vender no lado de fora da cadeia.”</p>
	<p>Início da escola na prisão</p>	<p>- Data incerta, apenas se sabe que foi antes do 25 de Abril de 1974.</p>

	<p>Funcionamento actual do EPRAH</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Equipa dirigente pouco colaboradora com grupos de voluntariado</b> (vide <i>obstáculos no desenvolvimento de actividades dos voluntários</i>)</li>   <li>- <b>Alguns elementos da equipa dirigente demonstram pouca habilidade para lidar com este tipo de população:</b> “Há falta de humanismo, de sensibilidade...acho que aquela gente (funcionários do EPRAH) que está ali não tem vocação.</li>   <li>- <b>Guardas com mais formação e/ou melhor vocação ajuda a melhorar o serviço:</b> “ Estes rapazitos novos têm outra formação e isso transparece. [...] Eu vejo um guarda como um homem que tem que ter um certo «cabedal», só que ao mesmo tempo, por detrás disso tudo, tem que ter um coração que perceba para a realidade daquela pessoa. Porque uma pessoa que vai para ali tem antecedentes. Conheço um dos guardas, T, que tem estas duas coisas. É duro [...] mas percebe-o e vai ao encontro da necessidade dele. Não há muitos com estas características e ali tinha que ser. [...] Ter a capacidade, ou como dizia Q (guarda prisional), ter a capacidade de ouvir mesmo as mentiras.”</li>   <li>- <b>Introdução de novas actividades:</b> “Se bem que ultimamente têm mais actividades quando comparadas em anos atrás. Eles têm teatro lá dentro, música que é doutra religião, para ver se os cativam.”</li> </ul>
--	--------------------------------------	---

		<p>- <b>Horário restrito de fechamento dos reclusos:</b> “Os horários de estarem abertos e fechadas ... são abertos às 7h da manhã e fechados à 1h da tarde. São abertos às 14h30, meia hora mais cedo agora e fechados às 7h da noite. Só têm uma hora de recreio no pátio põe dia. Passam o dia no corredor e nas celas, vêm filmes. O dia passa-se nas celas.”</p>
	<p>Caracterização dos reclusos actualmente contactados</p>	<p>- <b>Menos participativos/interessados:</b>          “Uma parte deles nem sequer desce para comer um doce. Isto não era habitual, isto não acontecia à uns anos atrás. Há um desinteresse das pessoas. Mas isto é muito relativo porque é como digo, depende a população actual. Se calhar daqui a uns meses poso falar diferente, teremos um grupo que vai aderir. [...] Estão mais instalados no próprio EP. É verdadeiramente uma coisa impressionante! Só quem viu e quem vê!</p>

		<p>E porquê? Talvez porque os familiares levam aquilo que necessitam, porque têm tudo em todas as celas, têm DVD, têm algum conforto que à anos atrás não existia. Eu penso que será por isso. Vêm filmes nas celas. Se bem que...bem, isto é tudo uma caminhada, isto é tão difícil na cadeia...Isto tudo cansa passado de tempos. As pessoas sentem necessidade de conviver com outras pessoas e lá se aproximam.”</p> <p><b>- Cumprimentos de pena de pequena duração:</b> “ Dependendo do tipo de pena, do tipo e crime. Mas já não chega aos 5 anos. Há aquelas penas mais leves porque roubou um carro ou isto ou aquilo...Mesmo que apanhe 4 ou 5 anos é capaz de ficar aqui. A maioria, com mais de 2 anos, vão daqui para fora. E é assim: aqueles que apanham mais anos de cadeia preferem mesmo ir lá para fora porque têm outras regalias que aqui nos Açores não têm. Têm mais precárias, reduza pena, muitos podem apanhar os 3 terços (da pena) e vêm para casa a meio da pena. Aconteceu, não é um caso nem dois.”</p> <p><b>-Condenados por crimes diversos e mais complexos:</b> “Pós o 25 de Abril teve a PIDE. [...] Sim, os antigos políticos (do regime Salazarista), a PIDE é que tiveram presos. [...] Houve uma mudança radical, desde os presos políticos à droga, os repatriados... [...] já era por outras coisas, coisas mais complexas [...]. A percentagem maior é droga e roubos. [...]</p>
--	--	---

		<p>Sim, não são muitos agora (referindo-se a reclusos presos por pedofilia). Depois tem os por violação, sem ser pedófilos, repatriados que também não são muitos, condução sem carta, por condução sob o efeito de álcool. Há uns que estão detidos apenas durante o fim-de-semana, que estão relacionados com cartas de condução, se é primário...são por delitos mais pequenos. ”</p> <p><b>- Tendem a ser provenientes de famílias desestruturadas;</b></p> <p><b>- Reclusos de origem diversa:</b> “Aliás já temos reclusos de outros países: Senegal, Brasil, já teve da Venezuela, de Inglaterra, da Holanda, muitos africanos...várias nacionalidades. Também repatriados do Canadá e EUA. [...] Das outras ilhas tem de S. Jorge, Graciosa... Os do Faial e do Pico ficam no EP do Faial. [...] Talvez 50 % dos reclusos são da Terceira e das restantes ilhas.”</p> <p><b>- Reclusos tendem a ser jovens:</b> “Também a maioria desta gente é jovem, entre os 17 e 30 e tal anos. Os outros são uma pequena minoria.”</p> <p><b>- Personalidade/ Comportamento Problemático:</b> “Enquanto antes tínhamos uma à vontade de andar dentro do EP, nas celas... após o 25 de Abril isto começou a recuar de ano a ano e hoje estamos completamente restritos. [...] Começou a haver outro tipo de gente e , pronto, hoje estamos limitados aquele</p>
--	--	---

		<p>espaço que tu conheces.”</p>
	<p>Necessidades do EPRAH</p>	<p>- <b>Ausência de espaço:</b> “Do EP é o espaço, mas também já se está a fazer a cadeia nova.”</p> <p>- <b>Necessidade de maior ocupação laboral interno:</b> “Dos reclusos, na minha perspectiva, é a falta de trabalho. Se essa gente tivesse a trabalhar era melhor. [...] Sim, virado para o interior mesmo, criar condições para trabalhar dentro do estabelecimento. Isso era muito importante. Desde fazer as suas próprios refeições, desde de cultivar as coisas... Para o espaço que eles vão dá... Aliás já podem ir para esse espaço (terrenos de cultivo do novo EP), os guardas é que não querem ir com eles. Tem espaço para cultivar as suas coisas.”</p> <p>- <b>Ausência de suficiente apoio financeiro.</b></p> <p>- <b>Ausência de apoio individualizado aos reclusos:</b> “Tinham (funcionários do EPRAH) que intervir junto daqueles rapazes (reclusos) de maneira diferente. Não contribuem em nada para a reinserção social desses rapazes. É necessário um maior acompanhamento individualizado. Neste momento estão sem acompanhamento nenhum!”</p>
	<p>Necessidades dos reclusos</p>	<p>- <b>Carência afectiva e ligação à família:</b> “Sim, mais afectivas. E tanto é assim que eles pediam, aliás ainda hoje pedem, para nós irmos ao encontro da família. Muitas vezes sou a ponte entre eles e a</p>

		<p>família.”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Apoio na obtenção de produtos de higiene:</b> “[...] Têm produtos higiénicos que não é abundante, falha. Se as famílias não levarem ou não pedem à gente (voluntários), Falha... Mas supostamente o sistema devia dar isso, está lá, isso é da lei. Mas não dão como deve ser.”</li> <li>- <b>Apoio na obtenção de roupa e géneros alimentares.</b></li> <li>- <b>Necessidades de ocupação laboral interna</b> (vide necessidades do EPRAH).</li> </ul>
	Estratégias de resolução de necessidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Criação de tarefas internas a serem ocupadas pelos reclusos:</b> “Cada recuso custa ao EP 45€ por dia! Se esta gente (reclusos) fizessem parte dessas coisas (ocupação interna) esse dinheiro podia ficar para as carências deles. Era uma maneira de os aproveitar.”</li> </ul>

Categoria	Subcategoria	Resultados Obtidos
Educação de Adultos no EPRAH	Escolaridade dos detidos quando entram para o EPRAH.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Indivíduos de baixa ou nenhuma escolaridade:</b> “Se fores a 30 anos atrás e se fores hoje tu encontras ali gente e encontras pequenos novos que não sabem nem ler nem escrever! [...] 50% nao tem escolaridade mesmo e acho que é mais...É uma dificuldade em escrever e ler que é uma coisa louca.”</li> </ul>
	Sistema educativo do	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Funcionamento interno da escola no EPRAH.</b></li> <li>- <b>Escola no EP é constituída por voluntariado e</b></li> </ul>

	EPRAH.	<p><b>criação de protocolos:</b> “A escola neste momento tem voluntariado a dar o 1º ciclo. O 2º ciclo já é um contracto com o Estado. Um protocolo a darem o 2º ciclo.”</p>
	Adequação do sistema educativo.	<p>- <b>A prática educativa deste EP revela ter uma actividade positiva:</b> “Sim, acho que funciona bem. [...] Sim, há muito interesse por parte dos professores. Relaciono mais com os voluntários e sei que estão a fazer um bom trabalho. Com os outros não tenho tanto conhecimento mas a partida estão a fazer o seu trabalho. Pela experiência, todos que passam por ali a fazer trabalho com os reclusos ficam marcados, gostam. Para já vão com a ideia que são reclusos, o que vai acontecer e nada disso acontece. Pois não criam problemas às pessoas, criam a si.”</p>
	Adesão dos reclusos à escola no EP.	<p>- <b>Os reclusos participam nas aulas por motivos variados:</b> “Vão à escola por motivos que não passam pela cabeça! São poucos aqueles que vão interessados , com objectivos de aprender. Vão com outros objectivos diferentes: ou porque tem mulheres, ou sair da rotina, não com aquele verdadeiro objectivo Há alguns, mas são uma percentagem pequena que vão abertos para aprender, sair de lá com formação.”</p>
	Contribuição da Educação de Adultos para a recuperação e reinserção socioprofissional do ex-recluso.	<p>- <b>A educação de adultos contribui para a recuperação e reinserção do recluso, contudo a motivação do próprio recluso é muito importante:</b> “Ajudar ajuda...ajuda uma percentagem pequena. Dependendo da vontade do recluso claro que ajuda. Dependendo do interesse que ele tem. Se ele quiser, o sistema em si está preparado para</p>

		<p>isso. Tem a ver com a disponibilidade interior de cada um, sem dúvida.”</p>
	<p>Adequação da escolaridade oferecida no EPRAH e meios de apoio ao recluso.</p>	<p>“ O sistema prisional diz que vão presos para ajudar a reinserir na sociedade. É mentira. O sistema prisional não está nada preparado para ajudar aqueles homens a reinserirem na sociedade. São vigiados 24 horas por dia, não têm trabalho, nada que está ali dentro, na minha opinião, serve para reinserir os homens na sociedade. É o sistema prisional que nós temos, não há outro. [...] É a nível nacional, é o sistema nacional de Portugal. Porque nos outros países já não é assim. É verdade que os espaços são outros, mas vão fazendo um outro tipo de caminhada, outra evolução superior à nossa.”</p>